

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CCNE – CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS
DE RESISTÊNCIA NA CAMPANHA GAÚCHA: O
CASO DO RINCÃO DOS SALDANHAS E DO CERRO
DA JAGUATIRICA – MANOEL VIANA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Alecsandra Santos da Cunha

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA NA CAMPANHA GAÚCHA: O CASO DO
RINCÃO DOS SALDANHAS E DO CERRO DA
JAGUATIRICA – MANOEL VIANA/RS**

Por

Alecsandra Santos da Cunha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de **Mestra em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Cesar de David

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CUNHA, Alecsandra Santos
AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA
NA CAMPANHA GAÚCHA: O CASO DO RINCÃO DOS SALDANHAS E DO
CERRO DA JAGUATIRICA - MANOEL VIANA/RS / Alecsandra
Santos CUNHA.-2013.
132 p.; 30cm

Orientador: Cesar de David
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013

1. Agricultura Familiar 2. Estratégias de Resistência
3. Políticas Públicas I. David, Cesar de II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
CCNE – Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA NA CAMPANHA GAÚCHA: O CASO DO RINCÃO DOS
SALDANHAS E DO CERRO DA JAGUATIRICA – MANOEL VIANA/RS**

elaborada por
Alecsandra Santos da Cunha

Como requisito para obtenção do grau de
Mestra em Geografia

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Cesar De David (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Guillaume Pierre Leturcq
(Comissão Examinadora)

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti
(Comissão Examinadora)

Santa Maria, 28 de março de 2013.

Dedico este trabalho aos meus filhos, Marcellye Cristine Rodrigues Miranda e Yan Christofer de Paula, pelos quais me esforço em ser uma pessoa melhor a cada dia, na certeza de colaborar para a sua formação pessoal e profissional. Possibilitando-os, através deste estudo, um olhar crítico da sociedade atual que mantém valores deturpados sobre a vida e que possam acreditar sempre na humanidade enquanto essência com coragens para tornar o mundo melhor, valorizando o ser humano contido na natureza pelo que é e não pelo que possui.

Alecsandra Santos da Cunha

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço pela vida. Muitas vezes os caminhos que tomamos são difíceis, porém, é nessa dificuldade que crescemos e passamos a ter noção do quão valiosa é a vida. Poder viver, poder existir, poder crescer, poder aprender sempre e sempre é uma dádiva.

Agradeço a toda minha família. Minhas tias, meus primos e primas que sempre me ligavam para contar como estavam boas as festas de família, nas quais eu estava ausente, me lembrando do porque eu estava longe, me lembrando do caminho que eu seguia e o que eu buscava. Minha mãe pelo orgulho estampado nos olhos me dando força para seguir sempre. Minha irmã querida, por estar ao meu lado nas confidências, nas dificuldades, me incentivando sempre a acreditar em mim. Aos meus filhos, na certeza de que um dia entenderão minha ausência.

Agradeço aos meus amigos, que em diversas vezes me confortaram com palavras carinhosas impulsionando minha caminhada, que passaram comigo por todos os obstáculos e seguiram ao meu lado. Principalmente à Luciele e sua família, pai e mãe tão queridos que me receberam em sua casa com todo carinho e atenção, como apoio para realizar os trabalhos de campo. Um amigo em especial, Fabrício Teló, meu colega de GPET, que me recebeu muitíssimo bem desde a primeira vez que coloquei os pés nesta universidade.

Agradeço aos meus professores da graduação da Puc-Minas, que me deram o privilégio de entender o valor do aprendizado. Em especial ao Prof. Alecir Antônio Moreira que foi fundamental no meu processo de construção do conhecimento, dividindo comigo sua sabedoria, e à Prof^a. Malba Tahan que abriu as portas da Geografia Rural, um mundo que até então, me era desconhecido.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria e a todos os colegas e professores que fizeram parte da minha vida e do meu aprendizado. Ao GPET e todos colegas que o integram, por contribuir com a troca de conhecimento e experiências. Ao Prof. Cesar de David pela parceria no percurso de desenvolvimento e crescimento acadêmico, que me recebeu no GPET, e que além de orientar me incentivou a superar desafios. À Prof^a. Carmen Wizniewsky, sempre disposta para qualquer auxílio, fosse pessoal ou acadêmico. És uma pessoa iluminada e de uma

humanidade tão grande que é reconhecida por todos. Ao Prof. Marcelo Cervo Chelotti pela presteza com que aceitou o convite para participar da banca.

Agradeço à Sônia Saldanha, presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, ao me receber com tanto carinho e atenção, facilitando o contato com os agricultores familiares envolvidos neste trabalho. E por fim, agradeço à eles, esses agricultores familiares que me receberam em suas casas e me mostraram que a luta pela dignidade e melhoria na qualidade de vida é difícil, porém, compensadora.

MUITO OBRIGADA.

Soy... soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Una canasta con frijoles, soy Maradona contra Inglaterra
Anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta, es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina
Oye!
Tú no puedes comprar el viento
Tú no puedes comprar el sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores...

Latinoamérica – Calle 13.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA CAMPANHA GAÚCHA: O CASO DO RINCÃO DOS SALDANHAS E DO CERRO DA JAGUATIRICA – MANOEL VIANA/RS

AUTORA: ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA

ORIENTADOR: CESAR DE DAVID

Data e local de defesa: Santa Maria, 28 de março de 2013

A agricultura familiar é responsável por grande parte do fornecimento alimentar do brasileiro. Entretanto, apesar de sua importância no cenário agrícola nacional, a agricultura familiar passa por processos de transformações e adaptações para se reproduzir, gerar renda e cumprir com seu papel social. Em um país com fortes raízes agrárias centradas no latifúndio, com políticas públicas voltadas, em grande medida, para o agronegócio, a agricultura familiar não é atendida de forma eficiente e funcional pelos programas e políticas direcionados ao setor. Muitas vezes subsiste na invisibilidade socioeconômica, pressionada pelo agronegócio. Esse é o caso da agricultura familiar desenvolvida nas localidades do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica, situadas no município de Manoel Viana/RS. Estratégias de resistência são adotadas com o intuito de manter o trabalho e a vida no campo por parte dos agricultores familiares dessas localidades. É possível perceber, que mesmo buscando formas alternativas e atividades não agrícolas, muitas famílias não resistem às dificuldades que enfrentam e deixam o campo. Quais são essas estratégias de resistência que possibilitam às famílias de agricultores permanecerem no meio rural? Porque muitas desistem, engrossando as fileiras do êxodo rural? Essas são questões que este trabalho pretende responder. Almeja-se investigar as formas de resistências, objetivando compreender a agricultura familiar em seu processo de resistência e transformação, forjado por seus sujeitos, na área pesquisada. Buscou-se entender a interrelação dos processos envolvidos historicamente, com o objetivo de compreender a realidade atual dos agricultores familiares dessas duas localidades. A pesquisa foi realizada em quatro etapas: a primeira consistiu na pesquisa teórica sobre o tema; a segunda foi centrada na coleta de dados de fontes secundárias, com a intenção de entender o alcance das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. A terceira etapa correspondeu a coleta de dados primários através dos trabalhos de campo, foram realizadas observações empíricas, entrevistas e conversas informais que constituíram um conjunto de procedimentos metodológicos fundamentais para a análise e compreensão dos processos envolvidos. A quarta e última etapa consistiu na sistematização dos dados coletados, interpretando-os de forma crítica e qualitativa, a fim de compreender a situação socioeconômica e cultural dos sujeitos envolvidos, os processos relacionados ao tema proposto, nas escalas local, regional e nacional. Constatou-se que as formas de resistências encontradas por essas famílias são fundamentais para sua reprodução socioeconômica, entretanto, o papel do Estado enquanto agente fomentador das políticas públicas ainda não é eficaz para que a agricultura familiar alcance autonomia em sua reprodução e seja reconhecida em seu papel socioeconômico.

Palavras chave: agricultura familiar, políticas públicas, estratégias de resistências.

RESUMEN

Disertación
Programa de Posgrado en Geografía y Ciencias de la Tierra
Universidade Federal de Santa Maria

AGRICULTURA FAMILIAR Y SUS ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA EN LA CAMPAÑA GAUCHA: EL CASO DE RINCÃO DOS SALDANHAS Y DE CERRO DA JAGUATIRICA - MANOEL VIANA / RS

AUTOR: ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA

SUPERVISOR: CESAR DAVID

Fecha y lugar de defensa: Santa Maria, 28 de marzo 2013

La agricultura familiar es responsable de gran parte del suministro de alimentos del brasileño. Sin embargo, a pesar de su importancia en el escenario agrícola nacional, la agricultura familiar vive procesos de transformaciones y adaptaciones para reproducirse, generar ingresos y cumplir con su función social. En un país con fuertes raíces agrarias centradas en las grandes propiedades, con las políticas públicas, en gran parte para los agronegocios, los programas y políticas que se dirigen al sector no atienden a la agricultura familiar de forma eficiente y funcional. A menudo, esta subsiste, en la invisibilidad socioeconómica, por el agronegocio la presiona. Este es el caso de la agricultura familiar que se desarrolla en las localidades de el *Rincão dos Saldanhas* y *Cerro da Jaguatirica* en el municipio de Viana Manoel / RS. Se adoptó estrategias de resistencia con el fin de mantener el campo de trabajo y vida de los agricultores de estas localidades. Se puede observar que aunque haya una búsqueda de actividades alternativas y no agrícolas, muchas familias no pueden soportar las dificultades que enfrentan y abandonan el campo. ¿Cuáles son las estrategias de resistencia que permiten a las familias rurales a permanecer en las zonas rurales? ¿Por qué muchas renuncian y engrosan las filas del éxodo rural? Estas son preguntas que este estudio ha pretendido contestar. El objetivo es investigar las formas de resistencia a fin de comprender la agricultura familiar en su proceso de resistencia y transformación, causado por sus sujetos, en el área investigada. Se trató de entender la interrelación de los procesos implicados históricamente para que se comprenda la realidad actual de los agricultores familiares de estas dos localidades. Esta investigación posee cuatro etapas: la primera consistió en la investigación teórica sobre el tema, la segunda se centra en la recopilación de datos de fuentes secundarias, con la intención de comprender el alcance de las políticas públicas para la agricultura familiar. En la tercera etapa, se colectó los datos primarios mediante del trabajo de campo se llevaron a cabo observaciones empíricas, entrevistas y conversaciones informales que eran un conjunto fundamental de los procedimientos metodológicos para el análisis y la comprensión de los procesos involucrados. En la cuarta y última fase, se sistematizó los datos obtenidos, se los interpretó de manera crítica y cualitativa, con el fin de comprender la situación cultural y socioeconómica de los individuos involucrados, los procesos relacionados con el tema propuesto, las escalas local, regional y nacional. Se constató que el modo como las familias encuentran formas de resistencia son fundamentales para su reproducción socio-económico, sin embargo, el papel del Estado como agente de los desarrolladores de la política pública todavía no es efectivo para que la agricultura familiar obtenga autonomía en su reproducción y se la reconozca debido su papel socioeconómico.

Palabras clave: agricultura familiar, las políticas públicas, las estrategias de resistencia.

RÉSUMÉ

Dissertation

Programme d'Études Supérieures en Géographie et en Sciences de la terre
Universidade Federal de Santa Maria

AGRICULTURE FAMILIALE ET SA ESTRATÉGIES DE RESISTANCE À LA CAMPAGNE "GAÚCHA": L'AFFAIRE DU RINCÃO DOS SALDANHAS ET CELUI DU CERRO DA JAGUATIRICA - MANOEL VIANA / RS

AUTEUR: ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA

SUPERVISEUR: CESAR DE DAVID

Date et lieu de soutenance: le 28 mars 2013 à Santa Maria

L'agriculture familiale c'est en grande partie la responsable pour l'approvisionnement alimentaire du Brésil. Cependant, en dépit de son importance dans le scénario agricole nationale, l'agriculture familiale passe par des processus de transformations et adaptations pour se reproduire, de gérer des ressources et d'accomplir leur rôle social. Dans un pays avec de fortes racines agraires axées sur de grands domaines, les politiques publiques, principalement pour l'agro-industrie, l'agriculture familiale n'est pas servi de façon efficace et fonctionnel par des programmes et des politiques ciblées par le secteur. Souvent, subsiste dans l'invisibilité socio-économique, pressé par l'agro-industrie. Celui c'est le cas de l'agriculture familiale développée dans les localités du Rincão dos Saldanha et du Cerro da Jaguatirica, situées dans la municipalité de Manoel Viana / RS. Stratégies de résistance sont adoptées afin de maintenir le travail et la vie des agriculteurs dans ces localités. Est-ce qu'il est possible de se rend compte que, même en cherchant des alternatives et des activités non-agricoles, plusieurs familles ne résistent pas face aux difficultés auxquelles elles font face et quittent la campagne? Quelles sont ces stratégies de résistance qui permettent aux familles d'agriculteurs de rester dans les zones rurales? Pourquoi est-ce que des nombreuses familles désistent, grossissant les rangs de l'exode rural? Ce sont des questions que cet étude a comme objectif de répondre. Nous visons à étudier les formes de résistance afin de comprendre l'agriculture familiale dans son processus de résistance et de transformation, opérée par leurs sujets, dans la zone de recherche. Nous avons cherché à comprendre l'inter-relation entre les processus impliqués historiquement, afin de saisir la réalité actuelle des agriculteurs familiaux de ces deux endroits. La recherche a été menée en quatre étapes: la première consistait d'une recherche théorique sur le sujet, la seconde a été centrée sur la collecte de données provenant de sources secondaires, dans le but de comprendre la portée des politiques publiques vers l'agriculture familiale. La troisième étape correspond à la collecte de données primaires à travers le travail de terrain. Nous avons procédé à des observations empiriques, des interviews et des conversations informelles qui étaient un ensemble fondamental de procédures méthodologiques pour l'analyse et la compréhension des processus impliqués. La quatrième et dernière étape était celle de systématiser les données recueillies, de les interpréter de façon critique et qualitative, afin de comprendre la situation culturelle et socio-économique des personnes concernées, les processus liés au thème proposé, les échelles des niveaux :local, régional et national. Nous avons constaté que les formes de résistance rencontrées par ces familles sont essentielles à la reproduction socio-économique, cependant, le rôle de l'État en tant que développeur des agents de l'ordre publique ne c'est pas encore efficace pour que l' agriculture familiale obtienne l'autonomie dans sa reproduction et soie reconnue pour leur rôle socio-économique.

Mots-clés: l'agriculture familiale, les politiques publiques, les stratégies de résistance.

ABSTRACT

**Dissertation
Graduate Program in Geography and Geosciences
Universidade Federal de Santa Maria**

**FAMILY FARM AND ITS STRATEGIES OF RESISTANCE IN GAUCHA
CAMPAIGN: THE CASE OF THE RINCÃO DOS SALDANHAS AND CERRO DA
JAGUATIRICA - MANOEL VIANA / RS**

AUTHOR: ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA

ADVISOR: CESAR DE DAVID

Date and place of defense: Santa Maria, March 28, 2013

Family farming is responsible for much of the food supply of Brazilian people. However, despite its importance in national agricultural scenario, the family farm goes through processes of transformation and adaptation to breed, generate income and fulfill its social role. In a country with strong agrarian roots centered on large estates, with public policies, largely for agribusiness, family farms is not served in an efficient and functional manner by programs and policies directed to the sector. Often it subsists in socioeconomic invisibility, pressed by agribusiness. This is the case of family farming developed in the localities of "Rincão dos Saldanhas" and "Cerro da Jaguatirica", located in the municipality of Manoel Viana / RS. Resistance strategies are adopted in order to maintain the field work and life by the farmers in these localities. You can see that even seeking alternative ways and non-agricultural activities, many families can not endure the difficulties they face and leave the fields. What are these resistance strategies that enable farm families to remain in rural areas? Why do many of them give up, thickening the ranks of the rural exodus? These are questions that this study intend to answer. It's craved to investigate the ways of resistance aiming to comprehend the family farm in its process of resistance and transformation, wrought by its subjects, in the area searched. It was sought to understand the interrelationship between the processes involved historically with the objective of comprehending the current reality of family farmers from these two locations. The research was conducted in four stages: the first one consisted of theoretical research on the subject, the second one was centered on collecting data from secondary sources, with the intent to understand the scope of public policies for family farming. The third stage corresponded to collect primary data through field work where empirical observations, interviews and informal conversations were conducted, which were a fundamental set of methodological procedures for analysis and understanding of the processes involved. The fourth and final stage was to systematize the collected data, interpreting them in a critical and qualitative way, in order to understand the cultural and socioeconomic status of the individuals involved, the processes related to the proposed theme on local, regional and national scales. It was found that the forms of resistance encountered by these families are fundamental to their socioeconomic reproduction, however, the role of the state as an developer agent of public policies is not effective yet for family farming reaching autonomy in its reproduction and for it to be recognized for its socioeconomic role.

Keywords: Family farming, public policies, resistance strategies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS.....	27
1.1 Espaço e Poder: Origem do Território.....	27
1.2 A Questão Agrária Brasileira e a Agricultura Familiar.....	32
1.3 A Formação do Espaço Agrário no Rio Grande do Sul.....	38
1.4 O Processo de Produção do Espaço de Manoel Viana.....	48
1.4.1 Caracterização fisiográfica de Manoel Viana.....	52
2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO ABANDONO DA TERRA.....	56
2.1 Agricultura capitalista, complexos agroindustriais e agronegócio.....	56
2.2 As políticas públicas voltadas à agricultura familiar: efetividade e eficácia.....	63
3 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	84
3.1 A territorialização da Agricultura Familiar no Rincão dos Saldanhas.....	
3.1 Estratégias de resistência através da Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas.....	84
3.1 Estratégias de resistência através das políticas públicas.....	91
3.2 Estratégias de resistência através das políticas públicas.....	95
3.3 Estratégias de resistência através da pluriatividade.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	123
ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS SOLOS.....	124
ANEXO B – VEGETAÇÃO	126
ANEXO C – OCUPAÇÃO DO SOLO.....	128
ANEXO D – CERTIDÃO DE NASCIMENTO.....	130

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é permeada por contradições, constituída por realidades que passam por transformações territoriais, sociais e econômicas. Entretanto, as raízes agrárias do Brasil contribuem para o conservadorismo que mantém a estrutura fundiária concentrada e a estrutura agrária em que os médios e grandes produtores possuem maior acesso às políticas públicas que subsidiam suas lavouras e financiam o desenvolvimento de novas tecnologias para auxiliarem os processos da produção agropecuária, elevando os índices de produtividade.

Enquanto os agroempresários, parte da elite econômica do país, são beneficiados, grande parte dos agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas, assentados da reforma agrária, entre outros, ainda encontra-se esquecida e ignorada, relegada à invisibilidade, em situações impostas de difíceis condições de trabalho e a uma vida muitas vezes, dificultada.

Dessa forma, a realidade do campo no país permanece bastante desigual. As dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares são inúmeras, dentre elas a redução de suas atividades, que têm suas causas em vários fatores, como a modernização da agricultura, que devido ao alto custo não está ao alcance da maioria dos agricultores familiares, ou seja, aqueles que são descapitalizados e não podem pagar pelo pacote tecnológico permanecem excluídos da cadeia produtiva. Outra dificuldade encontrada é imposta pelo modelo agroexportador, que produz em grande escala, em grandes extensões de terras, sendo responsável pela expulsão de grande parte dos produtores familiares do campo. Essa realidade e dificuldades encontradas retiraram e ainda retiram a força de trabalho do campo, tendo como consequência o êxodo rural.

Entretanto, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Censo Agropecuário de 2006, é a agricultura familiar que, em grande medida abastece a mesa da população brasileira. A agricultura familiar é responsável pelo abastecimento de cerca de 87% dos produtos da cesta básica dos brasileiros, esses, dentre outros dados revelados pelo IBGE, apontam sua importância no Brasil, sua força no cenário agrícola rural e seu papel como fator socioeconômico gerador de renda. E, mesmo ocupando lugar de tal importância no espaço rural, a agricultura

familiar parece passar por modificações no período recente. Membros de famílias residentes no meio rural têm se dedicado, cada vez mais, a atividades não-agrícolas, que são exercidas dentro ou fora de suas propriedades, fenômeno conhecido como pluriatividade. De tal modo, a agricultura familiar, suas transformações e a pluriatividade, parecem compor uma nova realidade no campo brasileiro. Realidade essa, de grande relevância para o contexto territorial, social e econômico do país.

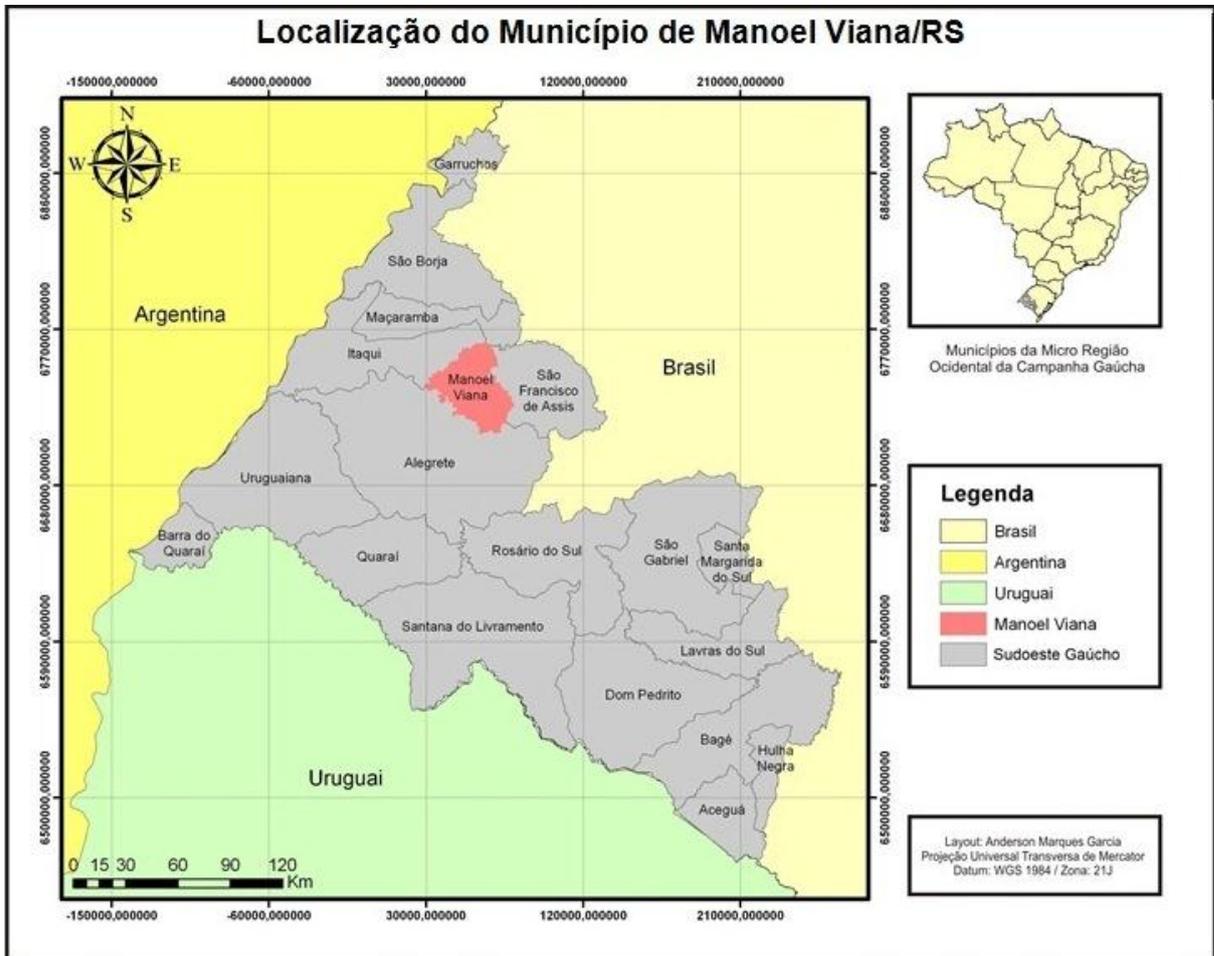
Contudo, a agricultura familiar nunca deixou de lado os embates com o modelo agroexportador imposto desde os tempos da colônia. Este modelo adota o padrão de latifúndios e da modernização conservadora do campo, e vem assumindo o espaço das atividades da agricultura familiar: "...o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola." (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.29).

A agricultura familiar enfrenta então, inúmeros obstáculos. Seguindo esse raciocínio, a estrutura agrária brasileira não condiz com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que garante o direito à reforma agrária com o objetivo de alcançar a função social da terra: O princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social (SODERO, 1968, p.89).

Transpondo a realidade nacional para o sul do país, onde se localiza a área de estudo dessa pesquisa, segundo CHELOTTI (2009), o sudoeste da Campanha Gaúcha caracterizava-se como uma região periférica de crescimento lento, constituída por municípios que até a década de 1990, possuíam sua matriz produtiva alicerçada na pecuária de corte (bovinos e ovinos) e na lavoura capitalista do arroz irrigado e da soja. A região é caracterizada por grandes latifúndios, contudo, pode-se observar uma reorganização em seu espaço.

No município de Manoel Viana (Mapa 01), localizado nessa região, os grandes produtores de arroz, gado de corte, e, mais recentemente, de soja e eucaliptos, estão inseridos na lógica nacional do modelo agroexportador e amparados pela modernização conservadora do campo, detendo assim, o controle

produtivo agropecuário naquele município, e conseqüentemente, poder econômico e político regional.



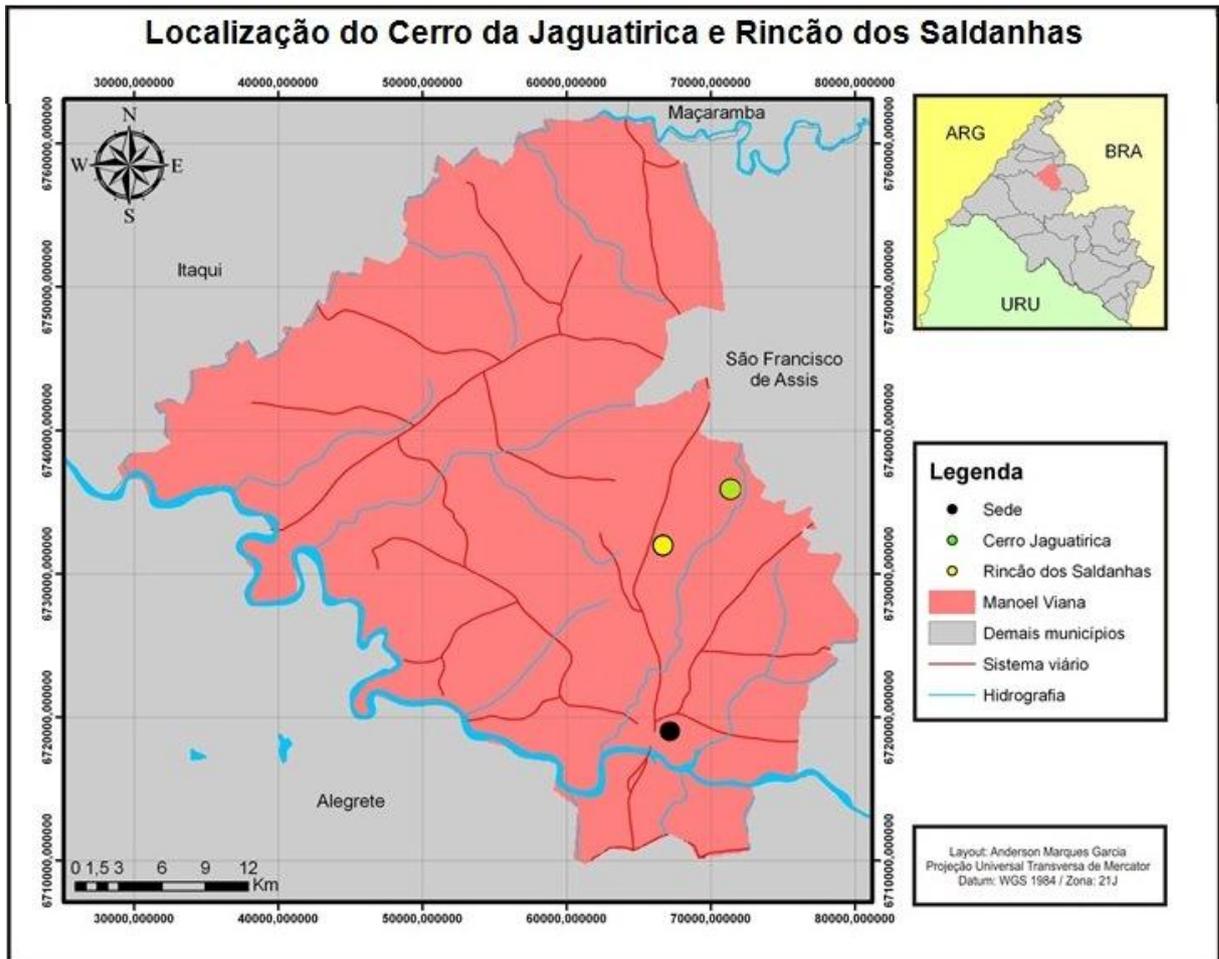
Mapa 01: Mapa de localização do Município de Manoel Viana/RS.

Fonte: IBGE/2010.

Org.: Anderson Marques Garcia.

A partir dessa reflexão e em face do processo de territorialização e reterritorialização da agricultura familiar na campanha gaúcha, novos desafios entram em cena. Alguns deles estão relacionados, fundamentalmente, às estratégias de reprodução da unidade familiar no âmbito da Microrregião Campanha Ocidental, especificamente no município de Manoel Viana, compondo a problemática local investigada. O Rincão dos Saldanhas e o Cerro da Jaguatirica (Mapa 02) são duas localidades do município que ainda resistem à grande agricultura capitalista, que vem sendo inserida na região. Nesse sentido, pergunta-

se: quais as formas de resistência e como se reproduzem as famílias que vivem ali diante da exploração da agricultura capitalista (arroz, soja e eucalipto), já que essas estão avançando em direção às pequenas propriedades de produção familiar?



Mapa 02: Localização Do Rincão dos Saldanhas e Cerro da Jaguatirica – área de estudo.

Fonte: IBGE/2010 – Dados coletados em campo.

Org.: Anderson Marques Garcia/Alecsandra Cunha.

As causas, a origem e como se dá a reprodução da agricultura familiar nas duas localidades, visto que ela parece se manter e subsistir em sua invisibilidade, apesar de sua importância e significado são questões relevantes para a compreensão de uma problemática mais ampla, caracterizada pelas relativizações locais e por suas especificidades. Essa problemática se justifica porque:

Uma questão é certa sobre esses produtores familiares da Campanha Gaúcha. As características quanto à sua origem, ao tamanho, à localização e aos sistemas de produção, ainda não foram claramente identificados. Na realidade, o que existe é uma gama de estudos e pesquisas sobre os produtores familiares das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, como os camponeses da uva na serra gaúcha, do fumo na região central, do pêssego no sul e, dos policultores no Alto Uruguai. No entanto, carecemos de estudos sobre os pequenos proprietários do sudoeste gaúcho, que histórica e socialmente se reproduziram às margens do espaço latifundiário. CHELOTTI (2009, p. 86).

Entender tais características pode auxiliar na compreensão das estratégias de resistência e reprodução das famílias que permanecem nestas localidades, assim como as causas e motivos daquelas famílias que deixaram o local. Parece estar acontecendo um processo de organização/reorganização do espaço dessas duas localidades, que pode vir a explicar suas dinâmicas e territorialidades no âmbito do confronto entre a agricultura familiar e a grande agricultura capitalista. Dessa forma, o Cerro da Jaguatirica e o Rincão dos Saldanhas são duas localidades de agricultores familiares que se localizam no 2º Distrito Pirajú no centro do município, e serão o objeto de estudo dessa pesquisa.

O Cerro da Jaguatirica se localiza a cerca de 20 km ao norte da sede do município e abriga hoje apenas oito famílias de agricultores exercendo atividades agrícolas. Cerca de 20 famílias deixaram a localidade em busca de melhores condições de vida na sede do município, ou até mesmo, em outras cidades maiores. No Rincão dos Saldanhas, localizado aproximadamente a 15 km da sede de Manoel Viana, 24 famílias desenvolvem diversas atividades agrícolas. As duas localidades possuem uma associação de produtores locais e veem se reproduzindo e se organizando, mesmo e apesar das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar. Essas associações não têm fins comerciais, ou seja, o objetivo não vai ao encontro da produção e comercialização dos produtos cultivados nas propriedades, mas sim, têm um objetivo primeiro de agregar essas famílias, para que através da união e integração elas não deixem o campo.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de investigação das realidades enfrentadas por essas duas localidades, destacando o fato da necessidade da atuação das duas associações de produtores. Ou seja, os encontros e obstáculos dessas localidades parecem estar munidos de questões

socioeconômicas e culturais que, de alguma forma, ainda conseguem manter sua produção ativa.

Assim, a análise dos conceitos de território, territorialidade, agricultura familiar e agronegócio, a partir da realidade atual enquanto produção do espaço regional é de grande relevância para se entender o contexto em que se inserem as atividades da agricultura familiar na região. A reprodução dessa forma social de trabalho e produção nas mais diversas regiões do estado evidenciou a importância desse segmento de agricultores na organização e produção do espaço. Levando em consideração o fato de que a agricultura familiar supre a demanda pela qual o agronegócio não se interessa, ou seja, o abastecimento alimentar do mercado interno nacional, WANDERLEY (2000, p.18) afirma que “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”.

A dicotomia aqui está no fato de que diversos autores e pesquisadores das problemáticas do espaço agrário brasileiro reconhecem a importância da agricultura familiar, tanto para as famílias que dependem desse modo de vida, quanto para o país no que diz respeito à sua alimentação. Entretanto, o poder público, responsável por criar e implementar políticas públicas de forma que a agricultura familiar permaneça capaz de se reproduzir, parece não cumprir efetivamente sua função, para que seja evidenciada sua importância socioeconômica e cultural no contexto do espaço agrário brasileiro.

Políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), muitas vezes, não são acessíveis ou suficientes para que os agricultores familiares possam implantar, ampliar, racionalizar e modernizar sua infraestrutura, buscando se fortalecer e dinamizar sua produção no sentido de viabilizar o desenvolvimento agrário sustentável no campo. Essas e outras políticas se tornam inacessíveis em muitos casos, em função da burocracia, da morosidade e até mesmo por falta de conhecimento dos próprios agricultores familiares a respeito das políticas públicas à eles direcionadas.

No âmbito da construção de identidades alicerçadas na produção familiar, muitas questões surgem em meio à sua reprodução no espaço-tempo. Nesse sentido, e diante do contexto agrário nacional e dessa problemática local, pretende-se analisar as implicações da agricultura familiar no Rincão dos Saldanhas e Cerro

da Jaguatirica, município de Manoel Viana, visto que a atividade agropecuária tradicional vem se mostrando “incapaz” de promover o desenvolvimento socioeconômico no meio rural regional. Almeja-se compreender a dinâmica e interesses ligados às atividades rurais como, por exemplo, as políticas públicas destinadas a fortalecer a agricultura familiar.

Para nortear a pesquisa, esta tem por objetivo geral compreender a agricultura familiar em seu processo de resistência e transformação, forjado por seus sujeitos, nas localidades do Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas, localizadas no Município de Manoel Viana/RS; e como objetivos específicos: 1) resgatar o processo histórico de formação do espaço agrário regional, nas dimensões socioeconômicas e culturais; 2) avaliar as políticas públicas voltadas a agricultura familiar e a importância desse segmento no processo produtivo no município; 3) identificar a territorialização da agricultura familiar no que tange a produção do espaço regional, reconhecendo as famílias que permanecem e as que deixaram o campo, como forma de explicar essa dinâmica; 4) identificar as estratégias de resistência dos agricultores familiares nas perspectivas socioeconômicas e culturais das famílias que permanecem no campo.

A partir do objetivo de investigação dessa pesquisa e de acordo com o contexto nacional no qual se encontra essa forma social de trabalho e produção e suas perspectivas socioeconômicas, culturais e ambientais, além de sua territorialização em meio às grandes propriedades produtores de grãos e pecuária, decidiu-se que o método dialético é o que mais se aproxima da realidade dessa investigação.

Quando se fala em método, diversas são as suas definições, várias delas foram apresentadas por SPOSITO (2004), em seu livro *Geografia e Filosofia*. O autor traz em seu texto definições de métodos de acordo com diversos outros autores, assumimos aqui a definição de Severino (1992, p.121 apud SPOSITO, 2004, p.26) que determina método como: “o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos”.

De acordo com JAPIASSU & MARCONDES (1990, p. 167) o método dialético pode ser entendido como “... aquele que procede pela refutação das opiniões do

senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”. E, ainda, Lefèbvre afirma que:

...é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam... elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo (LEFÈBVRE, 1983, p. 171).

A partir desse entendimento, o método dialético foi utilizado por possibilitar um dinamismo capaz de mostrar a constante transformação dos fatos, na dialética nada é definido e tudo está interrelacionado, os fenômenos não podem ser analisados de forma isolada, pois eles interagem entre si. Sua utilização se justifica nessa pesquisa porque: “...a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002, p.67). Assim, de acordo com a complexidade do tema abordado pela pesquisa, o método dialético parece ser o mais adequado por sua natureza dinâmica, argumentativa, holística e do caráter de movimento que atribui aos fatos.

Para compreender a realidade da agricultura familiar no contexto do município de Manoel Viana, localizado na Campanha Gaúcha, é preciso um método adequado que permita a compreensão da história, pois não existe razão intemporal, não existe transformação espacial desligada do tempo. Além disso, a dialética é composta, segundo SPOSITO (2004) em seu resgate do pensamento Hegeliano, pela tríade tese, antítese e síntese:

O pensamento que é elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento. A isso Hegel chamou processo dialético. Uma afirmação, ou seja, uma posição claramente definida atrai necessariamente uma negação. A tensão entra a afirmação e negação leva necessariamente a uma nova posição, superior às duas, mas que contém suas ideias confrontadas, chegando à negação da negação. Esses três estágios do conhecimento (a tríade) foram chamadas por Hegel de tese, antítese e síntese (SPOSITO, 2004, p. 42)

A ação recíproca na qual as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento, ou seja, nenhum fenômeno está acabado, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. E foi nesse contexto, que o método dialético auxiliou na compreensão do processo de transformação socioespacial da agricultura familiar em Manoel Viana, visto que esta se encontra em constante transformação devido à sua territorialização em meio à grandes propriedades tradicionalmente localizadas naquela região. A historicidade da sociedade e da natureza são prerrogativas do entendimento dialético da realidade. Além disso, ainda há de se considerar quatro categorias complementares como a união entre teoria e prática, objetivo e subjetivo, qualidade e quantidade, linearidade e não linearidade.

Segundo PIRES (1997) o método materialista histórico-dialético distingue-se pela dinâmica do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, a descoberta através dessa dinâmica do pensamento, das leis fundamentais que determinam a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. Pois, a natureza e a sociedade são partes de um mesmo movimento, e o homem deve ser compreendido como sociedade. E ainda:

Na dialética, as categorias, aparecendo ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade, são elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõem seu movimento. Essas categorias são: matéria e consciência; singular, particular e universal; particular, movimento e relação; qualidade e quantidade; causa e efeito; necessário e contingente; conteúdo e forma; essência e fenômeno; possibilidade e realidade. (SPOSITO, 2004, p.46).

Nesse sentido, para a concretização desta pesquisa se fez necessária uma abordagem através do método dialético, que facilitou a compreensão das diferentes temáticas aqui envolvidas. Como um maior esclarecimento a respeito das implicações territoriais das relações de poder existentes, que também esclareceram questionamentos a respeito da ocupação fundiária, sendo da agricultura familiar e das grandes propriedades, com seus agentes, suas lutas, suas conquistas e sua importância perante a sociedade brasileira.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho, buscando a interpretação e compreensão da realidade incluíram as

orientações iniciais e contínuas da pesquisa, a análise de material bibliográfico, cartográfico e documental para a construção do referencial teórico. A pesquisa bibliográfica e o referencial teórico tiveram por objetivo fornecer uma estrutura de ideias, teorias e conceitos relevantes que nortearam e forneceram fundamentação teórica para a discussão sobre o tema em questão.

Para isso, fez parte dessa etapa a realização de seleção, fichamento e leitura sobre a questão agrária no Brasil e os processos históricos referentes à ela, assim como a agricultura familiar e seus processos de transformações territoriais e perspectivas. Além das atividades agropecuárias desenvolvidas na Campanha Gaúcha, destacando o município de Manoel Viana e ressaltando as localidades do Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas.

Esse referencial teórico da pesquisa subsidiou a discussão dos conceitos e materiais já publicados no auxílio da compreensão da realidade, consistindo na primeira etapa de elaboração da pesquisa. Foram consultados nessa etapa então, livros, teses e dissertações sobre o tema tratado, assim como sobre a área específica de estudo.

A segunda etapa foi desenvolvida a partir da coleta de dados de fontes secundárias. As instituições públicas como INCRA, IBGE, Prefeitura Municipal de Manoel Viana, Secretaria de Agricultura, Emater, dentre outras; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as Associações de produtores familiares locais e organizações científicas como o Gpet estiveram presentes entre essas fontes pesquisadas. O objetivo foi levantar dados que subsidiassem a compreensão da estrutura fundiária do município pesquisado, sua produção agrícola, uso e ocupação do solo, população rural e dinâmica territorial.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na coleta primária de dados, através dos trabalhos de campo que foi dividida em duas fases. Na primeira delas foi feito o reconhecimento e caracterização fisiográfica, socioeconômica e cultural das localidades do Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas, através de visitas e conversas informais com os agricultores familiares e observações das áreas para maior aproximação daquela realidade. O objetivo dessa fase foi de entender as transformações históricas e a situação atual do município e das localidades específicas.

A segunda fase dessa etapa foi a coleta de dados junto aos agricultores familiares. Foram realizados quatro trabalhos de campo para observação da dinâmica das unidades familiares, consistindo assim em observações e entrevistas semi-estruturadas (roteiro anexo). Foram entrevistados, pelo menos 1 (um) membro de cada família das duas localidades, sendo 32 famílias no total. Dessa forma, as entrevistas semi-estruturadas e conversas informais possibilitaram a compreensão de quais estratégias de resistência estão sendo utilizadas para que a agricultura familiar tenha autonomia para se reproduzir. Para isso foi investigado o que foi e é produzido. E ainda, o modo de vida desses produtores familiares, sua ligação com a terra, suas formas de produção e como vivem no meio rural.

Além disso, também foram entrevistadas duas famílias que deixaram as localidades, principalmente o Cerro da Jaguatirica onde houve maior êxodo. Através dessa investigação foi possível entender as causas e motivos dessas famílias em deixar suas propriedades, onde viviam e produziam e suas perspectivas de futuro.

A quarta etapa, de caráter mais amplo, originou-se do cruzamento de dados e informações permitindo uma análise do caso específico do município e das localidades em estudo, motivando novas buscas de informações que pudessem orientar o processo de análise. Dessa forma, essa etapa foi efetivada a partir da análise da situação socioeconômica e cultural dos processos relacionados ao tema proposto e da construção do texto final da dissertação organizando as informações relacionadas ao contexto local, regional e nacional.

Foram feitas abordagens e análises quantitativas e qualitativas, no intuito de identificar a organização e reorganização da agricultura familiar, através de sua identificação e caracterização. A abordagem quantitativa teve como objetivo enunciar em números as transformações ocorridas na agricultura familiar do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica no que tange à sua população, ao uso e ocupação do solo e as atividades econômicas desenvolvidas. A abordagem qualitativa buscou analisar os dados que não podem, simplesmente, ser quantificados, pois o processo e o seu significado são parte fundamental para a compreensão dos fenômenos, considerando que:

...há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não

pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (SILVA; MENEZES, 2007, p.20).

Assim, para a utilização de abordagem qualitativa e quantitativa foram utilizadas fontes de informações bibliográficas, observações, entrevistas semi-estruturadas, conversas informais e visitas a campo. O levantamento bibliográfico sobre a agricultura familiar no município, sua territorialização, invisibilidade e perspectivas teve o objetivo de identificar sua trajetória, além de sua formação e os processos relacionados.

As observações foram realizadas no município durante o ano de 2012 e 2013. Foram escolhidos períodos de plantio, cuidado e colheita, objetivando observar e analisar a dinâmica socioespacial, as transformações tecnológicas e culturais da agricultura familiar, concomitantemente com suas perspectivas futuras. As observações, como instrumento de coleta de dados, são de grande importância para a realização do trabalho proposto.

A observação é uma técnica que sempre auxilia muito o pesquisador em suas pesquisas. A observação pode ser flexível e utilizada dentro de qualquer metodologia de pesquisa, tanto de abordagens quantitativas como qualitativas. Porém, o bom observador é aquele que, ao decidir-se pela observação, deverá preparar o seu desenvolvimento, o seu emprego e formas de registro (...) (BARROS e LEHFELD, 1990, p. 77).

As entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os agricultores familiares buscaram identificar os processos ocorridos ao longo do tempo, que não possuem documentação e já não podem ser observados atualmente.

As amostras para essas entrevistas semiestruturadas foram intencionais, ou seja, “escolhidos casos para a amostra que representem o “bom julgamento” da população/universo.” (SILVA; MENEZES, 2007, p.32). A utilização da entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados sempre esteve aberta ao levantamento de novos elementos, respeitando a dinâmica do diálogo entre pesquisador e pesquisado e justifica-se por que:

O entrevistador motiva e/ou estimula o entrevistado a falar sobre um determinado tempo ou problema. A fala é livre e não dirigida. A entrevista é conduzida "sem imposição" de análise de aspectos que interessem especialmente ao pesquisador. Pode permitir ao pesquisador captar informações mais profundas ou menos censuradas. Essa técnica tem a capacidade de facilitar o afloramento de dados corrigidos de afetividade e emoções. (BARROS e LEHFELD, 1990, p. 82).

Além disso, as conversas informais com moradores estiveram presentes durante todo o decorrer da pesquisa visando captar suas visões e impressões dos fenômenos ocorridos durante o processo de formação do espaço agrário, composto também pela agricultura familiar no município.

As observações, assim como entrevistas semiestruturadas e conversas informais serviram de técnica investigativa com o objetivo de entender e compreender o processo histórico de transformação socioespacial que culminou nas situações atuais de cada uma das localidades. As informações levantadas possibilitaram demonstrar a transformação das atividades agropecuárias locais, assim como as transformações ocorridas em função dessa transformação, além de apontar a espacialização das propriedades no território municipal, através da utilização do GPS.

Os capítulos da dissertação foram expostos com informações gerais sobre cada um deles, do que tratam e as ideias que estão no cerne da pesquisa. A questão agrária brasileira e as principais transformações do espaço rural estão expostas no 1º capítulo, intitulado Questões Teóricas como Pano de Fundo para a Formação de Territórios Rurais, no intuito de embasar a discussão e análise da estrutura agrária brasileira. A modernização da agricultura e os territórios rurais brasileiros estão presentes na discussão desse capítulo, com o objetivo de possibilitar a compreensão da situação atual da agricultura familiar na área de estudo, suas possibilidades e perspectivas. O processo de formação do espaço agrário no Rio Grande do Sul é apresentado através de uma contextualização histórica e geográfica da campanha gaúcha e do município de Manoel Viana.

O 2º Capítulo, Das Políticas Públicas ao Abandono da Terra, apresenta as famílias de agricultores que não resistiram às transformações ocorridas no espaço rural do Rincão dos Saldanhas e Cerro da Jaguatirica. A agricultura capitalista, os complexos agroindustriais e o agronegócio são discutidos no âmbito conceitual, além de sua relevância no contexto nacional. Essa discussão foi necessária para

que se entenda em que medida essas atividades influenciam nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. As formas de acesso e funcionalidades das políticas públicas para a agricultura familiar subsidiaram a discussão em torno das famílias que deixaram o meio rural. A análise do papel do Estado na aplicação de tais políticas é fundamental para a compreensão do contexto atual do espaço rural.

As estratégias de resistência das famílias que permanecem no campo, sua produção, como se produz e o que se produz nas localidades pesquisadas compõem parte da discussão central do 3º capítulo: Estratégias de Resistência nos territórios da Agricultura Familiar. Através dessa análise é possível entender o processo de reprodução da agricultura familiar no Rincão dos Saldanhas e Cerro da Jaguatirica, assim como sua dinâmica e relevância regional. O entendimento da territorialização da agricultura familiar possibilitou a compreensão da produção do espaço regional enquanto resistência dessa forma social de trabalho. Discutiu-se sua organização, gestão, políticas e ações efetivas, buscando entender o processo de subsistência, afirmação, construção e desenvolvimento, assim como sua autonomia no processo produtivo no âmbito municipal e regional. Aqui o território e a territorialidade assumida pela agricultura familiar foram analisados enquanto instrumento teórico-metodológico que fundamenta a implantação de políticas públicas.

As principais ideias e uma síntese de toda a pesquisa apresentam-se nas Considerações Finais para que a pesquisa se faça entender de forma clara e sucinta. Nas Ciências Humanas, respostas e conclusões fechadas podem limitar o horizonte de possibilidades e possíveis desdobramentos, portanto contribuimos com considerações a cerca da realidade social pesquisada, certos de que as transformações socioespaciais são dinâmicas, complexas e passíveis de diversas interpretações.

Lamentos de um camponês: homem do campo
Pedro Milla

**É lamentável nossa situação
mesmo os poucos que aqui resta
ainda continua a produção.**

sabem porque...?

porque, sou homem do campo...

**As vezes fico triste
por coisa que acontece...
vivendo no esquecimento
quase ninguém nos reconhece...**

mas mesmo assim

a luta é constante

sabem porque...?

porque sou homem do campo...!

Sou homem do campo

sou roceiro mesmo...

somente uma coisa

não consigo esconder

da minha felicidade

de no campo viver

Portanto eu imploro

deixe-me em paz

deixe-me aqui viver...

Porque, aqui eu nasci...

Aqui...

Eu quero morrer?

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Este capítulo apresenta uma discussão teórica a cerca de conceitos chaves para a geografia, como o espaço e o território. Esses conceitos auxiliam a pesquisa na compreensão da formação dos territórios rurais. A formação do território rural mantém relação direta com a discussão da dicotomia entre rural e urbano, pois, em diversas ocasiões estes territórios são forjados a partir das necessidades dos espaços urbanos. A agricultura familiar, cerne dessa pesquisa, possui papel fundamental na dinâmica de formação dos territórios rurais e na interrelação rural/urbano, a partir de sua relevância socioeconômica e capacidade de fornecimento alimentar, tanto para o meio rural, quanto para o urbano. A apresentação do município de Manoel Viana e da formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul contribui para a compreensão do papel desempenhado pela agricultura familiar nestes espaços.

1.1 Espaço e Poder: Origem do Território

O espaço é a mais fundamental categoria de análise da Geografia. Em toda a história da humanidade o conhecimento do espaço sempre foi essencial para a manutenção da vida cotidiana. O espaço, para LEFEBVRE (1974), consiste no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições. Lefebvre aborda o conceito de espaço social na perspectiva em que o espaço é produto das relações que constituem o sistema capitalista. Já para CORRÊA (1995), as relações de trabalho constroem o espaço, por meio da transformação da própria sociedade e da natureza, refletindo diretamente na paisagem:

... as sociedades, através de suas relações de trabalho, transformam a si e a natureza, resultando na produção do espaço que incorpora e reflete, na paisagem, a forma como diferentes grupos sociais se relacionam com a natureza. É todo espaço onde há possibilidade de vida e interação do homem. (CORRÊA, 1995, p. 22).

Na obra “Geografia: conceitos e temas” publicada em 1995, Roberto Lobato Corrêa e Marcelo Lopes de Souza discutem os conceitos de espaço e território sob a perspectiva de Ratzel, geógrafo alemão do final do século XIX. A partir dessa discussão, percebe-se que para Ratzel o espaço é imprescindível à vida, valorizando sua posse e o seu domínio, numa concepção geopolítica para o território, conformando forte ligação entre população e solo. Em conformidade com essa ideia, surgem dois conceitos chave, que são o território e o espaço necessário à vida, o espaço vital, tendo o poder presente em todas as relações da vida cotidiana. E são essas relações de poder que cristalizam os territórios e as territorialidades (RAFFESTIN, 1993).

A noção de território se dá a partir do espaço ocupado, construído, gerido e utilizado pelo homem. Sua organização acontece de acordo com o uso e ocupação do solo, variando dentro das redes existentes. Tais redes são construídas em função de um lugar central, este por sua vez detém o controle do território (GILLARDOT, 1997). A partir das territorializações-desterritorializações-reterritorializações de novas atividades no espaço, criam-se, também, diversos territórios.

Disso decorre que as novas formas de produzir e existir coletiva e socialmente, na dimensão de novas territorialidades, nos faz pensar nos conceitos de território para se refletir e compreender as relações urbano/rural. O território também pode ser entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Por isso, ele não cabe somente dentro de uma divisão político-administrativa (NEAD, 2001). O território se concretiza no espaço anteriormente concebido, através de atores. A materialização do território se dá a partir das relações de poder do indivíduo com o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Dessa forma, o território decorre de relações materiais e imateriais, geopolítica, econômica, social, cultural e com a natureza, assumindo distintos significados para diferentes sociedades ou grupos sociais. Suas configurações lhe

remente à fronteiras fluídas nas dimensões espaço-temporal, com novos significados e abordagens, conflituosidade e contradições (SAQUET, 2007).

Il y aurait des usages contradictoires, ambigus même du mot territoire - comme le fait remarquer Franck Scherrer, qui rappelle que "le territoire apparaît d'abord comme une solution pour redonner du sens à l'action urbanistique pour devenir, depuis les années 2000, à nouveau un problème" - , mais il y aurait et surtout une réalité nouvelle, non réductible à l'espace, différente du local ou du paysage, à laquelle renverrait le mot de territoire et ses dérivés dont ceux de territorialité et de territorialisation. (CHALAS, 2009, p.177).

O território transcende o simples habitar humano, perpassa pelas relações de poder socialmente construídas e efetivadas na vida cotidiana. Saquet (2007) cita essa concepção de território a partir das contribuições de Machiavelli, que afirmava ainda, que o território é embebido de poder, sendo exercido através da apropriação e dominação. Entretanto, Souza (2005) afirma também que o território é inerente à toda espacialidade social ultrapassando as relações de poder.

Non seulement dans cette logique d'émergence ou d'auto-organisation permanente, le territoire ne serait plus donnée, il serait au contraire l'affirmation d'un construit, mais aussi et surtout il serait l'affirmation d'un construit coproduit dans lequel interviendrait de manière importante, voire déterminante, l'autonomie des pratiques sociales contextualisées et, par là même, il serait un construit coproduit instable ou éphémère. La logique d'émergence ou d'auto-organisation du territoire suggère une définition du territoire contemporain qui pourrait être la suivante: le territoire contemporain est le résultat d'une évolution que les politiques, mais aussi les experts ou les urbanistes, n'ont ni maîtrisée, ni prévue, pour partie au moins. (CHALAS, 2009, p.180).

Dessa forma, a relação entre espaço concreto, território e grupos sociais passa a ser crucial para a análise dos mesmos, nos quais características como fronteiras fluídas, limites mutáveis, durabilidade, poder e controle constroem identidades socioespaciais. Definindo assim, as diversas territorialidades que permeiam o espaço. Para Souza (2005) essas territorialidades são mutáveis e totalmente dinâmicas no sentido espaço-tempo. A territorialidade é atribuída pelo

espaço vivido pelo ator ou grupo em determinado território, ou seja o conjunto de relações estabelecidas, que por sua vez dão conteúdo ao território. Assim:

...a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Com base nessa discussão buscamos caminhos para entender os territórios rurais e suas formas de reprodução no contexto atual. Pensou-se no espaço geográfico como ponto de partida para a compreensão da configuração territorial, considerando que o “espaço geográfico se cria como produto histórico e social a partir da contradição entre uma produção socializada e má apropriação privada.” (CARLOS, 2005. p. 83 e 84).

Considerando a fluidez entre territórios urbanos e rurais, a partir da discussão de espaço geográfico, considera-se que são inúmeras as definições do *rural* e do *urbano*. Na perspectiva do que vem acontecendo em diversas partes do país, na intrínseca relação urbano/rural, cabe ressaltar que a seguinte definição explica com mais clareza o que se constata em muitos municípios brasileiros:

...o espaço rural é um espaço tutelado, largamente subvencionado, mutilado eventualmente pela urbanização responsável pela degradação de algumas de suas partes situadas nas proximidades das grandes aglomerações; é um espaço entrecortado e retalhado pelas vias de comunicação (estradas de ferro, de rodagem, etc.). Serve, com efeito, de suporte para as comunicações que possibilitam as relações interurbanas. (DOLLFUS, 1991, p.43).

As mudanças no modo de vida das pessoas intensificaram-se após a industrialização, concomitantemente com a urbanização, resultando em diferentes formas de uso e ocupação do solo. CARLOS (2005, p.23) explica: “...o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social.”

A complexidade da ação dos agentes sociais induziu a práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, adensamento do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, recolocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1999, p.33).

Percebemos que o campo incorporou diversas características dos espaços urbanos e, sobretudo do modo de vida capitalista, onde suas fronteiras são cada vez mais imprecisas. As transformações não são visualizadas como oriundas do campo, mas frutos de uma lógica urbana que extrapola os limites da cidade. O urbano se expande e se reterritorializa para além das cidades, levando consigo as mudanças. Entretanto, não perde as especificidades e identidades do rural.

A perspectiva do poder urbano na modernização sobre o rural camponês vem fazendo com que desapareça a imagem do rural pitoresco. Dando lugar a um rural moderno, tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, um rural urbano e global:

...aquela imagem de rural camponês e pré-capitalista estaria desaparecendo em favor de outra imagem, a de rural da alta modernidade; um campo harmônico e sem conflitos, uma utopia de uma natureza intocada. (MOREIRA, 2007, p.69).

Ainda assim, um rural marcado pelas desigualdades, no qual a modernização e a modernidade não se completam. Existe uma presença marcante de mudanças nos sentidos atribuídos ao rural na modernidade (MOREIRA, 2007).

Um duplo processo de desenraizamento pode ser observado segundo MOREIRA (2007), o desenraizamento do tempo no qual o passado desaparece ressurgindo enquanto cultura do consumo, revalorizando as tradições, produtos e costumes, que fomentam o turismo rural, por exemplo. E, ainda, o desenraizamento do espaço onde os territórios e identidades desaparecem, ressurgindo desterritorializadas, como representações econômicas e culturais. Esse fenômeno pode ser exemplificado pelo estilo de vida 'country' nos territórios do agronegócio, por exemplo.

Portanto, pode-se considerar que há uma modernização e urbanização do campo. Alguns fatores têm contribuído para legitimar essa ideia de urbanização do campo e a transformação das ruralidades: a queda da população envolvida em atividades agrícolas, o crescimento do envolvimento dessas populações em atividades não-agrícolas, a pluriatividade, e a incorporação de tecnologias. Tecnologias essas, incorporadas tanto na produção agropecuária quanto na reprodução da vida social.

Assim, o rural que não vemos está presente também naquilo que é entendido por não-agrícola. A agricultura é uma das “partes” do rural. Ambos não podem ser tratados como sinônimos. Os espaços rurais são heterogêneos e comportam uma série de atividades que ultrapassam a lógica agrícola. Múltiplas são as estratégias de vida desenvolvidas no interior de tais espaços que transformam seus valores.

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o ‘valor’ desse lugar muda, e assim o ‘valor’ de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade pré-existente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares. (SANTOS, 2002, p.66).

E, no espaço rural, (co)existem diversas significações e territorialidades, como do agronegócio, além da produção familiar, a agricultura familiar. Essa forma de vida e de trabalho estabelece valores ao lugar e pode contribuir para a dinamização de áreas estagnadas, entretanto, a estrutura fundiária brasileira não favorece sua reprodução.

1.2 A Questão Agrária Brasileira e a Agricultura Familiar

O Brasil sempre foi, e ainda é, um país voltado para grandes exportações de produtos primários, entre os quais a cana-de-açúcar do nordeste desde a época de

sua ocupação; o ouro e o diamante de Minas Gerais por volta do século XVII e início do século XVIII; o café do sudeste na época do Império; a borracha da Amazônia no início do século XX; os grãos de várias regiões do país, principalmente a soja, da segunda metade do século XX até os dias atuais. Contudo, em grande medida, produtos do agronegócio também são transformados internamente. Nesse sentido, grandes extensões territoriais são destinadas a essas atividades produtivas. Por essa razão, o Estado tem garantido às elites o acesso a terra, desde os grandes latifúndios do período colonial, as Capitânicas Hereditárias e as Sesmarias, com o objetivo de controlar o acesso popular às terras brasileiras.

Para entendermos as razões que explicam porque a estrutura fundiária brasileira permanece baseada no latifúndio, podemos unir a reflexão anterior ao período pós-guerra, quando políticas internacionais foram implantadas no país com o objetivo de modernizar o meio rural brasileiro. Por ser considerado, pelo governo nacional e por governos internacionais, um espaço atrasado e que poderia ser facilmente alcançado pelas propagandas socialistas, o espaço rural brasileiro começou a sofrer algumas transformações em função de políticas públicas, que a partir de uma abordagem produtivista objetivava o desenvolvimento capitalista no campo.

Políticas voltadas para modernização do campo foram implantadas, voltadas para a grande produção. O que intensificou a desigualdade social, pois corroborou para a manutenção dos latifúndios, e dessa forma reafirmou a concentração de terra, renda e riqueza.

Durante quatro séculos a economia esteve voltada para e pelo exterior, mantendo as características agrárias do país. Nas primeiras décadas do século XX, o centro dinâmico é deslocado para o mercado interno, que se mostra cada vez mais fortalecido e em constante crescimento, refletindo a força na indústria e no urbano. O processo de urbanização foi acelerado pelo processo de industrialização, e este faz ascender a instalação de fábricas e crescer os setores do comércio e serviços, atraindo de modo crescente a população. O êxodo rural se acelera em contínua tendência ao crescimento, pois a cidade se torna mais atrativa por diversas razões.

Assim, os interesses do urbano começam a sobrepor os interesses do latifúndio, hegemônico até o momento, e passam a privilegiar a população urbana, principalmente a burguesia e a classe média, em detrimento do latifúndio exportador.

“A negação de estruturas, instituições e valores vigentes é, em geral, o primeiro passo na tentativa de abrir caminho para as novas formas emergentes que se quer afirmar e tornar vitoriosas.” (BRUM, 1983, p. 49).

Com o advento da tecnologia, as transformações na sociedade e no espaço obtiveram uma dinamicidade intensa, onde as distâncias não existem mais, assim como os longos tempos. As informações viajam pelo espaço-tempo de forma fluída, rápida e segura, é a chamada Revolução Informacional do séc. XX (ELIAS, 2003). A produção industrial, no ambiente fabril passa por transformações espaciais em função da revolução informacional, redefinindo o espaço geográfico pela combinação de novos signos. A aceleração do processo de urbanização é a principal característica do período atual¹, no qual crescem todos os tipos de cidades, os grandes centros urbanos, as cidades intermediárias e as locais. E o período técnico-científico-informacional também chega ao campo, fazendo surgir a fazenda moderna. Assim, a partir de grandes áreas agrícolas se desenvolvem grandes centros urbanos e vice-versa (ELIAS, 2003).

Como consequência da união desses fatores, a modernização do campo brasileiro ocorreu a partir da década de 1960, através da Revolução Verde, um pacote tecnológico composto por insumos, agrotóxicos, maquinários, fertilizantes e a criação dos Complexos Agroindustriais². Entretanto, as transformações ocorridas atingiram os grandes proprietários que eram providos de capital e créditos fornecidos pelo Estado para os devidos investimentos. Subsídios estatais alcançaram as grandes lavouras e financiaram a sua tecnologização, colaborando para que os processos de produção agropecuária elevassem, cada vez mais, seus índices de produtividade.

Dessa forma, a atividade agrícola brasileira passa, no séc. XX, por profundas alterações para atender a nova realidade mundial, contudo essas alterações se deram em função do interesse do capital, através das pesquisas e avanços tecnológicos. A relação terra-trabalho-capital se reorganiza e a produção para autoconsumo decai e a mão-de-obra rural passa a ser liberada. A substituição de produtos que fazem parte da alimentação da população por produtos exportáveis

¹ Nas obras *Espaço e Método* (1985) e *O Espaço Dividido* (1979), Milton Santos traz a noção de que o espaço deve ser analisado segundo períodos temporais, sendo eles 5: comércio marítimo, período manufatureiro, período da revolução industrial, período industrial e período tecnológico.

² Os complexos agroindustriais serão tratados no próximo capítulo.

gera uma profunda mudança de hábitos alimentares, e, além disso, faz desaparecer alguns alimentos das mesas mais pobres.

Foram muitos os impactos no território brasileiro. (...) teríamos a organização de dois Brasis: de um lado, o Brasil que produz alimentos para o mercado interno, e de outro, o produtor de matéria-prima para as modernas agroindústrias, principalmente as exportadoras. (ELIAS, 2003, p. 69).

As inovações biotecnológicas representam uma revolução no campo, é um pacote tecnológico na agropecuária que passa a funcionar como uma linha de montagem, trazendo consigo o processo de especialização de produção, como por exemplo, da cana-de-açúcar, citrus e soja.

Com isso, durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, a concentração de terras foi intensificada no país. Durante o período de modernização do campo essa concentração alcançou números relevantes no que tange à concentração fundiária. Segundo OLIVEIRA (2002), em 1940 cerca de 1,5% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de 1000 hectares ocupavam 48% do total de terras, enquanto 86% dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares ocupavam menos de 19% do total de terras. Em 1985, o número de proprietários com mais de 1000 hectares diminuiu para menos de 0,9%, sendo 44% do total de terras, e mais de 90% dos proprietários com menos de 100 hectares alcançaram o número de 21% do total de terras. E no Rio Grande do Sul, principalmente na região da Campanha Gaúcha, onde está localizado o município de Manoel Viana o processo de concentração de terras também se fez presente.

Considerando esses números, a modernização conservadora do campo brasileiro se mostra presente na estrutura fundiária do país. Pelo termo modernização conservadora do campo é entendido que a caracterização da modernidade não altera as estruturas de desigualdade (ver também DOMINGUES, 2002 e 2006). No caso do meio rural, houve e ainda há a modernização da produção agrícola, através da inserção de tecnologias, mas se manteve e ainda mantém a desigualdade no campo, a inexistência de reforma agrária, ou seja, má distribuição de terra e renda, além do aumento da degradação ambiental.

Em decorrência desses processos de concentração fundiária, as pequenas unidades de produção foram, de modo crescente, relegadas ao esquecimento, à invisibilidade, à falta de investimentos e subsídios que possibilitassem os agricultores familiares de produzir e viver de forma digna. A modernização da agricultura e o modelo agroexportador estão entre os principais motivos da redução das atividades no âmbito da agricultura familiar. São diversas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. A ausência de capital de grande parte dos agricultores familiares não permitiu que esses acompanhassem a modernização implantada na agricultura, o impedimento de inserção de novas tecnologias acabou por tornar inviável a comercialização da produção dessas famílias descapitalizadas. A produção em grande escala em grandes extensões de terras do modelo agroexportador expulsa os agricultores familiares do campo. Esses processos levam as famílias diretamente ao êxodo rural, que retirou e ainda retira a força de trabalho do campo.

Entretanto, estudos³ sobre a questão agrária brasileira deixam clara a importância da agricultura familiar para a economia do país. Pois:

Essa importância se dá graças à sua capacidade de produção para suprir as necessidades do grupo familiar e produzir gêneros alimentícios para a população urbana, assegurando baixos preços. Porém, apesar dessa importância econômica, esse grupo de produtores encontra-se em desvantagem, tanto na produção como na comercialização de seus produtos, pois sempre foi colocado em segundo plano pelas políticas agrícolas e agrárias em toda a história da formação econômica brasileira (...). (VENÂNCIO, 2008, p.21).

Contudo, apesar da invisibilidade da agricultura familiar, sua importância vem sendo reconhecida a partir da década de 1990 e sua conceituação passou a ser largamente discutida, FERNANDES considera que:

...o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas

³ Alguns exemplos são: TEDESCO (1999), VENÂNCIO (2008), CUNHA (2009), SCHNEIDER (1999 e 2003), WANDERLEY (2000) e CHELOTTI (2009).

nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (2001, p. 29-30).

Há necessidade de se delimitar o campo teórico das conceituações que envolvem a agricultura familiar, pois percebe-se que essas variações de conceitos podem levar à questionamentos no que tange a atuação, produção e reprodução do agricultor familiar. Contudo, existem diversos trabalhos⁴ que utilizam alguns termos em equivalência com a agricultura familiar, portanto a necessidade de observar bem esses usos.

Assim, quando se utiliza o conceito de camponês, pode-se trabalhar utilizando-o em conformidade com agricultor familiar, pois para essa corrente de pensamento, pode-se até chamar os camponeses de agricultores familiares, não como conceito, mas sim como condição de organização do trabalho. A integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias são alguns dos argumentos usados para diferenciar o agricultor familiar do camponês (VEIGA, 1991, p.190; ABRAMOVAY, 1992, p.21).

Contudo:

Lênin (1985) e Kautsky (1986) são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência – para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado. (FERNANDES, 2003. p.19).

Além da discussão conceitual há que se levar em consideração o pertencimento desses sujeitos. Como bem esclarece TEDESCO (1999), em seu

⁴ A discussão teórica entorno dos conceitos de agricultura familiar e agricultura familiar camponesa vem sendo cerne de diversos trabalhos, tendo como autores, entre outros, SILVEIRA (1990), HESPANHOL (2000), OLIVEIRA (2004), MARQUES (2004), FELÍCIO (2006).

estudo sobre os colonos de origem italiana no Rio Grande do Sul, mais precisamente no nordeste da serra gaúcha, a relação com a terra e a propriedade da terra são base familiar. A partir dela se criava autonomia, os projetos familiares eram unidos na aliança entre propriedade e trabalho. No estudo também observou-se a definição do *ethos do colono*. O *ethos do colono* familiar se redefiniu no espaço das colônias, sendo construído através da integração das condições materiais de produção, o meio e as relações sociais. O trabalho estava além do interesse econômico, ele representava status e caráter. Hoje, há que se considerar a luta dos diversos tipos de camponeses, inseridos na realidade dos movimentos sociais que têm como cerne dessa luta, ideologias políticas e justiça social.

A discussão conceitual em torno da agricultura familiar é ampla e complexa. O enfraquecimento de outras expressões como ‘trabalhador rural’ e/ou ‘pequeno proprietário’ pode também ser a causa da crescente legitimação da noção de agricultura familiar. Além disso, ao criar o PRONAF, o próprio Estado contribuiu para a legitimação do termo e sua aplicação conceitual.

A partir dessas reflexões reitera-se a necessidade de investigação sobre a realidade da agricultura familiar, com a finalidade de entender a lógica desse modo de vida e produção para que políticas públicas e ações efetivas possam ser direcionadas a essa parcela da produção nacional muitas vezes ignorada, porém de extrema importância para as economias locais e regionais, além dos aspectos socioculturais dessas famílias, que são relevantes para sua própria reprodução.

Nesse contexto, e diante de sua relevância, a agricultura familiar cumpre papel fundamental na formação do espaço agrário nacional e, especificamente no Rio Grande do Sul, um estado que tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias. O contexto histórico de ocupação desse estado demonstra que a agricultura familiar esteve presente no processo de formação do seu espaço agrário.

1.3 A Formação do Espaço Agrário no Rio Grande do Sul

As reflexões feitas até o momento, em escala nacional, refletem realidades em outras escalas. No caso do Rio Grande do Sul, e para entender a territorialização

da agricultura familiar neste estado atualmente, é necessário um retrocesso na história de ocupação desse território. Observa-se que aconteceram ocupações diferentes no espaço-tempo.

O território rio-grandense tinha suas terras habitadas por diversos grupos indígenas, que foram quase exterminados com a chegada dos europeus, atualmente o número de indígenas no estado é muito reduzido. A ocupação do território do Rio Grande do Sul se deu de forma um pouco diferenciada com relação ao restante do Brasil. O maior interesse dos colonizadores europeus era, a princípio, sua proximidade com a foz da Bacia do Prata, que permitia fácil acesso ao Atlântico e, assim, escoar os produtos explorados no continente.

A região era, até o séc. XVIII, habitada por índios de diversas tribos, entre eles Charruas e Minuanos. Esses habitavam uma vasta área da campanha, entre o que temos hoje, parte do território uruguaio e rio-grandense. Esses índios começaram a arrebanhar gado e cavalos, se tornando hábeis nessa atividade. Concomitantemente, as Reduções Jesuíticas se formavam e desenvolviam ao norte dessa região. As figuras a seguir ilustram as Reduções Jesuíticas naquela época e as ruínas de uma delas atualmente, em São Miguel das Missões/RS.



Figura 01: Planta da Missão Jesuítica de Santo Ângelo. A figura mostra a distribuição espacial de uma das maiores Reduções Jesuíticas da época das missões.

Fonte: <http://www.arautoveritatis.com>

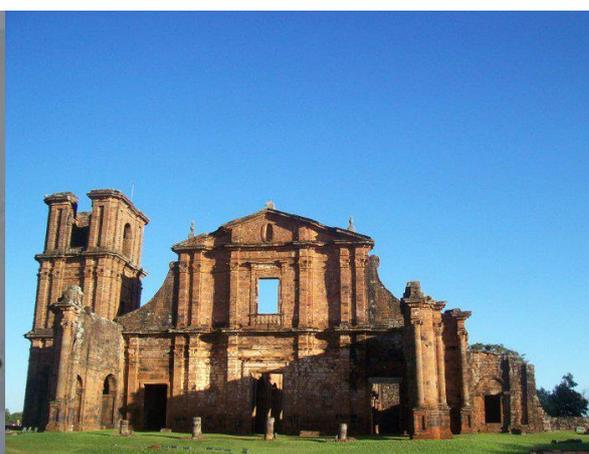


Figura 02: Ruínas das Missões Jesuíticas de São Miguel. As ruínas de São Miguel são as que se encontram em melhor estado de conservação e foram declaradas como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Fonte: Alecsandra Cunha – Maio/2011.

As estâncias jesuíticas eram compostas por um grupo de índios, acompanhados por um cura, que juntavam as reses em um determinado ponto e ali as deixava em liberdade. (...) nestes locais, se levanta um “arranchamento” que servia para defender o gado dos aventureiros que rondavam a região (RIBEIRO, 2009, p.97).

Sendo de origem espanhola, assim como era de direito toda a região em função de tratados entre os portugueses e espanhóis, o povo missioneiro acabou sendo enfraquecido após a expulsão dos jesuítas.

O Tratado de Madri em 1750, estabeleceu a troca da região dos Sete Povos das Missões pelo território de Colônia do Sacramento, decretando a saída dos espanhóis daquela região. Assim, Colônia do Sacramento⁵ passou a pertencer à Espanha e a região das missões orientais, à Portugal. A disputa entre eles por aquelas terras que era acirrada, com o Tratado esse impasse foi resolvido, entretanto conflitos foram gerados pelos portugueses que não queriam deixar Sacramento e pelos padres e índios que não deixavam as reduções, o que acabou por resultar na Guerra Guaranítica.

A Guerra de 1801, assim conhecida, possibilitou a expansão do território rio-grandense, de acordo com a política expansionista da época, que fundava vilas ao longo da fronteira, possibilitando o povoamento dessa região e acumulando homens no serviço militar. E em 1804, Espanha e Portugal firmaram um convênio estabelecendo fronteiras provisórias, consolidando a ocupação luso-brasileira na região.

Por volta de 1810, muitos deles já estavam assentados na região onde viria a surgir o município de Alegrete, entre os rios Ibicuí e Quaraí, quando os processos revolucionários de independência começaram a sacudir o Prata. (FARINATTI, 2010, p.70).

⁵ Colônia do Sacramento é uma cidade do Uruguai. Tem origem na antiga cidade de *Colônia do Santíssimo Sacramento* fundada há 332 anos por Manuel Lobo, a mando do Império Português no século XVII. A área onde localiza-se a fundação portuguesa hoje faz parte do Centro Histórico, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

E ainda: “A apropriação de terras e o saque de gado efetuados na região, entre 1816 e 1819, tiveram grande importância na formação dos vastos patrimônios pecuários construídos pelos estancieiros rio-grandenses.” (FARINATTI, 2010, p.73).

Na figura 03 pode-se observar as mudanças nas fronteiras entre Brasil e Uruguai durante o período de 1750 à 1851, quando se definiram tais fronteiras após as diversas disputas locais.

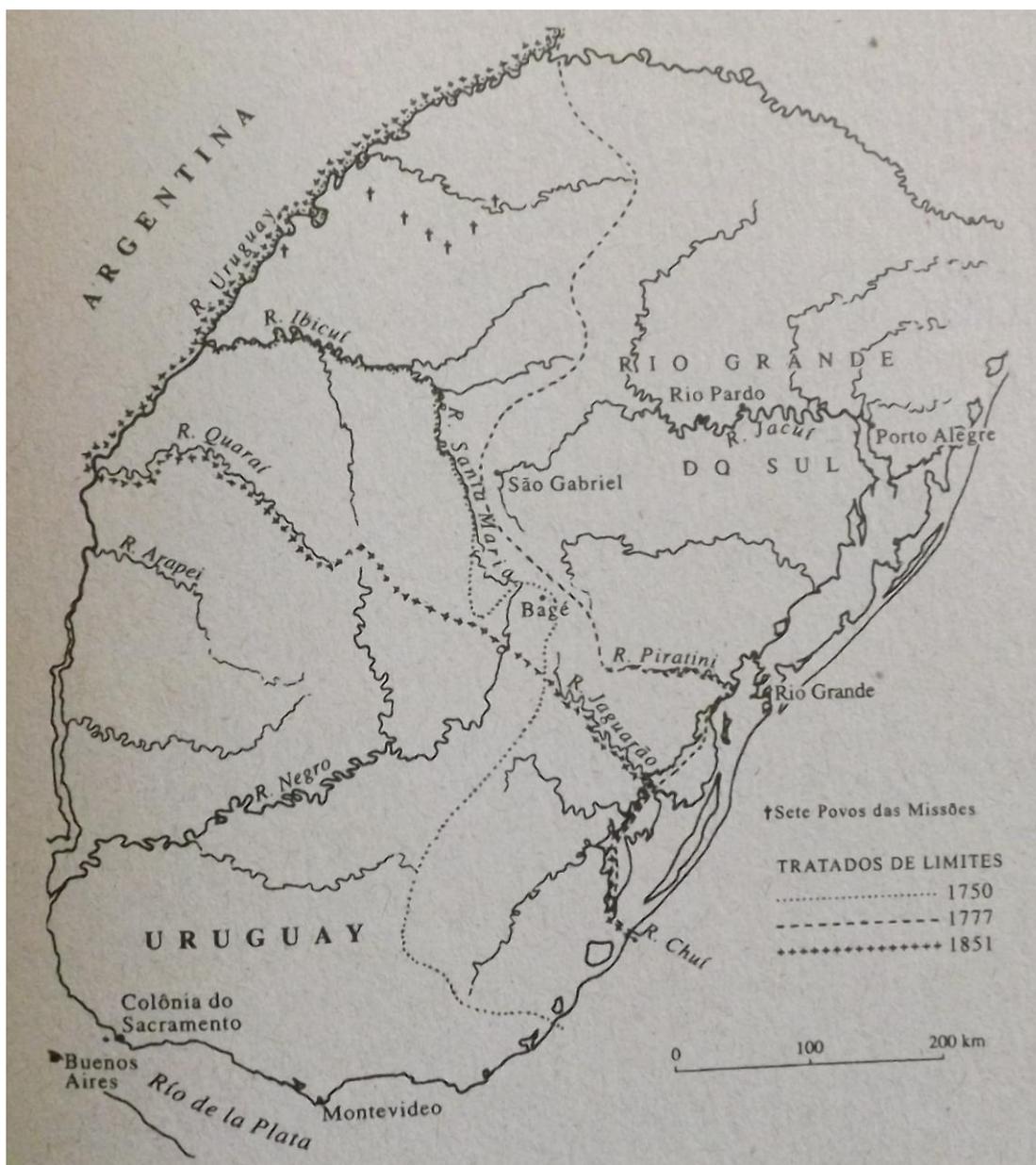


Figura 03: Mudanças fronteiriças entre 1750 e 1851. O mapa mostra que as fronteiras do sul do Brasil, como são conhecidas atualmente, foram firmadas somente em 1851. No período de 1750 até 1851 sofreram várias mudanças de acordo com os Tratados feitos em função das guerras e conflitos que ecoavam naquele momento.
Fonte: Farinatti, 2010.

Nesse contexto, o charque passou a desempenhar papel fundamental como principal atividade comercial, consolidando as exportações, especializando a pecuária bovina e facilitando as relações escravistas.

Assim, essa Idade do Ouro da exportação de produtos pecuários do Rio Grande do Sul, nas duas primeiras décadas do século XIX foi, em muito, propiciada pelo processo de conquista de territórios disputados com o império Espanhol e pela possibilidade da apropriação privada de vastas áreas de terra e grandes manadas de gado. (FARINATTI, 2010, p.76).

Foram então, diversas guerras entre os espanhóis e os portugueses, e ainda, entre esses dois povos e os povos indígenas. Dessa forma, a partir de vários tratados e com a consolidação do território rio-grandense da forma que se encontra até os dias atuais, o maior interesse da coroa portuguesa era, então, proteger e manter suas linhas de fronteira. Assim, a ocupação generalizada tanto do planalto, quanto da campanha gaúcha aconteceu com o apoio português.

A campanha gaúcha foi ocupada por elites indicadas pela coroa, em vistas de grandes extensões territoriais nas quais se desenvolveu a pecuária de corte e exploração do couro. Já o planalto foi ocupado por imigrantes e caboclos, em pequenas unidades, de difícil acesso devido ao relevo:

Podemos verificar o duplo caráter da ocupação do Rio Grande do Sul: de um lado, os estancieiros que possuíam um poder que advinha de seus títulos e de seu dinheiro e que, originalmente, não se deslocaram para assentar família, mas para combater por seu rei e, assim, receber as Sesmarias como recompensa; de outro lado, os antigos caboclos e imigrantes que disputavam as menores e piores terras, onde buscavam, respectivamente, manter e assentar suas famílias. (RAMOS, 1995, p. 53).

Em consequência:

O desenvolvimento do charque rio-grandense impulsionou a riqueza em municípios como Pelotas (localização das charqueadas) e Rio Grande (porto marítimo de escoação), articulando-se uma sociedade latifundiária pecuarista, emergente na política e na economia regional via pujança das charqueadas. (CHELOTTI, 2009, p.72).

Essa questão das charqueadas sulinas traz à tona um tema que vem sendo debatido no que diz respeito à reprodução das estâncias no sentido de que:

A imagem da pecuária sulina como palco, por excelência, do trabalho de peões livres, insere-se em uma tradição historiográfica que percebe a pecuária, por seu caráter de atividade voltada para o mercado interno, como incapaz de gerar uma acumulação que pudesse sustentar a incorporação contínua de cativos. Nas últimas décadas, porém, surgiram estudos assentados sobre larga base empírica, que têm demonstrado a importância do trabalho escravo em diversas regiões de criação de gado no Brasil colonial e oitocentista (...). (FARINATTI, 2010, p.347).

Entretanto, ainda não são comuns os estudos que possibilitam o conhecimento a cerca das características da população escrava com maior detalhamento. Sua presença nas regiões sulinas pecuaristas extensivas, assim como sua concentração entre os estancieiros e as atividades desenvolvidas efetivamente por esses trabalhadores merecem investigação mais profunda na busca do entendimento das transformações sofridas por esses aspectos ao longo do tempo.



Figura 04: Antiga charqueada rio-grandense. A localização espacial das atividades dentro das charqueadas facilitava a observação dos trabalhadores/escravos, o terreiro de produção do charque localizava-se em frente à casa-grande.

Fonte: <http://estudandopesquisandoeaprendendo/blogspot.com.br>



Figura 05: Instalações de antiga charqueada mantida como marco turístico regional. Diversas estâncias foram transformadas em pontos turísticos na região da Campanha Gaúcha. A Charqueada Santa Rita localiza-se em Pelotas/RS.

Fonte: Alecsandra Cunha – Maio/2012.

No final do séc. XVII e início do séc. XVIII, a sociedade rio-grandense e sua exploração pecuária eram baseadas na estância. A tabela 01 mostra como era, no ano de 1785, a distribuição das propriedades no Rio Grande do Sul.

Tabela 01: Propriedades no Rio Grande do Sul/1785.

Área (ha)	Número de propriedades	%	Área das propriedades	%
Até 100	77	9,1	1.728	0,03
100-200	3	0,3	397	0,01
200-1000	213	25,2	70.759	1,40
1000-5000	232	27,5	626.980	12,41
5000-10000	143	17,0	1.173.941	23,25
Mais de 10000	173	20,5	3.175.063	62,88
Total	841	100,0	5.048.868	100,00

Fonte: Adaptado de SANTOS, 1984, p.54.

As propriedades acima de 1000 hectares correspondiam a 98,5% da área total, ou seja, corrobora a concentração de terras no estado, assim como no país desde os tempos da colônia, restando às pequenas e médias propriedades 1,5% da área explorada. Cabe ressaltar ainda, que as pequenas propriedades, com até 100 hectares, as quais caracterizavam as unidades de produção familiar, ocupavam 0,04% da área total. O que pode vir a justificar a invisibilidade socioeconômica e espacial da agricultura familiar, tendo reflexo até os dias atuais.

Já no planalto, outros tipos de ocupação e atividades foram desenvolvidas, uma extensão de terra que vai do município de Torres até os arredores de Santa Maria, na região central, foi ocupada por colonos particulares em meio às colônias alemãs já estabelecidas pelo Império: “Assim, as áreas já colonizadas, mas que apresentavam vazios demográficos foram preenchidas por particulares, que fundaram núcleos de colonização (...)”. (CHELOTTI, 2009, p.74). As colônias alemãs ocupavam áreas de matas que se encontravam próximas aos grandes vales. A partir de 1874, a expansão da pequena propriedade com base no trabalho livre foi acelerada pelo Governo Imperial, as colônias de Caxias, Dona Isabel, Conde D’Eu e

Silveira Martins se formaram em decorrência dos imigrantes italianos que ocuparam as escarpas do planalto.

A chegada dos colonos alemães constituiu uma cunha transformadora nos hábitos e nas técnicas agrícolas praticadas pela civilização luso-brasileira. Mesmo levando em conta as práticas iniciais açoritas de estabelecimento de chácaras policultoras, nada se assemelhava à colonização teuto-italiana em terras rio-grandenses. Os espaços ocupados pela imigração açoriana não exigiam a dura luta pela conquista de terras à floresta nativa. [...] Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade, em difíceis condições de sobrevivência. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 74).

As áreas de mata do norte e noroeste do Rio Grande do Sul foram colonizadas mais tarde pelos descendentes das antigas colônias, já consolidadas naquele momento e com grande contingente populacional.

Batata, feijão, milho, cebola, árvores frutíferas eram plantados pelos colonos, o arroz de sequeiro era plantado por alguns apenas para autoconsumo, mas a grande maioria não o cultivava. Subprodutos de bovinos, suínos e aves eram comercializados a partir da criação desses animais.

A atividade de todas as colônias e de todos os seus habitantes, pelo menos no começo, era a cultura de subsistência, sobretudo de milho, do feijão-preto e da batata. Nessa época, firma-se entre os colonos a ideia de que as únicas terras propícias para a agricultura são de florestas. (ROCHE, 1969, p.13).

A partir da produção de gêneros alimentícios da pequena propriedade familiar foi estabelecido um novo padrão econômico e sociocultural no Rio Grande do Sul. A condição de colonos foi então ocupada pelos imigrantes italianos e alemães, fazendo com que essa região se estruturasse diante de uma organização social original. "Fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território, foram, com certa distância cronológica, armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômico-social. Ainda hoje, são bem distintas as sociedades rurais" (BERNARDES, 1963, p. 3).

Pode-se compreender, com base na narrativa acima, as origens das pequenas unidades de produção baseadas no trabalho familiar no Rio Grande do Sul. A divisão de terras por heranças e as terras cuidadas por agregados das grandes estâncias originaram parte das pequenas propriedades encontradas na Campanha Gaúcha. Segundo Hebe Mattos (1998 apud FARINATTI), foram identificados, ainda, três grupos de trabalhadores:

(...) os filhos de lavradores de roça, que complementavam a renda familiar com trabalho assalariado, os migrantes recém-chegados à região, e velhos ex-cativos, em geral africanos. (...) tratava-se de uma forma de sobreviver e construir laços que permitiriam a inserção social, a formação de famílias e o futuro estabelecimentos como produtores independentes. (...) Essa situação somente existia em virtude da possibilidade de acesso ao uso de uma porção de terras, ainda que não à sua propriedade, e do estabelecimento de uma organização familiar que fornecia o capital social básico para a instalação como produtores autônomos no mundo rural. (FARINATTI, 2010, p.418)

Os agregados eram “acolhidos” pelos estancieiros que lhes permitiam viver ali, mas: “Ao mesmo tempo em que criavam seus próprios animais, ajudavam o estancieiro no cuidado com os rebanhos, mantendo seu domínio territorial legitimado pela lei de terras. A nosso ver, aí residem as origens sociais do campesinato tradicional gaúcho”. (CHELOTTI, 2009, p. 87-88). Além disso, os agregados produziam gêneros alimentícios para o abastecimento da estância, tornando-a um sistema de produção autossustentável no que diz respeito à autonomia alimentar.

Com base nesse processo, pode-se considerar que o território rio-grandense teve sua ocupação baseada nos grandes latifúndios no centro-sul do estado⁶, ou seja, na Campanha Gaúcha, e as áreas do centro-norte foram ocupadas por imigrantes, italianos e alemães em sua maioria, dando origem às colônias baseadas no trabalho familiar em pequenas propriedades.

A Campanha Gaúcha é composta por uma grande extensão territorial, o que pode indicar diversos tipos de ocupação do seu território, assim como o desenvolvimento e fragmentação do mesmo:

⁶ Apesar da base da ocupação territorial do centro-sul rio-grandense ter sido os latifúndios, podiam ser encontradas pequenas unidades de produção familiar nas franjas das grandes propriedades, que caracterizavam a agricultura familiar (meeiros, posseiros, empregados das estâncias), mas que não possuíam, necessariamente, a posse da terra.

Não se tratava apenas do aumento do número de pequenos proprietários com estabelecimentos individuais. Uma parte que não se pode medir com precisão, mas que se pode supor significativa, era formada por antigos herdeiros que eram coproprietários de terras que permaneciam indivisas por muito tempo. Nesse caso, as negociações, relações e a dinâmica familiar mediavam o acesso a recursos e o manejo desses estabelecimentos. (FARINATTI, 2010, p.339).

Outra parte das pequenas unidades de produção tem sua origem no início do século XX, quando colonos do norte mais capitalizados compraram pequenas partes das grandes propriedades do sul. Alguns dos motivos que os levaram a esses empreendimentos foram a escassez de terras nas colônias devido ao grande crescimento populacional, e ainda, possuir terras nos campos gaúchos representava *status* para aqueles sujeitos, uma possibilidade de ascensão social. Entretanto, as pequenas propriedades que se formaram nas franjas dos grandes latifúndios ainda não representavam relevância econômica para a região. (CHELOTTI, 2009).

Esse quadro sofreu alterações com o passar do tempo, atualmente a Campanha Gaúcha é composta por um número maior de pequenas e médias propriedades, entretanto, a extensão territorial ainda é dominada pelos latifúndios. CHELOTTI, a respeito da estrutura fundiária da campanha rio-grandense, afirma:

Ao contrário do que pensa o senso comum, a maioria, ou seja, mais de 60% das propriedades rurais da região são constituídas por pequenas unidades de produção, mas territorialmente ocupando menos de 15% de toda sua superfície. Esse desconhecimento, em parte é explicado pela hegemonia que o espaço latifundiário regional exerceu historicamente sobre a pequena propriedade camponesa. (2009, p.85).

É bom ressaltar que essas unidades de agricultura familiar se territorializaram nas franjas dos latifúndios da Campanha Gaúcha, ou seja, em meio aos territórios latifundiários tradicionalmente ocupados pela pecuária bovina e ovina e o arroz irrigado. CHELOTTI (2009) afirma que essa região mostrava características de desenvolvimento brando, principalmente o sudoeste da Campanha Gaúcha, onde recentemente, também vem sendo utilizada na produção de soja e eucalipto, dentro dos moldes da agricultura capitalista. Apesar dessa realidade pode-se observar uma reorganização no espaço da Microrregião Campanha Ocidental.

(...) na década de 1990, em vez de serem adquiridas por pessoas residentes na região, passaram para as mãos de grupos empresariais de outras regiões e, até mesmo de outros estados brasileiros. Por isso, muitas propriedades rurais estão nas mãos de pessoas que não residem na região, apenas desenvolvem a atividade produtiva, seja criação de cavalos crioulos, gado de elite, plantação de uvas finas ou, para o florestamento. (CHELOTTI, 2009, p.93)

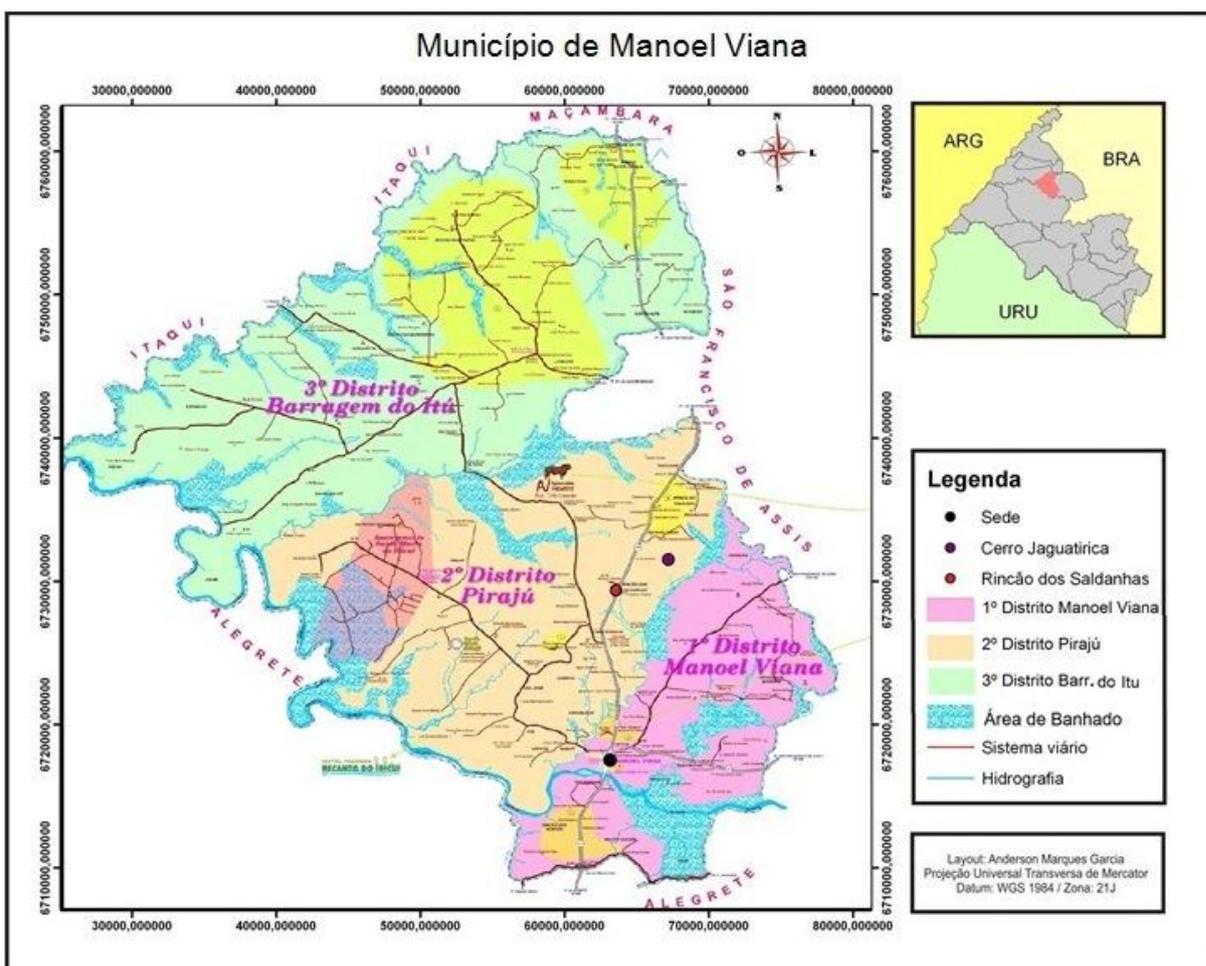
Além disso, os grandes produtores de arroz irrigado, soja, pecuaristas bovinos e ovinos, e eucalipto se expandem e se territorializam de acordo com o modelo da agricultura capitalista. Esse modelo de produção agroexportador é resguardado pela modernização conservadora do campo, o poder político e econômico regional continua sob o controle de uma pequena elite, mantendo a desigualdade social e econômica, a partir da detenção do controle produtivo agropecuário e concentração de terras. No município de Manoel Viana a realidade não difere.

1.4 O Processo de Produção do Espaço de Manoel Viana

Passo Novo do Ibicuí foi o nome dado ao povoado que surgiu no início do séc. XX nas margens do Rio Ibicuí. Criado pelo Intendente Francisco Pereira Viana, o local foi eleito como parada de repouso para cavaleiros e tropeiros (principais meios de transporte da época), assim como para alimentação dos animais em trânsito, e ainda, cumpriu importante papel fazendo a conexão entre a fronteira oeste do estado e a região das Missões.

Em 1950, a Ponte General Osório foi inaugurada, depois de cinco anos do início de sua construção. E, nesse momento, o vilarejo que abrigava ainda poucas famílias, teve um crescimento considerável. Agricultores, pecuaristas e comerciantes se instalaram no vilarejo que foi elevado à condição de vila, passando a se chamar Vila Manoel Viana, 3º Distrito de São Francisco de Assis, em 29 de novembro de 1938 por meio da Lei 7.589. Seu nome foi dado em homenagem ao Intendente Coronel Manoel Viana por serviços prestados no período de 1908 a 1916. E foi através da Lei número 9.542, que o município de Manoel Viana alcançou sua emancipação em 20 de março de 1992.

Manoel Viana está localizado no Sudoeste da Campanha Gaúcha (Mapa 03), com área de 1.390,696 Km². É subdividido em três distritos: 1º Distrito de Manoel Viana, 2º Distrito de Pirajú e 3º Distrito Barragem do Itú. A maior parte de sua extensão territorial está dividida entre grandes lavouras de arroz, soja, e campo. O município abriga também o Assentamento Santa Maria do Ibicuí, um grande assentamento de reforma agrária⁷.



Mapa 03: Mapa de localização do Município de Manoel Viana/RS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana, IBGE/2010.

Org.: Anderson Marques Garcia/Alecsandra Cunha.

Sua população, segundo o censo (IBGE, 2010) é de 7.072 habitantes, sendo 5.361 (75,81%) constituindo a população urbana e 1.711 (24,19%) a população rural. Um dos motivos que justifica a maior concentração da população na área

⁷ À respeito do Assentamento Santa Maria do Ibicuí consultar: RAMOS (2012).

urbana é o fato de que, assim como a maioria dos municípios da Campanha Gaúcha, Manoel Viana é constituído por uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade.

De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura, o módulo fiscal de Manoel Viana corresponde a 35ha, sendo os minifúndios as propriedades com menor extensão que o módulo fiscal, entre 35ha e 140ha estão caracterizadas as pequenas propriedades, entre 141ha e 525ha encontram-se as médias propriedades e aquelas superiores a 525ha são reconhecidas como as grandes propriedades.

Uma característica relevante que corrobora a concentração de terras no município são os números que mostram que 84,5% da área dos estabelecimentos rurais está dividida entre 140 propriedades (médias e grandes), enquanto 322 propriedades (minifúndios e pequenas) ocupam 15,5% da área. Vale ressaltar ainda que 224 das 322 entre pequenas propriedades e minifúndios são pertencentes ao Assentamento Santa Maria do Ibicuí.

Assim, a implantação deste assentamento, vem a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, que se torna mais expressiva, tanto no percentual de pessoas ocupadas, quanto na produção de produtos tanto para autoconsumo, quanto para comercialização. No entanto, apenas nos últimos anos passa a ocorrer este processo de fortalecimento, devido as dificuldades iniciais, enfrentadas pela comunidade assentada, para se inserir em uma sociedade culturalmente atrelada as grandes estâncias. (RAMOS, 2012, p.21).

Dessa forma, Manoel Viana não foge, nesse sentido, do modelo de ocupação do espaço rural da Campanha Gaúcha, ou seja, sua estrutura fundiária também é baseada nas médias e grandes propriedades. Com essa conformação em sua estrutura fundiária, a principal atividade econômica de Manoel Viana é baseada na agropecuária. 83,39% do valor adicionado do município foi proveniente da produção animal e vegetal em 2012, segundo os dados da Secretaria Estadual da Fazenda.

O setor primário, principal atividade no município, segue a lógica da modernização conservadora do campo, e uma das consequências é baixa oferta de empregos. O setor secundário é quase inexistente no município, enquanto isso o setor terciário acaba por ser sobrecarregado, gerando assim um alto índice de desemprego e subempregos. Além, disso, o município se localiza distante dos

maiores centro urbanos do estado. Estas características corroboram para o grande número da população urbana, e ainda, para a migração de grande parte de sua população, principalmente os jovens, para os grandes centros urbanos.

O elevado grau de urbanização da Região da Campanha Gaúcha, pode ser explicado a partir de sua estrutura fundiária, visto que segundo dados da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, de 60% a 90% da área total dos municípios abrigam propriedades acima de 500 hectares, onde são desenvolvidas atividades econômicas (pecuária extensiva de ovinos e bovinos, e os cultivos de soja, milho, trigo, arroz e mais recentemente eucalipto) que demandam pouca mão de obra. (RAMOS, 2012, p.19).

O município mantém características de uso e ocupação do solo semelhantes ao restante da Campanha Gaúcha, onde está inserido, nas últimas duas décadas do século passado começa a passar por um processo de reorganização espacial. Suas terras despertaram o interesse para a grande produção de grãos, a princípio o arroz e o milho, e mais recentemente, a soja. Além disso, o eucalipto vem se expandido na região, expressando uma nova lógica no uso e ocupação do solo.

O meio rural vianense, mesmo marcado pela concentração fundiária, pecuária extensiva e degradação ambiental, é responsável por aproximadamente 53% do PIB do município, no entanto, com uma melhor distribuição das terras e eficiência das políticas públicas, o PIB oriundo não só do setor primário, mas também dos setores secundário e terciário poderia ser significativamente incrementado em Manoel Viana. (RAMOS, 2012, p.20).

Esse novo rearranjo territorial pode estar intrinsecamente ligado ao fato do índice de pobreza abranger aproximadamente 1/3 desta população. A desigualdade na distribuição de renda mantém relação com o alto grau de desemprego presente em Manoel Viana. Portanto, longe dos grandes centros urbanos, com estrutura fundiária ainda baseada no latifúndio, Manoel Viana guarda características que podem dificultar a dinamização de sua economia.

1.4.1 Caracterização fisiográfica de Manoel Viana

O bioma Pampa ocupa uma área aproximada de 700 mil km², se distribui entre os territórios da Argentina, Uruguai e Brasil. Desta área, 176 mil km² estão localizados no Estado do Rio Grande do Sul, no território brasileiro e se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. Uma vegetação mais densa, arbustiva e arbórea pode ser encontrada nas encostas e ao longo dos cursos d'água, além disso, a ocorrência de banhados também pode ser observada.

Entre 1970 e 2000 foram convertidos para usos agrícolas cerca de 47 mil km² de campos naturais. A biodiversidade do Pampa gaúcho se encontra extremamente ameaçada pela pressão exercida pelas atividades antrópicas.

Esta violenta supressão da vegetação campestre natural do Pampa gaúcho torna-se ambientalmente ainda mais grave diante da imensa riqueza da biodiversidade nela existente. Estimativas recentes indicam que esta região é composta de pelo menos 3.000 plantas vasculares, com 450 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas, além de 385 aves e 90 mamíferos, sendo parte destas espécies chamadas endêmicas, pois só ocorrem neste ecossistema. É por isto que os campos pampeanos, na sua composição de flora e fauna, pode ser considerados tão importantes quanto uma floresta tropical, para a conservação da biodiversidade planetária. (NAT/BRASIL, 2007, p.10).

Somente em 2004, o Pampa rio-grandense foi reconhecido como um bioma brasileiro. Este reconhecimento tardio pode ter colaborado ainda mais para sua degradação. É nesta mesma situação que se encontra o território do município de Manoel Viana, já que este está inserido neste bioma.

Inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, Manoel Viana possui características climáticas, de solos, vegetação e relevo que podem influenciar as atividades produtivas e o modo de vida dos seus habitantes.

A Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai. Manoel Viana é banhado pelo Rio Ibicuí que conta com importantes afluentes como fonte de recursos naturais para atividades diversas. Os arroios Caraguataí, Miracatú e Pirajú, além do Rio Itú proporcionam áreas férteis com irrigação natural para a plantação de arroz (tradicional na região) e ainda, extração

de areia, pesca e turismo. Ou seja, esse cenário facilita o desenvolvimento de tais atividades, influenciando na modo de vida e produção da população local.

A partir da alteração do basalto da Formação Serra Geral, das rochas sedimentares e arenitos do Complexo Botucatu se dá a formação dos solos de Manoel Viana. A ocorrência de áreas arenosas é característica relevante do município, assim como de toda a região.

Dentre os fatores de formação dos solos, o material de origem, ou seja, o material intemperizado não consolidado, pode sofrer intemperização física (pela ação da água, do vento, da temperatura, da gravidade), intemperização química e transporte de partículas. Os tipos de solos formados a partir deste transporte e que ocorrem em grandes áreas da região afetada pelo processo de arenização, são os de aluvião (transportado pela água) e de areias quartzosas (transporte pelo vento). (MOSENA, 2008, p.52).

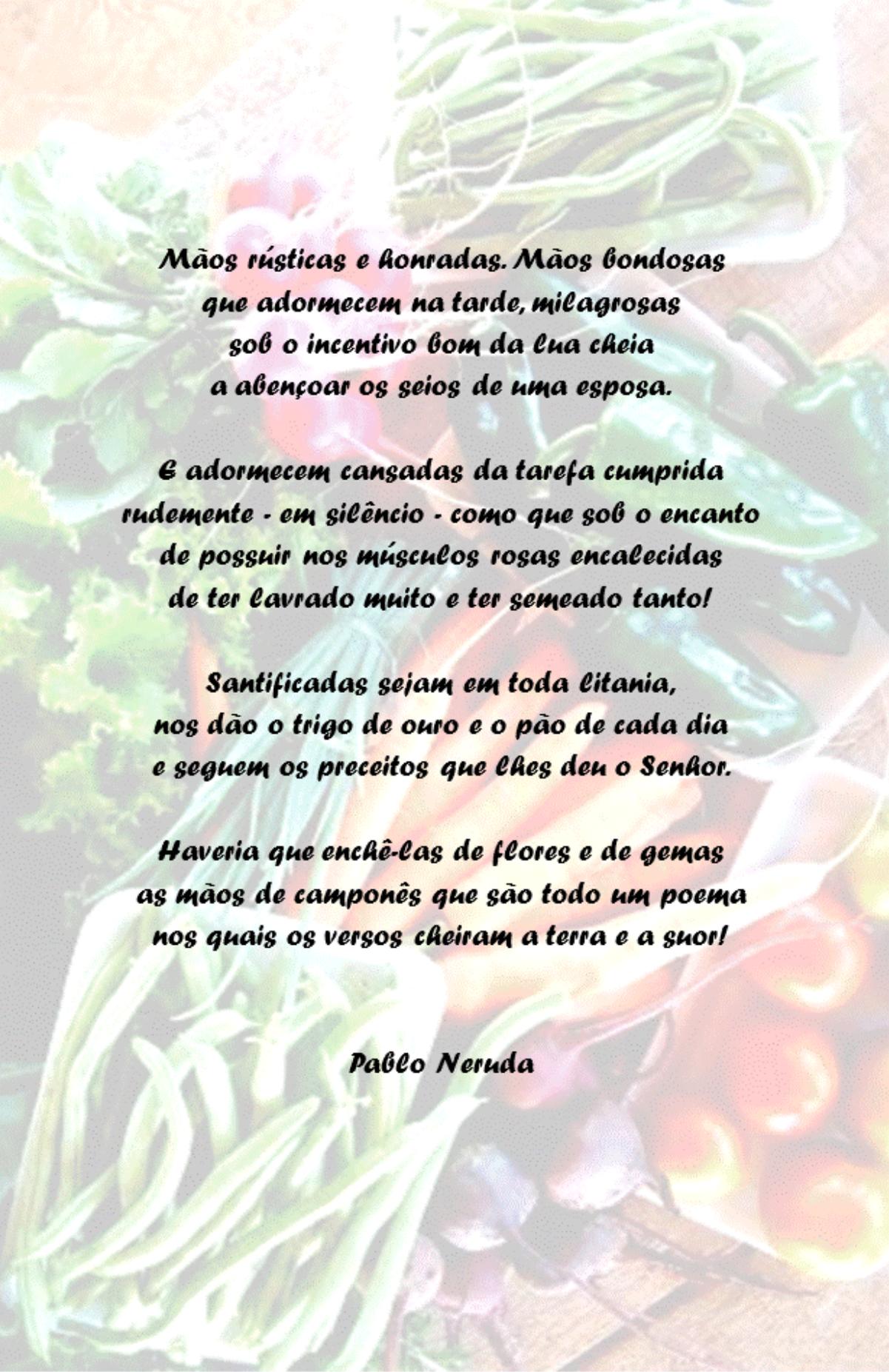
Dessa forma então, acontece o processo de arenização nos solos de Manoel Viana e da região. Este solo arenoso pode ser um obstáculo para o desenvolvimento da agricultura, principalmente, a agricultura sustentável sem inserção de insumos químicos. Por outro lado, as grandes lavouras capitalistas utilizam dessa fragilidade dos solos e da falta de capital dos agricultores familiares para pressioná-los a sair de suas terras para ocupá-las com monoculturas.

A vegetação natural do município é característica do Pampa gaúcho, típica de campos. De acordo com o mapa (Anexo A e B)⁸ podem ser encontradas vegetações de Estepes com gramíneo lenhosa (campestre) com floresta de galeria, Estepes com gramíneo lenhosa (campestre) sem floresta de galeria e Floresta Estacional Decidual (Floresta Tropical Caducifólia) aluvial. Entretanto o mapa (Anexo C) de ocupação do solo apresenta a situação atual do município, na qual predomina os campos e solos descobertos. Esse fato já pode ser consequência da ação humano

⁸ Os mapas em anexo A, B e C foram cedidos pelo Departamento de Engenharia Florestal/UFSM. Fazem parte do projeto PROGRAMA PARA DESENVOLVIMENTO DAS AREAS ARENIZADAS DEGRADADAS NA FONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: DELIMITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, OCUPAÇÃO E REFLORESTAMENTO. Coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Renato Schneider e tendo como integrantes: Junior Oliveira Mendes, Solon Jonas Longhi, Luiz Ernesto Grillo Elesbão, César Augusto Guimarães Finger, Paulo Sérgio Pigatto Schneider, Jorge Antonio de Farias, Frederico Dimas Fleig, Anelisa Pedroso Finger. Fora adaptados por Daniel Junges Menezes.

na região, que até pouco tempo atrás não havia nenhum tipo de manejo e cuidados ambientais.

O clima subtropical, com média de precipitação anual de 1400 mm, sem estiagem definida caracteriza o município. Períodos de seca e de chuvas torrenciais não definidos contribuem ainda mais para os processos erosivos e deposicionais do solo. As temperaturas variam entre 0º e 35º, ou seja, grande amplitude térmica e com ventos predominantes de nordeste, na primavera e de sudeste no inverno, além disso, as geadas entre os meses de maio e agosto são recorrentes na região.



*Mãos rústicas e honradas. Mãos bondosas
que adormecem na tarde, milagrosas
sob o incentivo bom da lua cheia
a abençoar os seios de uma esposa.*

*E adormecem cansadas da tarefa cumprida
rudemente - em silêncio - como que sob o encanto
de possuir nos músculos rosas encalecidas
de ter lavrado muito e ter semeado tanto!*

*Santificadas sejam em toda litania,
nos dão o trigo de ouro e o pão de cada dia
e seguem os preceitos que lhes deu o Senhor.*

*Haveria que enchê-las de flores e de gemas
as mãos de camponês que são todo um poema
nos quais os versos cheiram a terra e a suor!*

Pablo Neruda

2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO ABANDONO DA TERRA

A discussão feita nesse capítulo se concentra na dicotomia entre a consolidação do agronegócio no espaço agrário brasileiro e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Através das questões expostas pode-se entender porque a agricultura familiar enfrenta grandes dificuldades no território nacional, tendo como uma das principais consequências o êxodo rural.

2.1 Agricultura capitalista, complexos agroindustriais e agronegócio

No âmbito da questão agrária brasileira atual, alguns dos principais problemas a ser enfrentado são as dificuldades da agricultura familiar diante do agronegócio. O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo das últimas décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio. Os resultados alcançados são positivos, sobretudo, em relação à expansão da área, ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. As políticas públicas são direcionadas para o agronegócio e acabam por marginalizar a agricultura familiar que é responsável por 87% (IBGE, 2010) do mercado interno brasileiro.

Dessa forma, a política agrícola e a criação de incentivos à verticalização da produção desencadearam as diferenças entre pequenos e grandes produtores. Portanto, é necessário ressaltar que o Brasil sempre visou atender o mercado internacional em suas demandas por determinadas commodities. Por outro lado, relegou a um plano inferior todos os tipos de agricultura que não atendessem o modelo exportador do agronegócio. À agricultura familiar coube a tarefa de atender as demandas que o agronegócio não se interessa, ou seja, o mercado interno e alimentação da população. É importante frisar que a formação do agronegócio atendeu à lógica da submissão do espaço rural às necessidades do industrialismo urbano, transformando de forma indelével as relações entre campo e cidade.

Do início aos meados do século XX, com o objetivo de desenvolver uma economia de mercado que atendesse as demandas das altas camadas da sociedade, os grupos multinacionais não tiveram empecilhos para entrar na economia nacional com seu capital. O endividamento externo se estendeu ainda mais e a dependência tecnológica tornou-se fato real. Importa-se bens de capital – equipamentos e máquinas pesadas – buscando a expansão da indústria, e para comprá-los e pagá-los no exterior é necessário estimular a agricultura de exportação, em detrimento dos produtos agrícolas destinados ao consumo interno. Com a expansão, modernização e mecanização da agricultura, a importação de fertilizantes e agrotóxicos aumenta, fechando assim, o círculo vicioso da dependência externa, que dita as regras da economia nacional de acordo com interesses das potências hegemônicas mundiais.

Os reflexos da estratégia de modernização no setor agrícola traduziram-se na consolidação do modelo de complexos agroindustriais, na reformulação da política agrícola e na criação de incentivos à verticalização da produção, reafirmando as diferenças regionais.

Todas essas transformações (...) apresentam uma característica comum (...), que é a de terem se processado de forma desigual em dois sentidos: regionalmente, beneficiaram os estados do Centro-Sul, particularmente o estado de São Paulo; dentro de cada estado, atingiram preferencialmente os médios e grandes estabelecimentos agropecuários. É preciso enfatizar, porém, que, já em 1960, essas características regionais e entre estabelecimentos eram acentuadas, devido à própria evolução histórica de cada região. (HOFFMANN, 1985, p.11).

Esse modelo concentrador e modernizante é elitista e seletivo, agrava o processo de marginalização, exclui novos contingentes, principalmente na zona rural. O problema da terra, ou seja, terra para se viver e trabalhar sem a ameaça de expulsão, o êxodo rural acentuado e o superpovoamento dos grandes centros urbanos são consequências que demonstram os graves problemas estruturais em nosso país e em suas políticas agrícolas.

De acordo com Mazoyer e Roudart (1993), a herança agrária da humanidade, constituída pelo confronto destrutivo entre agriculturas diversas e desigualmente produtivas, está no cerne do problema essencial da economia global. Os autores

afirmam que a solução seria uma política global que permitisse que as agriculturas ‘pobres’ se mantenham e se desenvolvam, que seja uma política abrangente, que busque conter o êxodo, o aumento do desemprego e da pobreza, permitindo que os países mais pobres se estabelecessem, impulsionando amplamente os investimentos produtivos e a economia global.

Entretanto, o que se vê é outra realidade no contexto mundial. O desenvolvimento das forças produtivas reforça a mercantilização, na qual o valor de uso é indiferente do capital, pois o objetivo desse é o valor de troca. E essa mentalidade também atingiu a agricultura. Os alimentos não servem mais para alimentar, mas para gerar e acumular riqueza. Produzir riqueza é da natureza humana, mas produzir riqueza sob a forma de mercadoria é característica da sociedade capitalista. E é nesse contexto que discute-se o advento do agronegócio na economia nacional e mundial.

O agronegócio é uma realidade mundial na atualidade, contudo, percorreu-se um longo caminho entre seu advento até sua forma mais avançada. Depois de observar o percurso da agricultura através dos tempos e a herança agrária deixada à nossa sociedade, é necessário entender como a agricultura se tornou capitalista. A partir do momento em que o alimento passa a ter valor de troca e não mais de uso, a agricultura passa a fazer parte do capitalismo, se insere como mais uma forma de acumulação, surgindo assim, a agricultura capitalista. Pode-se dizer que a agricultura capitalista foi a percussora do agronegócio. Ela antecedeu os complexos agroindustriais e o agronegócio. A agricultura capitalista era fragmentada em termos de capital, pois o capital agrário, o capital financeiro, o capital industrial e o capital comercial pertenciam a agentes diferentes⁹.

A chamada Revolução Verde dinamizou a agricultura capitalista através da adoção do pacote tecnológico no processo de modernização da agricultura:

Esse processo de modernização ocorre no contexto da chamada “Revolução Verde”, que consistia em profundas alterações nas técnicas produtivas, nos instrumentos e insumos utilizados, nos produtos a serem cultivados, e, sobretudo, nas relações sociais de produção – o trabalho

⁹ Esta discussão é produto de estudos e análises feitas em sala de aula, através da disciplina cursada intitulada “Agronegócio e Produção da Pobreza na América Latina – impactos econômicos e socioespaciais da expansão da soja no Brasil, Argentina e Paraguai”, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Christiane Senhorinha Soares Campos.

familiar vai sendo substituído pelo uso de força de trabalho assalariada – e na relação ser humano-natureza, resultando em uma grande artificialização do espaço agrário. Em síntese, a “Revolução Verde” visava o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em que o objetivo era obter lucros crescentes e não a produção de alimentos para o auto-consumo ou mercado local, como ocorria com a agricultura colonial. (CAMPOS, 2011, p.241).

Dessa forma, o agronegócio não pode ser definido apenas como agricultura capitalista, assim como os complexos agroindustriais que se caracterizam, também, pela fusão dos capitais agrário e industrial. É um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola que se baseia na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar a produção e a produtividade econômica. Também a produção agropecuária visa ao aumento da produtividade e à redução de custos. Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados nessa atividade, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas e inúmeras possibilidades à realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos.

Por Complexos Agroindustriais¹⁰ entende-se:

(...) a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda, e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas derivados. (DAVIS & GONDELBERG, 1957, p.2).

A atividade agrícola tornou-se dependente do processo técnico-científico de base industrial aumentando a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios antes desprezados para tal atividade. Conforme Graziano da Silva (1999) a produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital. A crescente substituição dos insumos naturais pelos artificiais,

¹⁰ Alguns trabalhos de Denise Elias tratam dos complexos agroindustriais, no que tange à sua formação, desenvolvimento, territorialização e hegemonia. Sobre esse assunto, consultar ELIAS (2003), e também: MÜLER (1982), KAGEYMA (1987), ARAUJO; WEDEKIN; PINAZZA (1990).

produzidos em escala industrial, e da produção de subsistência pela economia de mercado tornou-se patente a interrelação entre a agricultura e os demais setores econômicos, desenvolvendo novos relacionamentos entre estes.

Em termos conceituais, Ortega (2008, p.22) considera que complexos agroindustriais, agronegócio e agribusiness são sinônimos e “significam o somatório das atividades vendedoras de bens de produção para a agricultura, a produção agropecuária, a indústria de transformação, de sua produção e distribuição”. O termo ‘agronegócio’ nos remete a pensar em grandes complexos produtores que necessitam de altos investimentos, isso se tomarmos como base o seu conceito formulado por Davis e Goldberg (1957): “é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção das unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.” (DAVIS; GOLDBERG apud CRUVINE; NETO, 1999, p.1).

Contudo, para Campos (2011), o complexo agroindustrial e o agronegócio possuem características muito semelhantes na articulação produtiva, a diferença entre eles está na capacidade que o agronegócio obteve em fundir os capitais, englobando toda uma cadeia de fusão de formas de acumulação, planejamento, geopolítica, globalização, se utilizando do neoliberalismo para se reproduzir de maneira mais intensa.

(...) na década de 1990, contexto do maior avanço neoliberal no Brasil, o Estado reduz drasticamente seu papel social e econômico, no sentido de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, o que propicia o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio, a intensificação dos processos de concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, engendrando múltiplos impactos socioespaciais. Nesse sentido, é que consideramos pertinente considerar o agronegócio como a face neoliberal de expansão do capital no campo brasileiro. (CAMPOS, 2011, p.106).

Pesquisadores do grupo de pesquisa do Programa Uruguai Sustentável definem o agronegócio como:

Los agronegocios constituyen un complejo espacio económico en el que convergen inversiones de capital transnacional en el conjunto de las actividades y sectores vinculados a la producción, distribución y comercialización de productos agrarios a escala global. (...) En términos generales y simplificados puede afirmarse que abarcan el conjunto de actividades, sectores económicos e interacciones que se desarrollan antes, durante y después de la producción agropecuaria. (ACHKAR, DOMÍNGUEZ & PESCE, 2012, p.07-11).

Assim, os territórios ocupados pelo agronegócio passam a se desenvolver sob a égide do capitalismo, que por sua vez, se apropriou da agricultura como mais uma forma de acumulação de capital. As relações de poder e influência em tais territórios passam por uma reorganização, na qual, na maioria das vezes, os pequenos produtores anteriormente estabelecidos ali acabam sendo expulsos de suas terras e conseqüentemente, há uma quebra na lógica produtiva local/regional.

O agronegócio organiza e planeja suas atividades e intenções em todas as dimensões. Desde a apropriação capitalista da terra e da renda da terra, passando pelas condições técnicas de plantio, pela articulação política das empresas/proprietários/multinacionais entre si, com os meios de comunicação e com o Estado, até a exportação, incluindo a exportação para mercados anteriormente não explorados e em condições de menor industrialização.

O reordenamento territorial passa a ser uma constante nos territórios do agronegócio. E, esses territórios são dotados de enorme capacidade de fluidez no que diz respeito aos seus limites, pois nem mesmo o Estado-Nação é capaz de impor qualquer tipo de barreira à suas fronteiras. A territorialização e reterritorialização do agronegócio não leva em consideração toda a espacialidade local, o pertencimento, as diversas territorialidades ali existentes. O agronegócio, então, buscando sua expansão e intensificação da acumulação do capital em seu processo de produção da pobreza, tem como consequência, a pobreza como uma produção social de sua atuação. As transformações territoriais que o capital vinculado ao agronegócio impõe e as estratégias que utiliza para viabilizar a ampliação do processo de acumulação tem consequência direta sobre os agricultores familiares.

Nesse caso, os detentores do capital investido no agronegócio atuam diretamente nas relações de poder estampadas no território, direcionando os interesses do mercado para sua atividade. Enquanto, a agricultura familiar – que não

possui poder político e financeiro – geralmente, não consegue se articular efetivamente para alcançar sua reprodução e autonomia.

Todavia, uma das estratégias utilizadas pelo agronegócio é sua articulação com o Estado neoliberal. O neoliberalismo se apropria do discurso de desenvolvimento humano para atuar. De acordo com Harvey (2008), Moraes (2001) e Laurell (1995), pode-se definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com o neoliberalismo deve haver total liberdade de comércio, o livre mercado, pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Entretanto, as controvérsias sobre até que ponto o neoliberalismo é positivo ou não entre os estudiosos sobre o assunto são muitas.

O neoliberalismo então, contribui para a espacialização e territorialização do agronegócio no Brasil no sentido de que tem como algumas de suas características a livre circulação de capitais internacionais, abertura da economia para a entrada de multinacionais, medidas contra o protecionismo econômico e aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico. Essas características mantêm relação intrínseca com as medidas necessárias para a implantação e expansão do agronegócio.

Esse mesmo neoliberalismo ao mesmo tempo em que promove as políticas macroeconômicas neoliberais que intensificam a produção da pobreza, também distribui benefícios aos mais pobres entre os pobres. Além disso, o Estado neoliberal tem sido um grande aliado ao interesse do capital, e mais especificamente, aos interesses do agronegócio e da manutenção da estrutura fundiária brasileira no sentido de que algumas políticas públicas têm tido um importante papel para amenizar os conflitos territoriais. O Estado se coloca na posição de parceiro das comunidades afetadas pelo agronegócio, quando auxilia na criação dos conselhos e disponibiliza agentes técnicos que darão apoio nas discussões a cerca desses conflitos. Entretanto, quando possibilita a entrada do capital multinacional do agronegócio, diminui, consideravelmente, as chances de reprodução da agricultura familiar, pois pequenos produtores são impossibilitados de estruturar sua produção na tendência do agronegócio que busca modelos de agricultura intensiva, por meio do capital e tecnologia.

O que se pode concluir é que o Estado tem um duplo papel nas disputas territoriais e socioeconômicas entre o agronegócio e a agricultura familiar. Estabelece diretrizes que possibilita a expansão do agronegócio e ao mesmo tempo, ameniza os conflitos, pois faz com que o agricultor familiar acredite que ele tem o próprio Estado como parceiro na busca pela sua reprodução. O Estado moderno é criação do capitalismo, logo, se desenvolve e serve ao capital dessa forma, sua tentativa de minimizar os conflitos territoriais e socioeconômicos, expressa os interesses da sociedade de classes e do agronegócio.

A partir dessa discussão pode-se pensar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. São diversos os programas federais voltados para essa parcela da sociedade, entretanto, é necessário analisar até que ponto essas políticas são efetivas e eficazes.

2.2 As políticas públicas voltadas à agricultura familiar: efetividade e eficácia

A análise das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil precisa ser iniciada a partir do diagnóstico e discussão da “Função Social da Terra”, já que a estrutura agrária brasileira parece não estar de acordo com esse princípio. O que se pode observar em todas as regiões do país é a decadência do valor de uso e ascensão do valor de troca:

O princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social. (SODERO, 1968, p.89).

A demanda por terra e a mercantilização da mesma tem como consequência a inviabilização da pequena produção. Na impossibilidade do agricultor familiar trabalhar a terra sua função social deixa de ser cumprida. E, a partir do momento em que a terra é forçada a deixar sua função social e é impelida a substituir o valor de uso pelo valor de troca, se tornando mercadoria, ela também passa a ser palco de

segregação social. A especulação imobiliária subtrai dos moradores, pequenos proprietários, trabalhadores rurais e agricultores familiares, o direito de ter e/ou manter um pedaço de terra para nela trabalhar, transferindo aos grandes produtores a posse e renda daquele território tecnificado, mecanizado e com altos investimentos de capitais.

Esta situação é também reflexo de políticas agrícolas coloniais como a demarcação das Capitanias Hereditárias, a distribuição das Sesmarias e, ainda, a Lei de Terras de 1850, que possibilitava o acesso à terra somente àqueles que possuíam capital para comprá-la. Nesse momento, ficou institucionalizada a “cerca”.

A terra tinha com a vida um cordão umbilical, (...) Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. (...) mas a história muda e ao longo do tempo o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra. (Carta da Terra, 1995).

A partir dessa reflexão, o Estatuto da Terra¹¹, que deveria garantir aos agricultores familiares, a terra, condição básica para a reprodução das famílias, já não atinge seu objetivo maior.

Nos anos 60, a Reforma Agrária era entendida como “um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da apropriação dos latifúndios improdutivos e/ou aquisição de terras produtivas e sua redistribuição às famílias trabalhadoras que dispõem de pouca ou nenhuma terra, para torná-la produtiva e cumprir sua função social” (Estatuto da Terra). (GUANZIROLI, 2001, p.187).

E ainda, diversos programas de desenvolvimento regional foram lançados pelo governo federal a partir da década de 1970: Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); Programa de

¹¹ Para maior análise desse assunto, ver também: BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504 – de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974). Contudo, nenhum deles foi capaz de dinamizar e possibilitar o desenvolvimento da agricultura familiar, garantindo à mesma soberania quanto à sua reprodução.

Além disso, a Constituição de 1988 conteve a possibilidade de redemocratização das terras brasileiras, pois o debate feito naquele momento a cerca da desapropriação de terras produtivas passou a ser assunto encerrado: “(...) ficou categoricamente definido pela Constituição com sua clara opção pela desapropriação exclusivamente de terras consideradas improdutivas.” (GUANZAROLI, 2001, p.187).

Em 1993, foi criada a Lei Agrária, na qual ficaram estabelecidas normas para distinguir as propriedades segundo sua extensão, tendo como um dos objetivos facilitar a aplicação de políticas públicas de acordo com sua classificação, ou seja, os produtores poderão acessar as políticas públicas de acordo com seu enquadramento baseado nessa lei.

Classificação	Dimensão¹²
Minifúndio	Menor que o módulo fiscal
Pequena Propriedade	Entre 1 e 4 módulos fiscais
Média Propriedade	Entre 5 e 15 módulos fiscais
Grande Propriedade	Superior a 15 módulos fiscais

Quadro 1: Classificação das propriedades rurais.

Fonte: Brasil, Estatuto da Terra, 1964.

O Banco da Terra foi criado em 1999 e corresponde a uma nova instituição governamental, subordinada ao Ministério da Reforma Agrária, com o objetivo de realizar a reforma agrária segundo os mecanismos do mercado e viabilizar a

¹² Um módulo fiscal, de acordo com o INCRA, corresponde a uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada.

pequena produção. Esse banco financia, em condições favoráveis, o pequeno agricultor sem terra para a compra de uma pequena propriedade e a introdução da infraestrutura necessária ao início da produção.

Atualmente, existem diversas políticas públicas federais voltadas à agricultura familiar, que buscam melhores condições para que esta possa produzir, comercializar e desenvolver-se de maneira sustentável, o quadro a seguir mostra algumas delas:

Programa:	Objetivos:
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Pode ser utilizado para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	O programa busca melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor

	familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.
Rede Brasil Rural	É uma estratégia inovadora, que busca organizar a cadeia de produtos da agricultura familiar, desde o processo de produção até o mercado consumidor. Com a nova rede, por meio da internet, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai aproximar os agricultores familiares dos fornecedores de insumos, da logística de transporte e dos consumidores (públicos e privados). Desta forma, o MDA quer criar mecanismos que ajudem na redução do preço dos produtos para o consumidor final e no aumento da renda dos agricultores por meio de ganhos de eficiência em cada etapa da cadeia produtiva, preservando a identidade da agricultura familiar.
Programa Mais Alimentos (PMA)	O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos para a modernização da propriedade rural familiar. A linha permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de

compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Quadro 2: Políticas Públicas da agricultura Familiar.

Org.: Alecsandra Cunha.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2013.

Essas e outras políticas públicas estão disponíveis para investimentos na agricultura familiar no país, mas vale ressaltar que os recursos empregados na agricultura familiar são ínfimos se comparados ao agronegócio. Segundo o Plano Safra Agricultura Familiar 2012/13 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o valor liberado para investimentos distribuídos nas diversas políticas públicas nesse período é de 22,3 bilhões de reais, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou em seu site oficial o valor de 115 bilhões em investimentos para o agronegócio no mesmo período¹³.

Sem nos ater à quantidade exata de produtores que podem se beneficiar desses créditos, mas sabendo que o agronegócio ocupa a maior parte das terras agricultáveis no país e está nas mãos de alguns poucos empresários/multinacionais e que a agricultura familiar ocupa uma ínfima parte dessas mesmas terras agricultáveis, mas que o número de agricultores familiares envolvidos nessa atividade é consideravelmente grande, podemos inferir que a distribuição desses recursos não passa pelo princípio da igualdade, pois serão 115 bilhões de reais beneficiando um número pequeno de empresários do agronegócio, e por outro lado, apenas 22 bilhões de reais que poderão beneficiar um grande número de agricultores familiares.

Os números vistos são alguns dos exemplos que diferenciam as duas atividades no país, ou seja, a agricultura familiar e o agronegócio. Enquanto isso, o Pronaf, uma das políticas mais acessadas pelos agricultores familiares, sendo

¹³ Fonte: Site Oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Acessados em Jan/2013.

bastante significativo, especifica que, Segundo o Decreto nº 1.946, de junho de 1996, pode receber crédito do Pronaf o agricultor que: explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, ou parceiro; trabalhar com a família, contratando, no máximo, dois empregados permanentes e/ou trabalho temporário em caráter sazonal; possuir área correspondente a, no máximo, quatro módulos fiscais; residir no imóvel explorado ou em área próxima; e retirar da exploração agropecuária ao menos 80% de sua renda familiar. Ou seja, são diversas exigências para acessar este recurso, que geralmente não é suficiente para promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

E este é o caso da maioria dos agricultores familiares do Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas, entretanto, a falta de informação e a burocracia acaba sendo um entrave que dificulta o acesso, tanto ao Pronaf, quanto a outras políticas no âmbito federal, estadual e municipal. São diversas as dificuldades encontradas pelas famílias para acessarem as políticas públicas que, a médio e longo prazo, poderiam colaborar para a sua manutenção e reprodução de forma eficiente, proporcionando melhor qualidade de vida e de trabalho.

Um dos fatores fundamentais é a questão da propriedade da terra:

Em Manoel Viana, é comum a ocorrência de propriedades rurais com irregularidades na sua documentação. Essa situação leva a transtornos quando, por exemplo, o proprietário procura acesso a financiamento oficial ou quando tenta comercializar essas áreas. Outro exemplo de transtorno causado por essa situação, ainda mais delicado para tratar já que envolve um forte componente emocional, é quando, na sucessão hereditária (*mortis causa*), os sucessores do *de cuius* pretendem a formalização da partilha. (MARTINS, 2010, p.05).

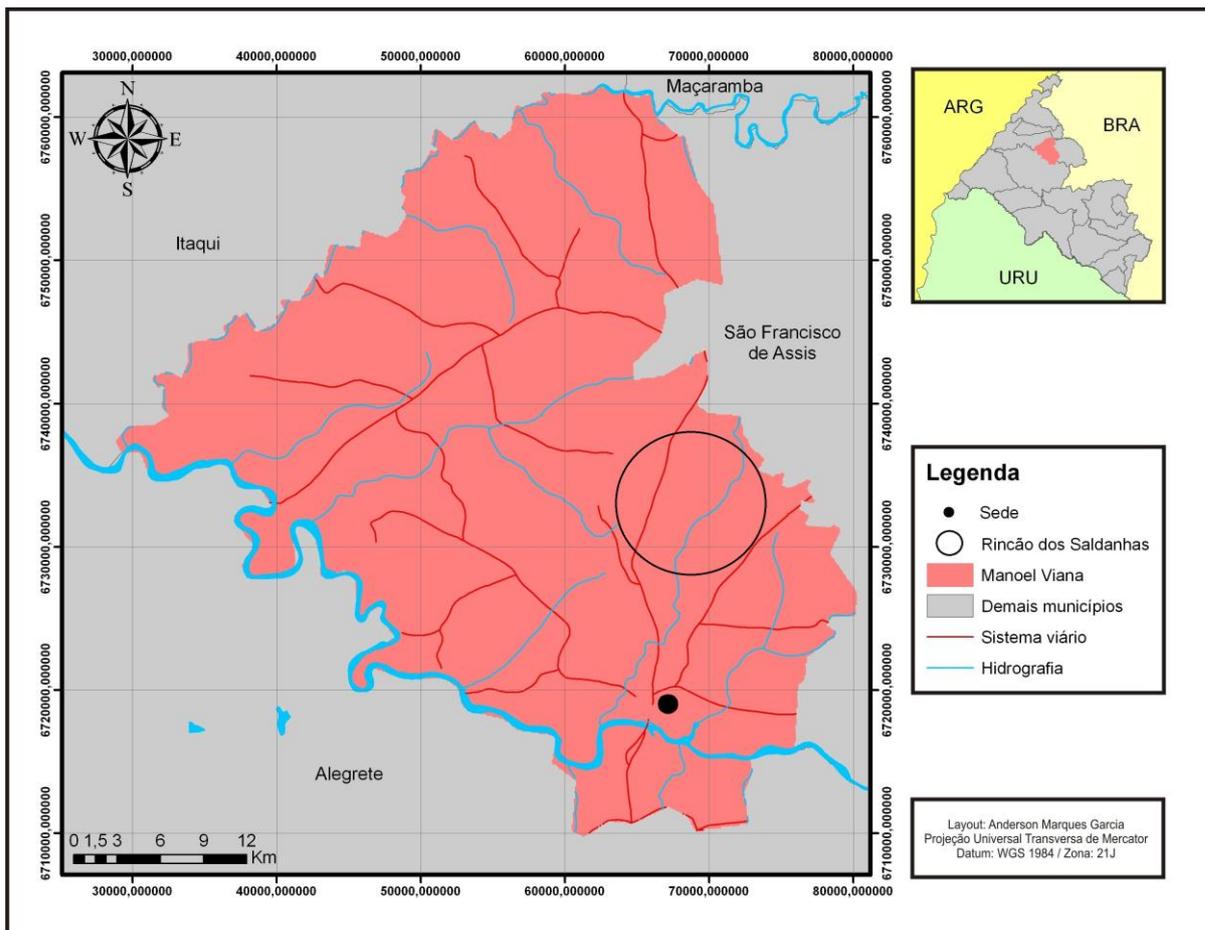
O Rincão dos Saldanhas ganhou esse nome em função de uma grande extensão de terras adquirida pelo Sr. Francisco Saldanha (à direita na figura 06), primeiro Saldanha chegado na região. Essa família descende Francisco Ferreira Saldanha, natural de Minas Gerais, de acordo com a certidão de nascimento de José (Anexo D).



Figura 06: Família Saldanha reunida em caçada. As caçadas eram comuns naquela época, além de servirem como lazer para os homens, era também necessária para complementação da alimentação dos membros do grupo familiar.

Fonte: Arquivo pessoal – Dagoberto Martins.

Vindos de Minas Gerais, se fixaram em Viamão/RS e dali migraram para a região onde hoje se localiza o município de Manoel Viana. A família Saldanha então, se fixou nessas terras e passaram a desenvolver, principalmente, a atividade da pecuária. Com o passar das décadas, foram agregando terras à sua propriedade (mapa 04), entretanto, em função das partilhas por herança, a grande estância se desintegrou, foi fragmentada e hoje se apresenta dividida em diversas propriedades.



Mapa 04: Localização do Rincão dos Saldanhas no município de Manoel Viana.

Fonte: IBGE/2012 e informações colhidas em campo.

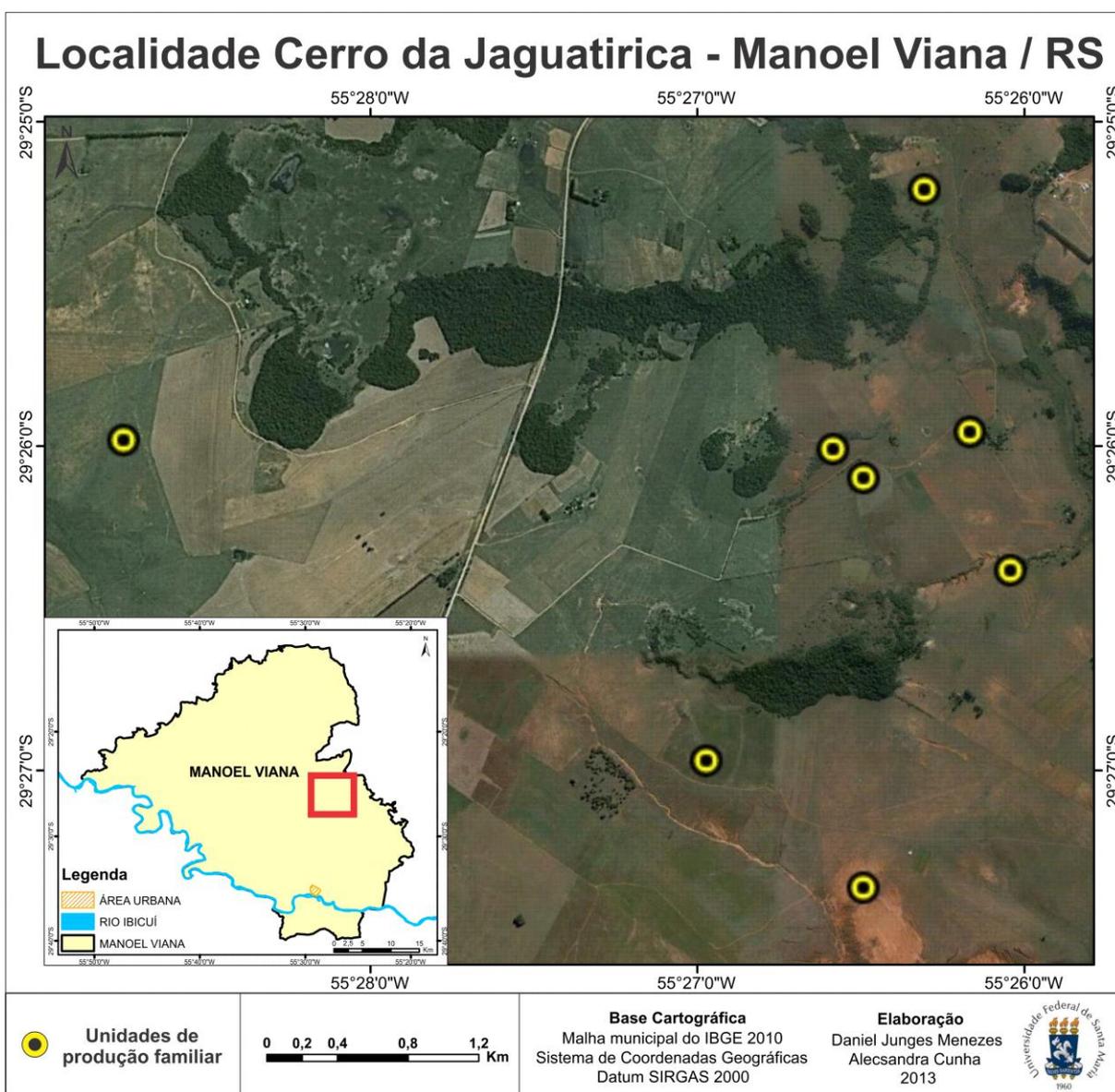
Org.: Anderson Marques Garcia.

Esse processo é comum a outras regiões da Campanha Gaúcha:

No que tange às estâncias, algumas foram divididas com o passar do tempo em função da herança, ou tornaram-se ainda maiores. No entanto, outras foram adquiridas pelos agricultores (gringos) que, a partir da década de 1960, migraram para a região em busca de terras para o cultivo do arroz irrigado, verificando-se a aquisição de “antigas” estâncias principalmente daqueles em que o preço do arroz esteve elevado. Assim, passaram das mãos de seus tradicionais proprietários (luso-brasileiros) para as mãos dos agricultores (de origem teuto-italiana). A partir dessa mudança, algumas estâncias passaram a adotar nova racionalidade produtiva, consorciando lavoura-pecuária. (CHELOTTI, 2009, p.93)

Portanto, o Rincão dos Saldanhas passou, e ainda passa, por um processo de fragmentação de suas terras por motivos de divisão de terras por heranças e pela

venda de parcelas das propriedades. A partir dessa fragmentação essa localidade passou a se caracterizar como um território majoritariamente voltado para a agricultura familiar e pecuária familiar. A fragmentação trouxe consequências para a localidade como um todo, o então conhecido Rincão dos Saldanhas se dividiu em duas localidades diferentes, e a sua porção norte ficou conhecida como Cerro da Jaguatirica. Foi, principalmente, a venda de parcelas da terra para outras famílias que levou a esse fato, pois ali não se encontravam mais apenas os descendentes da família Saldanha. O mapa a seguir mostra a localização das unidades de produção familiar das famílias que permanecem no Cerro da jaguatirica.



Mapa 05: Mapa de localização das Unidades de Produção Familiar do Cerro da Jaguatirica.
Fonte: IBGE/2010.

Pode-se observar que a maior parte das unidades de produção familiar mantém grande distância entre elas (se comparado às propriedades do Rincão dos Saldanhas), este fato pode ser explicado pelas unidades de produção das famílias que não residem mais na localidade. Na medida em que foram sendo vendidas e/ou arrendadas, as antigas unidades de produção familiar passaram por um processo de reorganização no uso e ocupação do solo. Lavouras de soja, de eucaliptos e campos substituíram as antigas policulturas familiares existentes no local.

A análise a seguir se concentrará no Cerro da Jaguatirica, pois nessa localidade houve maior êxodo rural. A maioria das famílias que compunham a associação local e ali moravam, acabaram por buscar outras formas de sobreviver longe do seu lugar¹⁴.

Pode-se pensar no lugar como o espaço onde se desenvolve a vida, com histórias particulares de cada um deles, isso em função de sua cultura, de sua tradição, de sua língua, e dos hábitos que lhe são próprios.

(...) pode-se levar em consideração a importância do 'lugar' para aqueles que o ocupam no meio rural, já que o homem percebe o espaço e o mundo através de seu corpo e de seus sentidos. Se pensarmos na forma com a qual o homem do campo constrói sua cultura, seus valores e seus hábitos, que esse processo para essa gente é tão arraigado e visceral, podemos entender que o 'lugar' sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo é uma forma de ser e fazer sua história. (CUNHA, 2009, p.62).

Como o 'lugar' é algo tão importante na vida do ser humano e, talvez, sentido com maior intensidade pelo homem do campo devido aos seus valores e modo de vida, esse processo de êxodo rural e abandono das terras e da vida do campo parece ser um fenômeno consequente da total impossibilidade de continuar a viver ali. A decisão de deixar o campo, geralmente é tomada depois de esgotada todas as alternativas na busca por uma vida digna no meio rural.

A partir dessa reflexão, pode-se dizer que o fator cultural interfere diretamente na vida da sociedade, e não diferente dessa realidade, no Cerro da Jaguatirica pôde ser observado através dos trabalhos de campo, como a cultura local interferiu no processo de migração das famílias.

¹⁴ Eram cerca de 30 famílias na época da fundação da associação em 1999, hoje apenas oito permanecem com suas propriedades.

Através das entrevistas e observações feitas em campo, alguns aspectos puderam ser evidenciados. O primeiro deles é o fato de que a cultura daqueles sujeitos não confirma uma predisposição para a cooperação. O cooperativismo formal não faz parte do seu cotidiano, buscando sempre um líder para a tomada de decisões, mesmo e apesar das lações existentes.

A Associação dos Pequenos Produtores do Cerro da Jaguatirica foi constituída em 1999. O nome escolhido para a associação, o mesmo que serviu de ponto de referência local e deu nome à localidade, faz menção a uma característica geográfica da região, uma elevação natural, coberta por vegetação nativa, no qual foi encontrada uma jaguatirica em tempos passados. O principal objetivo da associação era, através da união das famílias ali residentes, ter acesso à energia elétrica. E, juntamente com o Programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de Combate à Pobreza no Meio Rural (Pró-Rural) essa meta foi alcançada.

A fundação da associação foi um grande passo na tentativa de sanar as maiores dificuldades encontradas pelos agricultores do Cerro da Jaguatirica, já que com a ausência de tomadas de atitudes entre eles, poderiam assim ser representados por alguém (o presidente da associação) na busca ao acesso de políticas públicas visando a melhoria na qualidade de vida e de trabalho.

Nos primeiros anos de existência, a associação esteve bem ativa e em conjunto com a Emater/RS-ASCAR desenvolveu diversos projetos locais. Entre dezembro de 1999 e março de 2000 foi feita a obra da rede de energia elétrica no Cerro da Jaguatirica. Concomitantemente, foi disponibilizado aos produtores cursos de curtimento de pele ovina e confecção de sabão em pó com sebo ovino, a criação de ovelha já era praticada pela maioria das famílias. Isso proporcionou a participação da associação, pela primeira vez, na Feira da Agropecuária, Indústria e Comércio, realizada no município no mês de abril, onde teve reconhecimento como grupo organizado, expondo os pelegos curtidos e recebendo algumas encomendas.

Em 2001, a associação passou a integrar o Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária (COMAP), fazendo parte das tomadas de decisões sobre a agropecuária no município. O Programa RS-Seca construiu açudes para bebedouros de animais e foi realizada a proteção de fontes, visando à melhora da qualidade da água consumida. Reuniões mensais ocorriam feitas nas casas dos associados, quando as várias dificuldades, como acesso a créditos, eram discutidas e avaliadas. A

realidade de suas atividades (pecuária predominante) não era compatível com as linhas de créditos disponíveis, uma vez que os programas de crédito não autorizavam a compra de matrizes de corte. Outros obstáculos eram a deficiência de máquinas agrícolas, dificuldades em comercializar a produção e a falta de experiências para organizarem-se, pois não sabiam trabalhar em grupos e pensar em formas de trabalhos ou ações coletivas.

Manejo e conservação de solos e água, palestras sobre controle de parasitas em gado de corte com tratamento fitoterápico, cursos sobre pecuária familiar, melhoria de campo nativo, manejo de gado, foram alguns dos projetos desenvolvidos pela associação em conjunto com a Emater. Entretanto, a característica dos agricultores familiares locais em sua necessidade de liderança e a ausência de cooperativismo abalou o desenvolvimento local através das conquistas da associação no momento em que o presidente da mesma se afastou¹⁵.

A balança e a mangueira estão ativas e em boas condições de uso (figura 07, 08, 09 e 10). Estão localizadas perto de uma propriedade, que é uma das poucas que ainda têm produção ativa na localidade.



Figura 07: Mangueira e balança para manejo do gado no Cerro da Jaguatirica. Tanto a mangueira, quanto a balança são utilizadas pelos pecuaristas familiares da localidade, se encontra em ótimo estado de conservação.
Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.



Figura 08: Balança para o manejo do gado bovino e ovino. Acima pode ser observada a construção feita para abrigar a balança.
Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

¹⁵ O presidente daquele momento se afastou por motivos pessoais, iniciou uma graduação. E vale lembrar que este não é natural do lugar, passou a integrar a região e deu os primeiros passos para a fundação da associação ao se casar com uma herdeira.



Figura 09: Interior da mangueira. A mangueira tem cerca de 100m², que são suficientes para o manejo dos rebanhos da pecuária familiar.

Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.



Figura 10: Corredor da balança. O corredor serve também para tratamento veterinário do gado.

Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

Apesar do ótimo estado de conservação da balança para manejo do gado, o desenvolvimento das atividades, que até então, vinham contribuindo para a expansão e consolidação da pecuária familiar no Cerro da Jaguatirica foi influenciado diretamente pela falta de liderança. Segundo alguns associados entrevistados, o presidente que assumiu: “(...) não conseguiu manter as coisas aqui melhorando, e a associação parou.” (Entrevistado 2, dez/2012).

A nossa associação funcionou por um tempo, conseguimos a mangueira para o manejo do gado, das ovelhas, junto com a balança. Conseguimos também a tecnologia para inseminação artificial do gado. Mas depois, o presidente da associação precisou se afastar, ela praticamente acabou. Mas quando tem algum benefício pra vim pra gente, vamos lá na reunião e ver o que é, pra ver se compensa mesmo. Agora, de vez em quando, tem reunião de novo. (entrevistado 1, dez/2012).

Em função disso, após o afastamento do presidente da associação, houve a paralização quase que por completo de suas atividades. A situação da sede da Associação dos Pequenos Produtores do Cerro da Jaguatirica comprova essa ausência de atividades, como pode ser observado nas figuras a seguir:



Figura 11: Sede da Associação dos Pequenos Produtores do Cerro da Jaguatirica. A sede encontra-se praticamente abandonada, com suas dependências tomadas pelo mato.

Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

Figura 12: Sede da Associação dos Pequenos Produtores do Cerro da Jaguatirica. O abandono pode ser observado pelo tronco caído e as folhagens das árvores que se espalham pela cancha de bocha.

Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

Outro aspecto evidenciado no local que corroborou e, ainda o faz, para o grande êxodo rural observado é o fato de que os projetos iniciados por parte dos órgãos públicos não têm continuidade. Foi o caso apontado pelos entrevistados de que a maioria dos projetos não foram finalizados:

A Emater ajudou muito, colaborou muito, mas depois que eles mostram serviços, são promovidos e vão embora para outro lugar melhor, a Embrapa também andou por aqui, depois nunca mais apareceu. Eles vem aqui, mostra o projeto, ilude e não continua depois. Faziam até churrasco pra reunir a gente toda e depois se iam embora. (Entrevistado 3, dez/2012).

Observa-se que interesses particulares dos agentes públicos envolvidos, prejudicam as atividades que visam o desenvolvimento local. Dessa forma, a cultura da falta de cooperação é corroborada pelo Estado que não garante a continuidade dos projetos. Sem uma liderança local, todo o trabalho desenvolvido perde o foco e acaba por acontecer um retrocesso no processo de desenvolvimento local.

E, em meio a esse processo, outras forças se apresentam os iludindo mais uma vez com a suposta resolução para seus problemas. Durante a década de 2000 diversos fatores atuaram no Cerro da Jaguatirica, o que se pode concluir é que a união de fatores como o desmantelamento da associação, a falta de liderança local efetiva e informada e o abandono pelo Estado de projetos não concluídos, trouxeram consequências que mudaram as características iniciais da localidade. A pecuária

familiar, principal atividade do local, deu lugar às lavouras de soja. As terras foram arrendadas ou vendidas, a ressignificação do espaço se fez presente através da mudança do uso e ocupação do solo. Esse processo teve como consequência o abandono da terra e das atividades familiares locais.

O arrendamento e a venda de parte dessas terras para grandes produtores para o cultivo da soja passou a ser uma realidade que vem se fazendo cada vez mais presente em toda a região, e não somente nessa localidade, ou mesmo no município. As imagens a seguir (Figuras 13 e 14) apresentam lavouras de soja e colheita em grandes extensões territoriais, tomando terras que eram ocupadas pela agricultura e pecuária familiar. “Vivemos um tempo acelerado marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, com fortes consequências para as populações camponesas.” (MARQUES, 2008, p.49).



Figura 13: Lavoura de soja em terras arrendadas. Não foi possível contabilizar a extensão exata de terras ocupadas pela soja. De acordo com as observações, entrevistas e conversas informais realizadas em campo, estima-se que a soja ocupa cerca de 5 mil hectares nas localidades.

Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

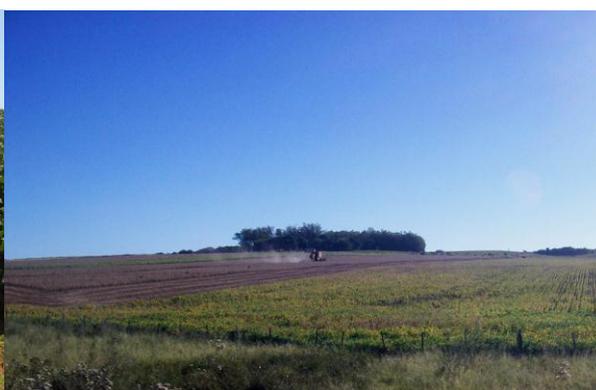


Figura 14: Colheita da soja no Cerro da Jaguatirica. Dentro dos moldes da modernização da agricultura, a mecanização substituiu a força de trabalho do homem do campo.

Fonte: Alecsandra Cunha – Abril/2012.

Os solos da região, que foram diagnosticados anteriormente pela Emater-ASCAR/RS (segundo os agricultores entrevistados), como impróprios para agricultura, foram ocupados pelas lavouras de soja e, nos últimos tempos, o eucalipto se faz cada vez mais presente. Isso foi possível diante da visão de terra improdutiva por parte dos agricultores e pecuaristas familiares e, principalmente, pela tecnificação dessa produção, que atualmente é altamente mecanizada e

tecnificada. Esses dois fatores aliados à especulação imobiliária do capital, que torna a venda e/ou o arrendamento extremamente atrativo para esses agricultores que se encontram em difícil situação para continuar produzindo, colaboram em grande parte para o êxodo rural, que sempre está acompanhado de graves consequências. Portanto, aparentemente, podemos encontrar no Cerro da Jaguatirica conflitos entre a agricultura familiar e a grande produção agrícola capitalista, no que tange à disputa de território.

A silvicultura está cada vez mais presente na região. A produção de eucaliptos se expande no entorno das unidades familiares de forma intensa. Tais tendências decorrem diretamente do mercado internacional, este influencia e impulsiona as empresas nessa direção. E as consequências dessas culturas para a agricultura familiar são diversas.

A atenção dada à ação planejada do Estado no campo, que, sem dúvida alguma, foi decisiva para o processo de modernização técnica de setores importantes da agricultura brasileira, não pode deixar na obscuridade os efeitos que sua simples presença teve. Essa presença, em si mesma, não é nova. O que é novo é uma presença que não passa mais, necessariamente, pela mediação dos chefes locais, diminuindo-lhes o poder através do esvaziamento de suas funções e de reconhecimento ou criação de novos mediadores. (PALMEIRA, 2008, p.196-197).

A autonomia das famílias locais em gerir o território, garantindo a conservação dos recursos naturais e ambiental, fica então comprometida. A biodiversidade da flora e fauna, a oferta de água potável e para a dessedentação animal são colocados em situação de risco diante da grande extensão de terra utilizada nessa atividade. As figuras a seguir mostram a territorialização e a expansão das lavouras de eucaliptos nos entornos das unidades de agricultura familiar.



Figura 15: Silvicultura de eucaliptos no Cerro da Jaguatirica. As grandes extensões territoriais ocupadas com eucaliptos podem ser observadas de diversos pontos da localidade.
Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.



Figura 16: Silvicultura de eucaliptos no Cerro da Jaguatirica. As lavouras de eucaliptos evidenciam a ausência da diversidade da flora e fauna típicas da Campanha Gaúcha.
Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

As consequências da implantação das grandes lavouras de eucalipto na região, já são visíveis e notadas pelos agricultores familiares. Segundo relatos, em 1999, época da fundação da associação, a fartura de água era uma das causas que colaboravam para que esses agricultores permanecem em suas terras, em seu lugar. Entretanto, a realidade atualmente é outra, falta água para beber e para a criação, os eucaliptos chegam cada vez mais perto das divisas das propriedades, acentuando o problema da água e também influenciando na flora e fauna locais, que podem acabar entrando em um processo de desequilíbrio. Além disso, quanto maior a extensão de terras plantadas com eucaliptos, maior será a expropriação da terra, corroborando mais uma vez para que o agricultor, sob pressão, venda ou arrende suas terras, dando continuidade ao êxodo rural.

Entre lavouras de soja e florestas de eucaliptos, como a pecuária familiar é frequente nessa localidade, pode-se observar o gado bovino (Figura 17) em diversas áreas de pastagens, mas também é possível encontrar ovelhas (Figura 18), cultura de batata, mandioca, milho e o gado leiteiro para autoconsumo.



Figura 17: Pecuária bovina no Cerro da Jaguatirica. A pecuária familiar praticada na localidade mantém características extensivas, ou seja, sem grande investimento de capital para confinamento.

Fonte: Alecsandra Cunha – Abril/2012.



Figura 18: Rebanho de ovelhas no Cerro da Jaguatirica. As ovelhas são muito comuns em toda a região da Campanha Gaúcha, e na localidade estudada é encontrada em quase 100% das unidades familiares.

Fonte: Alecsandra Cunha – Dez/2012.

As estratégias de gestão do território nacional, bem como a espacialização da divisão do trabalho definiram que a região da Campanha Gaúcha se tornasse o *locus* da produção para a agroexportação, assim como outras regiões do país. Antigas regiões agrícolas tradicionais foram desaparecendo ante as necessidades do novo arranjo territorial da produção brasileira. Em Manoel Viana, e mais especificamente no Cerro da Jaguatirica as atividades agrícolas em unidades familiares foram desaparecendo com o passar dos anos, principalmente após a década de 1970. Concomitantemente instalou-se o êxodo rural, ainda hoje verificável.

As entrevistas com os agricultores revelaram que a maioria deles nasceu e se criou na região, sendo assim, homens da terra, que lidaram com a terra por toda vida, herdaram suas propriedades de seus avós e pais. Como visto, nesse processo, as antigas estâncias foram sendo divididas entre os herdeiros, e, ainda, vendidas em parcelas, tornando-as progressivamente menores e dessa forma, colocando seus proprietários na posição de pequenos produtores.

Os antigos produtores disseram ter tido tempos de muita fartura, plantava-se grãos para atender o mercado consumidor das proximidades e ainda, quase todo o consumo interno da unidade de produção era tirado dela própria. Hoje em dia, não se consegue mais plantar e a alimentação é provida através de mercados, feiras, açougues e etc.

Os motivos apontados para o declínio na produção foram vários, entre eles a falta de mão-de-obra, o custo da produção e o valor de mercado. Quanto ao custo

de produção para os agricultores familiares, há que se considerar que a falta de subsídios (já que o acesso às políticas públicas é deficiente), maquinário e tecnologia encarecem o processo, tornando os produtos pouco competitivos na economia de mercado. Seus produtos acabam tendo custo mais alto, pois dependem de maior número de mão-de-obra, trabalham a terra de forma tradicional, ou seja, a maior parte das atividades é desenvolvida manualmente, ficando à mercê das intempéries e das oscilações de mercado. Ao contrário, a produção em grandes propriedades conta com o apoio de políticas públicas efetivas. Cabe ao agricultor familiar concorrer com a grande produção em todos os aspectos do processo, tornando quase inviável a produção nesta escala.

Como corolário do custo relativamente elevado da mão-de-obra na zona rural e do custo de produção, observou-se o êxodo rural no Cerro da Jaguatirica. Não havendo muitas possibilidades para produzir e não encontrando trabalho suficiente para o sustento da sua família, sobrou a atração exercida pelos centros urbanos, fenômeno promovido pela busca da melhoria de condições de vida por essa população rural e viabilizada pela formação de redes (sociais, de transporte, comunicação, etc.).

Portanto, o abandono da terra no Cerro da Jaguatirica guarda relação direta com a ineficiência das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. As grandes lavouras capitalistas, principalmente a soja e o eucalipto, são amparadas por políticas eficazes, altos valores de investimentos (tanto pelo capital privado, quanto pelos subsídios estatais) e exercem, dessa forma, grande pressão sobre a agricultura familiar local. As maiores consequências observadas foram a reorganização do uso e ocupação do solo e o êxodo rural. A maioria das famílias que residiam na localidade anteriormente não foi capaz de resistir às transformações ocorridas localmente e foram forçadas a abandonar suas terras em busca de fonte de renda para sua sobrevivência fora do meio rural.

O cântico da terra
Cora Coralina

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.
Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranquila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da vida.
Só em mim acharás descanço e Paz.
Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.
A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.
E um dia bem distante a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranquilo dormirás. Plantemos a roça.
Lavremos a gleba. Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha. Fartura teremos
e donos de sítio felizes seremos.*

3 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O território, no aspecto teórico-metodológico e como categoria de análise já foi discutido no primeiro capítulo. Nesse momento, ele auxiliará para o entendimento das estratégias de resistência dos agricultores familiares que permanecem no campo, especificamente na área de estudo.

No capítulo anterior observou-se que o Cerro da Jaguatirica passou por um processo de êxodo rural com maior intensidade. O Rincão dos Saldanhas, por outro lado, apresenta maior diversificação nas atividades agrícolas e não-agrícolas. Os agricultores familiares dessa localidade parecem se organizar de forma diferente nesse território, podendo ser observado uma forte tendência a afirmação do território em suas dimensões cultural/simbólica, política e econômica. De acordo com Hasbaert (2004), o território pode ter três vertentes interpretativas. A vertente política do território está relacionada às relações de espaço-poder de forma geral; na vertente econômica o território é entendido como fonte de recursos, ressaltando as relações econômicas e a luta de classes; e na dimensão cultural/simbólica o cerne de sua interpretação está na simbologia e subjetividade.

Dessa forma, a interrelação entre essas três vertentes possibilita entender o Rincão dos Saldanhas enquanto um território multifacetado composto por diversas relações de poder. Desde o poder material das relações político-econômicas até o poder mais subjetivo e simbólico das relações socioculturais.

3.1 A Territorialização da Agricultura Familiar no Rincão dos Saldanhas

Os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas estão territorializados por meio da solidariedade, confiança e laços consanguíneos. Dessa forma, o sentido de comunidade se faz presente através dessas formas de organização do espaço. Em um mundo aparentemente instável e de proporções globais, a família e o lugar tendem a representar segurança e proteção. Para Claval (1999), a comunidade

serve de modelo a toda uma série de unidades sociais e culturais. Trata-se de um grupo coeso, no qual os membros estão ligados por relações de confiança mútua. E ainda, como afirma Bauman (2003, p.7), “‘comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega”: é a segurança em meio à hostilidade. Portanto:

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo. (WEBER, 1973, p.142).

A partir dessa reflexão, pode-se entender que a organização de agricultores familiares em associações, seja para serviços, produção, comercialização ou integração, compõe uma das estratégias mais viáveis na busca pela sua reprodução. Pois, o sentimento de pertencimento e os interesses em comum formam a base da comunidade que poderá ser fundamental para superarem a barreira da indivisibilidade socioeconômica. E ainda:

A comunidade pode ser construída também a partir de elos de sangue e de aliança, que unem os membros de uma mesma família. Também pode ser formada por membros organizados em associação e unidos por um mesmo ideal e projeto comum. Pode, enfim, resultar na co-habitação de pequenos grupos em um mesmo lugar. Para se viver em comunidade, necessita-se de uma base territorial. (VENÂNCIO, 2008, p.90).

Dessa forma, pode-se caracterizar os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas como uma comunidade, pois seus objetivos são comuns, os sentimentos de pertencimentos desses sujeitos com relação àquele lugar, às suas casas, às suas terras, aos seus vizinhos consanguíneos dão sentido às suas lutas, por seus projetos e aspirações futuras. Além disso, a linguagem, os laços consanguíneos, o compadrio e o comportamento entre os membros estruturam as relações de parentesco dentro de uma comunidade.

Como visto no capítulo anterior, aqui o lugar também se expressa através do sentimento de pertencimento das famílias dessa comunidade. É necessário levar em consideração a importância do ‘lugar’ para aqueles que o ocupam no meio rural, já que o homem percebe o espaço e o mundo através de seu corpo e de seus sentidos. Se pensarmos na forma com a qual o homem do campo constrói sua cultura, seus valores e seus hábitos, que esse processo para essa gente é tão arraigado e visceral, podemos entender que o ‘lugar’ sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (Carlos, 2007) é uma forma de ser e fazer sua história.

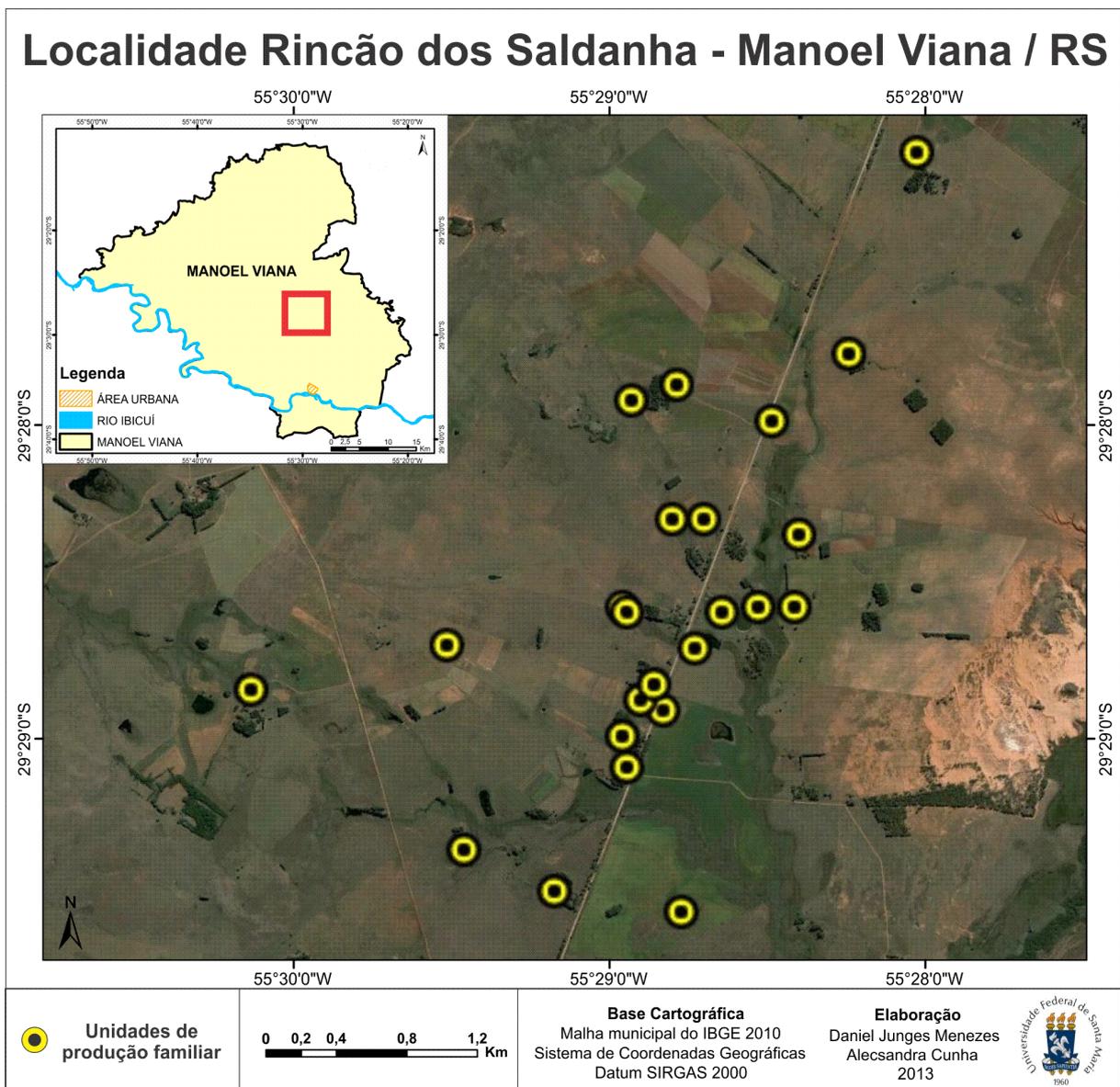
O lugar é base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar’. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que o indivíduo mantém com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p.17).

No interior, na vila, os ‘lugares’ não são simplesmente um local qualquer, a ‘venda’ não serve apenas para comprar, a barbearia não serve apenas para cortar os cabelos, a farmácia não serve apenas para a compra de remédios, mas todos esses ‘lugares’ estão ali para além de cumprir sua função na reprodução do capital, cumprir também a função social, ali também acontecem os encontros, ali o espaço social, a história local, a cultura e os valores são construídos e reconstruídos, dando àquela cidade interiorana sua personalidade.

Nesse contexto, se o espaço é consumido por e em função do capital, e o ‘lugar’ “é a porção do espaço apropriável para vida” (CARLOS, 2007, p.17). Pode-se acreditar que a intervenção do agronegócio nesses espaços, no lugar desses sujeitos, pode ocasionar tensões à luz das transformações efetuadas por essa atividade.

Vimos emergir, nas duas últimas décadas, um novo ciclo de conflituosidade no campo que agrega, de um lado, grandes proprietários de terra, empresários do agronegócio e seus porta-vozes e, de outro, trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e seus mediadores. Um novo momento de tensão que traz novos elementos de disputa ao mesmo tempo em que atualiza antigos debates. (BRUNO, 2008, p.83).

Estas tensões podem ser ocasionadas, dada a relevância do processo de formação dessas culturas, que são intensas para aqueles que as vivem. Ao contrário do intenso processo de êxodo rural que se mostrou no Cerro da Jaguatirica, como pode ser observado no mapa 06, o Rincão dos Saldanhas abriga 24 unidades familiares estabelecidas em seu território. E estas propriedades caracterizam a territorialização desses agricultores familiares em seu lugar. Nesse sentido ressaltamos que o lugar vivido dá sentido ao seu modo de vida.



Mapa 06: Mapa de localização das Unidades de Produção Familiar do Rincão dos Saldanhas.
Fonte: IBGE/2010.

Mesmo e apesar das dificuldades enfrentadas, essas unidades familiares são produtivas e geram renda, tendo em média de 30 a 50 hectares. Entretanto, nem todas as famílias residem em suas propriedades, muitas delas utilizam também moradias na sede do município para que possam desenvolver outras atividades¹⁶. Contudo, o propósito de manter as atividades agrícolas e permanecer no meio rural impulsiona o associativismo dessas famílias.

Esse estreitamento entre as famílias e o objetivo comum em se manter no campo influencia diretamente o modo de produzir, pois este se evidencia imbuído de fatores culturais, a troca de saberes e experiências é parte do seu cotidiano.

Os sistemas de produção dos agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas podem ser caracterizados como sistemas mistos, nos quais diversas culturas são encontradas, além da criação animal extensiva. São voltados tanto para o mercado, quanto para o autoconsumo. O excedente é comercializado no comércio local e regional. Entre a produção encontra-se milho, feijão, mandioca, galinha (carne e ovos), ovelha (carne e pelego), gado de corte, gado leiteiro, porco, batata, verduras, tomate, melancia, laranja, uva, pêsego, e etc. Além disso, um dos produtores possui um curtume artesanal para produção de pelego e artigos diversos derivados do couro de gado bovino e ovino (figura 19 e 20). Recentemente, a produção de mel também foi introduzida em algumas das unidades familiares pesquisadas, as figuras que seguem mostram parte dessa produção diversificada.



Figura 19: Produção diversificada. As ovelhas garantem a produção da carne e do pelego.
Fonte: Alecsandra Cunha – jan/2013.



Figura 20: Produção de pelegos. Curtume artesanal em unidade de produção familiar.
Fonte: Alecsandra Cunha – jan/2013.

¹⁶ Caracterizando a pluriatividade, assunto que será abordado ainda nesse capítulo.



Figura 21: Produção diversificada das propriedades. A variedade encontrada na produção familiar caracteriza a policultura, a imagem acima mostra algumas das culturas e criações das unidades familiares pesquisadas (galinhas, mandioca, porcos, parreira de uvas).

Fonte: Alecsandra Cunha – abril/2012.



Figura 22: Produção diversificada das propriedades (colmeias). Vale ressaltar a proximidade que se encontra a plantação de eucaliptos dessa propriedade, esse fato se repete em várias outras.

Fonte: Alecsandra Cunha – jan/2013.

A maioria das famílias produzem também derivados da produção como queijos, doces, conservas, conseguindo agregar valor nesses produtos, diversificando ainda mais sua produção e alimentação. Mais uma vez, é relevante

afirmar a importância da agricultura familiar no cenário agrícola nacional, pois sua produção diversificada é capaz de atender as necessidades do grupo familiar e suprir o mercado interno (seja local, regional ou nacional) com gêneros alimentícios para a população urbana e rural.

Esta estratégia representa uma possibilidade de construção de uma forma de desenvolvimento rural inteiramente diferenciada, que promove a diversificação e a ampliação das oportunidades de produção e trabalho, a redução da dependência e da vulnerabilidade, o aumento da qualidade de vida, a criação das bases da segurança alimentar e o aumento da competitividade intersetorial dos agricultores e de suas atividades. (EXTERCKOTER; NIEDERLE, 2012, p.3)

Portanto, a diversificação agrícola pode ser considerada uma estratégia a fim de garantir renda suficiente para a reprodução social da agricultura familiar. Representando dessa forma, um meio de proteção às famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade, tão comum no meio rural.

Com relação à mão-de-obra, essa é basicamente familiar, com alguns casos de contratação de força de trabalho temporária e, ainda assim, em pequena quantidade. Uma forma de mão-de-obra utilizada entre eles são os favores entre os vizinhos, em épocas de plantio e colheita, as famílias se revezam entre as propriedades a fim de atender a todas em suas necessidades de força de trabalho.

(...) cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. Desta forma, as práticas de ajuda mútua são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho na unidade produtiva camponesa (...) (TAVARES dos SANTOS, 1984, p. 36).

Ou seja, os agricultores se ajudam e trocam mão-de-obra para conseguirem manter as atividades agrícolas em funcionamento, principalmente em épocas que demandam mais força de trabalho. Esse fato pode ter várias causas, entre elas podemos apontar a falta de mão-de-obra disponível no campo, já como uma das consequências do êxodo rural e, ainda, a própria questão financeira, pois os poucos

trabalhadores rurais assalariados (temporários ou não) ainda disponíveis no meio rural cobram valores elevados pelo seu trabalho.

Também em função da escassez de mão-de-obra, percebe-se que a incorporação de inovações tecnológicas chega lentamente à essas propriedades, mas já se faz presente na realidade local. O que vem auxiliando no aumento de produtividade nas propriedades e viabilizando o acesso ao mercado.

Nesse sentido, o modelo reprodutivo representado pela modernização agrícola pode ser contrastado com um diversificado elenco de estratégias e práticas sociais que tem entre seus objetivos o alargamento da autonomia técnica e produtiva e a obtenção de maior rendimento (...) (NORDER, 2004, p.63).

Entretanto, as dificuldades enfrentadas ainda são diversas, esse fato corrobora para a importância da fundação da associação. Dessa forma, para continuar no caminho do entendimento, de maneira que as reflexões feitas tenham significados além de apenas um caráter descritivo, é necessário avaliar situações que apontem para uma nova dinâmica. A agricultura familiar passa a se articular de diversas formas com o objetivo de superar seus obstáculos.

3.2 Estratégias de resistência através da Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas

A partir dessa reflexão e, sobretudo, pensando nas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, a Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas tem papel fundamental na consolidação da comunidade enquanto território da agricultura familiar. E um dos resultados que podem ser observados em função da atuação da associação é que a expansão das lavouras de soja e plantação de eucaliptos estão encontrando dificuldades para se consolidarem nessa área, pois esses agricultores familiares procuram de diversas formas mantê-los afastados, buscando conservar suas propriedades.

A associação foi fundada em 2006 com o objetivo de integrar os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas. Com a divisão que foi convencionada nas terras da antiga Estância dos Saldanhas, estabelecendo assim duas localidades, Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas como visto no capítulo anterior, surge então a necessidade de uma associação que atendesse as famílias que mantinham suas propriedades nesta última localidade.

Os princípios básicos do associativismo rural estão fundamentados na participação e na confiança. A segurança de que os resultados alcançados pela associação se concretizem em benefícios para todos os membros de forma igualitária está na participação, enquanto a coesão do grupo é mantida pela confiança.

A constituição de uma Associação numa comunidade rural não significa o nascimento da organização naquela comunidade, ao contrário do que muitos pensam. Na verdade, a Associação é produto de organizações já existentes e funciona como canal de expressão de relações azeitadas e regulares que já existem firmadas dentro daquele grupo de lavradores. (RIBEIRO, 1994, p.45).

A complexidade dessas organizações é grande, pois fatores internos e externos ao grupo social estão envolvidos. Entretanto, o associativismo rural assume papel relevante na luta dos agricultores familiares pela permanência na terra, melhores condições de trabalho e na qualidade de vida. Estas associações:

(...) têm, necessariamente, um compromisso de luta contra a exploração, e seu trabalho cotidiano de cooperação está relacionado também a uma luta por terra, por influência na política, por saúde, educação, enfim, por cidadania. As Associações que funcionam dentro destes objetivos ligam sua atividade a uma política que se pretende transformadora. (RIBEIRO, 1994, p. 20).

Dessa forma, no dia 24 de março de 2006, se reuniram na propriedade de um dos sócios fundadores, os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas juntamente com dois técnicos da Emater/RS-Ascar, segundo ata nº01/06. A associação foi devidamente registrada em cartório no dia 20 de julho de 2006.

O objetivo principal da associação é a organização da comunidade afim de buscar coletivamente os seus objetivos. Dentre as finalidades da associação levantadas pelos agricultores familiares destacou-se trabalhos coletivos, melhoramento na infraestrutura comunitária, busca de informações e melhoria das condições produtivas, difusão de tecnologia, assistência técnica e acesso ao crédito rural. As reuniões subseqüentes trataram da eleição para a primeira diretoria e construção do estatuto da associação.

O Capítulo II do estatuto trata das finalidades da associação, o Art. 2º dispõe:

- a) Congregar todos os produtores da localidade, no sentido de motivá-los à prática do bem comum;
- b) Contribuir para a promoção do ser humano, despertando a consciência dos direitos e deveres do cidadão, em clima de harmonia e respeito;
- c) Difundir o conhecimento de novas técnicas de cultivo e de manejo de solo e da produção animal e estimular a sua adoção com o objetivo, de elevar os índices de graduação e produtividade dos estabelecimentos rurais dos associados;
- d) Lutar pela melhoria das condições de vida local, como: saúde, educação, higiene, recreação, transporte, urbanização, segurança, etc.;
- e) Contribuir para o incremento da solidariedade humana principalmente no campo cultural, em defesa da civilização democrática;
- f) Estimular o senso crítico, patriótico e comunitário da coletividade e motivar a população a participar dos trabalhos da Associação.

A admissão de novos sócios é realizada após participação de, no mínimo, três reuniões consecutivas. É necessário que os interessados em se associar sejam estabelecidos na localidade e que seus interesses estejam de acordo com os objetivos da associação, a aprovação então, é feita através da assembleia geral e registrada em ata. Fica estabelecido aos sócios o direito de voto.

Dessa forma, a associação tornou-se legal e indispensável para os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas. Uma das estratégias utilizadas por eles são as reuniões periódicas da associação (Figuras 24 e 25), que mantém os sócios informados de tudo que se passa nos territórios do entorno, aqueles já ocupados pelo agronegócio, além de outras informações relevantes, como cursos oferecidos, a participação em eventos culturais e comerciais.

As reuniões são geridas horizontalmente (figura 23), todos têm o direito de fala, podendo apresentar sugestões, procurar esclarecimentos, participar efetivamente das discussões que envolvem os assuntos tratados.

As reuniões da associação também promovem o convívio entre os sócios, é um momento em que podem conversar, trocar ideias a respeito de diversos assuntos, jogar uma partida de bocha para descontrair (a sede da Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas conta com uma cancha de bochas, Figura 24), jantares e churrasco também acontecem concomitantemente às reuniões, além de ser uma forma de buscar maior participação dos sócios, se torna também mais um evento sociocultural para as famílias de agricultores dessa comunidade.



Figura 23: Reunião da Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas. Os sócios participam e discutem assuntos de interesse comum.

Fonte: Alecsandra Cunha – Set/2012.



Figura 24: Sócios jogando bocha enquanto esperam o início da reunião. Observa-se o cuidado com a manutenção também com o entorno da sede da associação.

Fonte: Alecsandra Cunha – abril/2012.

O clima de descontração e companheirismo pode ser facilmente observado entre os sócios. Os aspectos que corroboram essa realidade são o fato destes sócios já possuírem relações pessoais antes mesmo da fundação da associação, em função da ligação familiar, ou seja, o grau de parentesco. Essas iniciativas nos levam a pensar que a presença de importantes e persistentes desigualdades na trama social interagem com o ativismo associativo e pode afetar a condição de igualdade socioeconômica no contexto local/regional.

Assim, através da constituição de espaços institucionais de participação social, especialmente em nível local, visualizava-se a possibilidade de um efetivo processo de democratização, entendido como algo que ultrapassava (incorporando, obviamente) a retomada dos procedimentos básicos da democracia representativa (...). Ou seja, a participação e a descentralização se colocam como instrumentos centrais na democratização da relação entre Estado e sociedade civil. (SCHNEIDER, SILVA, MARQUES, 2009, p.10)

Portanto, considerando o debate sobre a participação social, no qual a democracia tem maiores chances de ser alcançada através do local como ambiente privilegiado para a democratização, por meio da associação, os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas obtiveram êxito em muitas empreitadas buscando melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Com isso, as famílias são amparadas, pelo menos em parte de suas necessidades, no âmbito municipal, estadual e federal. E assim:

A Associação é vista como o meio para atingir vários objetivos. Desde aqueles bem definidos (como reduzir a intermediação comercial, usar um equipamento coletivo, por exemplo) até outros imprecisos ou de definição muito difícil (tipo “aumentar a consciência” do camponês, politizar o produtor, etc.). (RIBEIRO, 1994, p.16).

Nesse sentido, ressaltamos que a Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas tem representado, dentro de suas possibilidades, uma estratégia de grande força para a reprodução das famílias. Possibilitando sua organização socioeconômica e territorial, pois no Rincão dos Saldanhas observa-se aspectos que demonstram a agricultura familiar como cerne da vida social, evidenciada por fatores que buscam a permanência no campo, ressaltando condições favoráveis à produção agrícola, como a renda que garanta a sobrevivência adequada da família e a permanência no meio rural. Seu papel no acesso às políticas públicas também é fundamental.

3.3 Estratégias de resistência através das políticas públicas

No que se refere as políticas públicas, a participação efetiva da associação é fator primordial para seu acesso. Um poço artesiano (Figura 25) foi construído em uma das propriedades do Rincão dos Saldanhas pela prefeitura em 2009, com o objetivo de sanar o problema da falta de água potável. A prefeitura cedeu as máquinas e técnicos para perfuração do poço e a Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas, diante da cooperação dos seus sócios, estabeleceu a compra de uma bomba d'água para o mesmo. Através das mensalidades e demais doações e colaborações, segundo a ata 02/09 da associação ficou estabelecido essa compra. A distribuição da água do poço até as propriedades ficou a cargo dos respectivos proprietários.



Figura 25: Poço Artesiano. A propriedade foi escolhida de acordo com sua localização em um dos pontos com maior altitude no Rincão dos Saldanhas.

Fonte: Alecsandra Cunha – Jan/2013.

O acesso às políticas públicas, como o caso da perfuração do poço artesiano, a limpeza de açudes, tratores para serviços em geral, Pronaf, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem, entre outras, pode ser difícil. Porque muitas vezes, sem nenhum tipo de auxílio e/ou informação, os agricultores familiares acabam por não acessar tais políticas, levando-os à impossibilidade de permanecer no campo.

Esse é um dos papéis que a Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas tem desempenhado. Levar informação e possibilitar o acesso aos agricultores familiares nas políticas públicas que lhe são direcionadas. E nesse contexto, algumas dessas políticas já puderam ser acessadas.

Além das políticas locais já citadas (poço artesiano, limpeza de açudes, tratores), políticas a nível estadual e federal foram viabilizadas. O Pronaf também faz parte da realidade de muitas famílias do Rincão dos Saldanhas, possibilitou o desenvolvimento socioeconômico de várias famílias, se tornando uma ferramenta indispensável para a reprodução destas.

Os anos recentes têm se caracterizado como um período marcante para o meio rural brasileiro, particularmente para os agricultores familiares. Na década de 1990, esta categoria social logrou não apenas o seu reconhecimento pelas mais diversas instâncias sociais e políticas, como se afirmou no cenário público a partir da conquista do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Através do Decreto Presidencial n. 1946, de 28 de julho de 1996, o Estado passou a reconhecer as especificidades e a legitimidade das demandas dos agricultores familiares, criando-se então o Pronaf. Este programa, em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o início dos anos 90, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijadas das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades para se manter na atividade. (SCHNEIDER, SILVA, MARQUES, 2009, p.147).

Portanto, o Pronaf é um instrumento indispensável para as famílias do Rincão dos Saldanhas. Muitas famílias foram beneficiadas com esses recursos, que levaram a melhorias na infraestrutura da propriedade e nas condições de produção que tem reflexo direto na melhoria da qualidade de vida. Um dos instrumentos que valida o acesso das famílias ao Pronaf é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Os CMDRs surgem como um processo integrado ao planejamento e a gestão. A associação faz parte do CMDR com direito a voto, as reuniões acontecem toda primeira quinta-feira do mês, e é no conselho que decisões são tomadas como a liberação de crédito para os agricultores. As experiências com os conselhos no meio rural no Brasil é ainda recente, elas se intensificaram a partir do Pronaf que vinculou os recursos e projetos à existência dos CMDR. A elaboração e discussão de políticas para a agricultura familiar passou a ter um espaço institucionalizado que evoluiu e capta as complexas relações que envolvem tais políticas. Cabe ressaltar a relevância dos CMDR no que tange aos aspectos relacionados à articulação e constituição dos mesmos, às formas de funcionamento e o seu papel, às relações de

poder, à legitimidade e diversidade dos atores condicionando a participação social e a atuação do poder público até os seus limites e contribuições para a gestão, controle e avaliação das políticas públicas.

(...) podemos perceber que o processo de democratização da sociedade brasileira, através da instituição de espaços de participação social, no qual se incluem os CMDRs, é extremamente complexo e incapaz de ser apreendido por diagnósticos simplistas e maquiéistas que julgam a realidade em termos de “bom ou mau”, “certo e errado”, “sucesso ou fracasso”. Na verdade, uma certa frustração com as “promessas não cumpridas” da participação tem gerado a tendência de questionar o real valor destas experiências participativas (...) (SILVA; MARQUES, 2009, p.19).

O que se pode levantar a partir dessa reflexão é o fato, por exemplo, de que entre 12 projetos encaminhados ao CMDR de Manoel Viana nos últimos meses, somente dois foram liberados para acesso aos recursos do Pronaf. O que nos leva a pensar na realidade vista em campo que evidenciou a necessidade de investimentos nas unidades familiares. Portanto, este instrumento pode não estar atendendo efetivamente as reais necessidades locais.

Entretanto, em tempos anteriores o acesso ao Pronaf por algumas famílias possibilitou diversas melhorias de infraestrutura e custeio de lavouras. Foi a partir deste acesso que uma das unidades contempladas pode investir em um sistema de resfriamento de leite, o que levou a família a assinar um contrato de entrega com uma grande empresa de laticínios. O resultado desse investimento é a segurança da renda mensal e a diminuição do trabalho braçal, antes, além das vacas serem ordenhadas manualmente, o leite era vendido de porta em porta, o que obrigava o membro da família responsável por essa atividade a trabalhar na entrega durante uma longa jornada.

Eu tinha que acordar às 3 horas da manhã, buscar as vacas, tirar o leite, colocar tudo nos pet's e me mandar com a carroça pra cidade. Eu chegava de volta lá pela 1 da tarde, e ainda tinha que ir fazer o almoço, cuidar das outras criações e fazer o serviço da casa. Quando chegava de noite, eu nem existia mais. A melhor coisa da minha vida foi essa mini-usina de leite. Agora eu posso dormir mais um pouquinho (risos). Mas meu sonho mesmo é chegar a tirar 30 mil litros de leite por mês, mas o manejo do gado tá

errado, porque pra isso, o gado tem que ser confinado. (Entrevistado 10, jan/2013).

A maior parte do trabalho relacionado ao leite hoje, nessa unidade, é mecânico. A ordenha e o armazenamento são processos realizados com maior facilidade após a implantação do sistema de resfriamento (Figura 26). Hoje, a produção de leite gira em torno de sete a oito mil litros de leite por mês, que é retirado pela própria empresa que o compra. Esta família é uma das poucas no Rincão dos Saldanhas que não apresenta características pluriativas, todos os membros são ocupados na propriedade em atividades agrícolas. O pai e o filho são os responsáveis pelas lavouras e o gado de corte, a mãe e a nora dividem a responsabilidade pela mini-usina de leite, o manejo do gado leiteiro (Figura 27), as criações e pequenas lavouras para autoconsumo. Além disso, esta família conta também com a renda de uma aposentadoria rural.



Figura 26: Ordenha mecânica. No canto superior à direita da foto pode-se observar o tanque de resfriamento de leite.

Fonte: Alecsandra Cunha – jan/2013.



Figura 27: Manejo do gado leiteiro. Aplicação de cálcio no gado leiteiro.

Fonte: Alecsandra Cunha – jan/2013.

Esta unidade familiar é um exemplo claro da importância de investimentos para a agricultura familiar. A partir dos recursos acessados a composição da renda familiar aumentou e se consolidou. Grande parte do trabalho manual foi substituído por tecnologias que incrementam o desenvolvimento das atividades. O conjunto de transformações ocorridas teve reflexo direto na qualidade de vida e perspectivas de mais melhorias para essa família.

Nesse sentido, pode-se concluir que a qualidade do investimento realizado se encontra na efetiva adequação às necessidades e condições de realidade local dos pequenos agricultores. (...) além da melhoria na qualidade de vida e da atividade produtiva dos pequenos agricultores, o Pronaf Infra-estrutura e Serviços Municipais apresenta-se como um dos instrumentos de busca do objetivo mais geral de gerar um processo de desenvolvimento sustentável (...) (SILVA; SCHNEIDER, 2009, p.163).

Além do Pronaf, outro programa foi acessado por famílias do Rincão dos Saldanhas. O Programa “Minha Casa, Minha vida – Habitação Rural” beneficiou dois agricultores locais, por meio do crédito para o Jovem Rural e a Mulher Rural. O que torna uma ação de extrema relevância para o reconhecimento da mulher do campo, contribuindo para amenizar as diferenças de gênero na sociedade, e, principalmente, no meio rural. Portanto, políticas direcionadas à mulher rural contribuem para que elas sejam reconhecidas em sua importância tanto como membro essencial do grupo familiar, quanto como agente nas relações sociais. Com igual destaque, as políticas voltadas para o jovem rural têm como principal objetivo proporcionar condições para a permanência no campo de jovens entre 16 e 29 anos, por meio do trabalho na terra e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Reconhece-se a importância das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, entretanto, as famílias beneficiadas se apresentam em número muito reduzido em relação ao que seria ideal para o desenvolvimento rural local/regional/nacional. Apesar da evidente melhoria da qualidade de vida e de trabalho, o acesso ainda continua ineficiente, as informações parecem ainda não chegar com eficiência. No caso do Rincão dos Saldanhas são diversas as famílias que poderiam ser beneficiadas, e ressalta-se a necessidade desses recursos para elas, ainda assim, o acesso é dificultado por morosidades e questões burocráticas. Como é o caso no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a burocracia e brechas na legislação dificultam o acesso:

Fica difícil também pra gente conseguir entregar os alimentos nas escolas, porque elas exigem um monte de coisa que a gente não consegue cumprir. Querem o alimento lavado, picado, só falta pedir já pronto. Queriam que eu entregasse batata lavada e picada naquelas coisinhas de isopor. Mas aquilo é caro e no tempo que vamos gastar pra fazer esse trabalho, quem vai cuidar a lavoura? (entrevistado 7, jan/2013).

Em decorrência desse fato, novas formas de inserção de renda passam a fazer parte da realidade desses agricultores familiares. Atividades não-agrícolas tornam-se presentes no contexto do grupo familiar, caracterizando a pluriatividade.

3.4 Estratégias de resistência através da pluriatividade

As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar se tornam claras, e são nessas condições que as atividades agrícolas no campo brasileiro se veem diante de uma crise de produção e passam a buscar outras formas de se reproduzirem. Estas famílias passam a buscar as atividades não-agrícolas, como forma de se manterem no campo e em seus estabelecimentos. Percebe-se, assim, um processo de ressignificação do espaço rural, atraindo novas atividades econômicas como fonte de renda.

Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas. Isso faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, à estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. (SCHNEIDER, et al, 2009, p.141).

Os agricultores familiares se esforçam na diversificação de suas atividades tentando se inserir no novo rural¹⁷ e seu mercado emergente. Esse processo não pode ser considerado como proletarização e decadência da agricultura familiar, mas sim uma nova fase socioeconômica das famílias agrícolas, que no novo mundo rural, não são capazes de manter-se apenas a partir de atividades agrícolas.

¹⁷ Esse 'novo rural' vem se construindo a partir da valorização de bens intangíveis, como a paisagem, o lazer, os ritos do cotidiano agrícola, até então considerados sem importância, atrasados, rústicos e muitas vezes ignorados. Sobre esse assunto consultar também ROQUE & VIVAN (2003), CARNEIRO (2002).

O dinamismo dessas categorias é tal que no Brasil, atualmente, são abarcadas ruralidades diversas. Além da revalorização do rural como espaço de lazer, observa-se ainda que o Pronaf e os assentamentos de reforma agrária estão revalorizando o campo no que tange à agricultura familiar e seu papel na sociedade como expressão de trabalho e vida, reconhecendo-a como um ator social. Segundo CARNEIRO (2002), a mobilidade causada pela expansão dos meios de comunicação reais e virtuais e a transformação do campo em espaço de lazer são os principais motivos que baseiam as novas dinâmicas da ruralidade brasileira. Em decorrência desses processos observa-se que o mercado de trabalho se amplia e diversifica nas regiões turísticas, as unidades familiares agrícolas se retraem ou desaparecem, dando lugar à pluriatividade, as relações contratuais de trabalho crescem e os jovens tem maior permanência em suas localidades de origem.

Esses elementos acabam por incitar trocas frequentes dos bens materiais e simbólicos entre o urbano e o rural:

(...) contribuindo para a diluição das fronteiras entre a “cidade” e o “campo”, entre o “rural” e o “urbano”. As ocupações econômicas, as maneiras de se vestir, de habitar e outras práticas culturais não são mais suficientes para distinguir a origem urbana ou rural dos indivíduos. No entanto, essa interação não nos permite afirmar que estejamos vivenciando um processo de homogeneização em direção ao padrão urbano (...). Ao contrário, observamos a necessidade de se identificarem e analisarem os conteúdos das diferentes formas de expressão da ruralidade em contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneos. (CARNEIRO, 2002. p.229).

Nessa nova realidade, a ruralidade e a urbanidade, assim como os limites territoriais se tornam fluídos, se ressignificam e, é nessa perspectiva que CARNEIRO (2002, p. 224) questiona se “as categorias genéricas como “rural” e “urbano” são pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas”.

Tanto no Rincão dos Saldanhas quanto no Cerro da Jaguatirica podemos encontrar propriedades que se dedicam ao turismo rural. Ou seja, aquelas propriedades que não têm como principal finalidade a produção de alimentos, mas sim, são utilizadas como lazer nos fins de semana pelas famílias que moram na cidade e buscam essa solução para descanso. Este processo não acontece

somente na área de estudo, é uma realidade no âmbito nacional, como afirma CUNHA (2009, p.84):

Esses fatos levam à resignificação desse espaço que passou a ter outros usos e ocupações de acordo com as funcionalidades da nova realidade. A área rural, passa pelo processo inverso no âmbito populacional, ou seja, se torna mais rarefeita. E ainda, mas não menos importante, todas aquelas extensões que produziam alimentos, hoje servem, em sua grande maioria, como mercadoria nas mãos dos especuladores imobiliários, e como áreas de lazer que não produzem nada mais além do prazer para seus novos proprietários, que cercam suas terras, com suas águas, suas cachoeiras, seus rios, restringindo cada vez mais o espaço público e as possibilidades de lazer da população local.

Considerando as especificidades locais, este fenômeno começa a se fazer presente também em Manoel Viana. Em outras áreas do município a crescente caracterização do turismo rural vem construindo novas relações socioeconômicas, o que pode vir também a acontecer nas duas localidades pesquisadas nesse trabalho. Ressaltando o fato de já poderem ser observadas essas características em algumas propriedades, ainda como um fenômeno recente, mas que pode atingir maiores proporções.

Entretanto, atualmente, a questão de maior conflituosidade nas localidades pesquisadas ainda é a pressão exercida pelas grandes lavouras capitalistas. Os agricultores familiares locais apresentam distinções com relação a lógica da agricultura capitalista que objetiva maior produtividade e lucratividade, além da acumulação – pilares do sistema capitalista. Enquanto os principais objetivos desses agricultores é a produção para autoconsumo, a comercialização que visa renda suficiente para o sustento do grupo familiar e a manutenção da unidade de produção, além da permanência no campo evitando o êxodo rural. Esses objetivos os colocam então, em contradição à lógica capitalista, fazendo com que o poder público, e até mesmo a sociedade, não os reconheça como atores socioeconômicos relevantes para a economia regional. Dessa forma e diante dessa realidade, se define: (...) este fenômeno social como uma situação de carência de condições que impedem que os indivíduos e/ou suas famílias obtenham recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas. (SCHNEIDER; WAQUIL, 2004, p.128).

Não satisfazendo suas necessidades e impossibilitados de se integrar no padrão tecnológico dominante, se veem sem alternativas para manter suas famílias no campo diante da pressão exercida pelas grandes lavouras capitalistas. Entretanto, a agricultura familiar na região parece se manter e subsistir em sua invisibilidade, apesar de sua relevância no contexto local, regional e nacional. Contudo, o Rio Grande do Sul é um estado:

(...) onde a tradição camponesa é elemento marcante, onde as mulheres lutam lado a lado com seus maridos e companheiros, onde procura se defender o direito à terra pacificamente, onde a consciência política se desenvolve de forma coletiva (...), onde a busca de novas alternativas de produção com a aplicação de novas tecnologias é constante, onde é consciente a necessidade de se integrar ao mercado local, regional e até mesmo internacional. (MEDEIROS, 2004, p.157).

Nessa perspectiva, os agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica também procuram se adaptar à essa nova realidade do meio rural. Diante da impotência em manter suas famílias no campo somente com a renda das unidades familiares, passaram a buscar atividades não-agrícolas geradoras de renda para complementar a manutenção dos membros do grupo familiar. Além disso, cabe ressaltar que a pluriatividade cumpre importante papel no sentido de frear a saída brusca da população das áreas rurais, dando um novo sentido ao processo de produção rural.

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. (...) A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. (SCHNEIDER et. al, 2009, p.139).

A interrelação entre a pluriatividade e a agricultura familiar adquire características particulares em cada região e até mesmo, em cada pequena propriedade. Contudo: “pode-se conhecer em que medida as famílias pluriativas que

possuem ocupações não-agrícolas auxiliam nos trabalhos da propriedade mediante aferição da frequência com que se envolvem em tais tarefas”. (SCHNEIDER, 2003, p. 191).

Nesse sentido, as duas localidades investigadas nessa pesquisa puderam ajudar na compreensão das dinâmicas da agricultura familiar no seu processo de reprodução. Pois, uma das características marcantes observadas foi a pluriatividade das famílias. O que vem a ser uma das estratégias utilizadas por elas para se manterem em suas propriedades diante do aparente crescimento e intensificação de novas formas de produção no seu entorno, que acabam exercendo grande pressão a esses agricultores familiares no sentido de expulsá-los de suas terras, e substituí-los pela grande lavoura capitalista.

Os sistemas poliprodutivos da agricultura familiar poderiam inclusive catalisar a expansão de atividades não-agrícolas, tendo em vista a “dinâmica criada por famílias que vão se tornando tanto mais pluriativas, quanto mais aumenta a produtividade do trabalho agropecuário”. Assim, o reconhecimento das diferentes trajetórias técnicas e sociais na produção agropecuária leva a contestar a suposição de um “inevitável êxodo agrícola”(…) (NORDER, 2004, p.61)

A agricultura familiar deixa de ser a única ocupação dos membros das famílias que passam a diversificar suas atividades, obtendo dessa forma distintas fontes de renda. Portanto, a pluriatividade se insere em uma unidade produtiva multidimensional, na qual se desenvolve a agricultura e outras atividades, que por sua vez pode acontecer tanto dentro, quanto fora das propriedades.

Considerando a afirmação de SCHNEIDER (2009, p.148): “Para que a família seja considerada pluriativa, considera-se que pelo menos um dos seus membros exerça a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas.”, e de acordo com as entrevistas e observações feitas, a maioria das famílias desenvolvem atividades não-agrícolas concomitante à produção familiar, caracterizando assim, a presença da pluriatividade no local.

Dentre as 30 famílias estabelecidas no Cerro da Jaguatirica e Rincão dos Saldanhas, 25 delas são pluriativas e, todas elas possuem outra renda além daquela

advinda da produção familiar¹⁸. As atividades não-agrícolas que ocupam essas famílias são as mais diversas, entre elas está o comércio (tanto como empregados como também como proprietários), funcionalismo público, serviços domésticos temporários (faxineira/diarista) e etc.

Nós somos em cinco, eu fico aqui direto, lido com a lavoura, com o gado e dou jeito nos pelegos. Ela (a esposa) fica entre lá e aqui, porque tem que fazer as coisas dela, os doces, as cucas e ainda tem as duas gurias que estudam e trabalham na cidade. O meu guri mais velho, ele trabalha numa agropecuária lá na cidade, mas também vem aqui me ajudar a inseminar o gado, porque ele sabe fazer direitinho. E assim a gente vai levando, as gurias não gostam muito de vim pra cá não, só de vez em quando mesmo, mas ela (a esposa) tá sempre pra lá e pra cá, que é um problema porque não tem transporte, o ônibus passa lá na faixa e de lá até aqui tem que ser caminhando mesmo. Meu filho tem uma motinha, mas nós não temos nada de transportar não, mas eu não quero sair daqui. (Entrevistado 5, jan/2013).

Esta diversificação da composição da renda das famílias pode ser entendida como mais uma estratégia de resistência, funcionando também como um mecanismo de proteção dos agricultores com relação às intempéries naturais, como longos períodos de estiagem, e ainda os riscos impostos pelo mercado como a baixa de preços. Portanto, a composição de renda advinda da pluriatividade pode ser considerada a partir de uma reestruturação capitalista e mudança social nos espaços rurais.

A emergência do fenômeno da pluriatividade no Cerro da Jaguatirica e no Rincão dos Saldanhas parece apontar para um processo de revitalização das formas de produção no meio rural, assinalando transformações econômicas e socioculturais. A dinâmica espaço-temporal das duas localidades guardam relação direta com a expansão da lavoura capitalista redefinindo física, cultural e socialmente estes espaços, e uma das transformações evidenciadas foi o advento da pluriatividade. Todo esse processo sugere novas formas de se olhar para o meio rural e levanta diversas discussões no que diz respeito aos conceitos utilizados para definir tais atividades e essa nova conformação do meio rural.

¹⁸ Das 30 famílias, 18 delas possuem pelo menos um membro aposentado, assim, o valor da aposentadoria faz parte da composição das rendas familiares.

Somente nesses termos podemos falar da pluriatividade como uma prática que teria sido “reinventada” por segmentos da população rural para enfrentar a crise provocada pelo esgotamento do modelo de produção produtivista. Sendo assim, podemos considerá-la, ao mesmo tempo, conjuntural e estrutural. É a combinação de fatores externos e internos à dinâmica familiar que darão sentido e significado ao recurso às práticas não-agrícolas por parte das famílias de agricultores. Podemos supor que se trata de um recurso que se possa enraizar indicando que uma nova forma de organização da exploração agrícola estaria sendo engendrada. (CARNEIRO, 2009, p.178).

Portanto, a agricultura e pecuária não são mais as únicas atividades geradoras de renda no meio rural, pois as atividades não-agrícolas passaram a ser incorporadas nesse espaço. Entretanto, existem fatores endógenos e exógenos que dão corpo, tipo e nível de mudança nas relações socioeconômicas de cada território. A análise da dinâmica da reprodução dos agricultores familiares nas duas localidades indica que o caráter familiar dessa forma de organização das atividades agrícolas e não-agrícolas lhes confere grande plasticidade na adaptação aos recursos locais dentro ou fora das fronteiras das unidades familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cerro da Jaguatirica e o Rincão dos Saldanhas se mostraram como um espaço que se organiza e reorganiza de acordo com a realidade local, a lógica regional e global. Considerando a evolução histórica e econômica do país, desde os tempos da colônia até os dias de hoje, podemos perceber que as transformações socioeconômicas ocorridas são complexas e desafiadoras, pois os espaços rurais parecem estar se rearranjando para atender à lógica do capital.

As questões teóricas sobre a gênese e consolidação dos territórios rurais possibilitou evidenciar a capacidade da agricultura familiar em se territorializar no espaço agrário da Campanha Gaúcha, mesmo e apesar das dificuldades enfrentadas. O processo de organização e reorganização do espaço rural do Cerro da Jaguatirica e do Rincão dos Saldanhas mantém relação direta com a estrutura agrária brasileira que privilegia latifúndios e grandes produtores.

Dessa forma, fica claro que o êxodo rural está intrinsecamente ligado à ineficiência das políticas públicas para a agricultura familiar. Esse fato corrobora para os elevados custos de produção para os agricultores familiares, tornando sua inserção e permanência no mercado (dificuldade de comercialização, acesso à transportes), e até mesmo a produção para autoconsumo inviável. “(...) fica mais ou menos claro que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.30).

De maneira geral, o contexto histórico nacional mostra que as políticas públicas são resultado de pressões dos movimentos sociais e sociedade civil. Essa pressão exercida ao longo das últimas décadas do século passado proporcionou o advento de políticas agrárias e agrícolas voltadas aos agricultores familiares que são essenciais para sua reprodução atualmente. São políticas que parecem ser capazes de satisfazer as necessidades destas famílias, entretanto, o acesso é burocrático e moroso.

A quantidade de documentos exigidos, a desarticulação dos diversos órgãos envolvidos, a ausência de acompanhamento técnico para construção dos projetos, são algumas das ações burocráticas que as famílias enfrentam na tentativa de

acesso ao crédito rural e demais programas. A ausência de participação ativa e efetiva da Emater/RS foi ponto unânime entre os agricultores familiares entrevistados. Este órgão que deveria estar presente com projetos de extensão rural, não mantém a continuidade de suas ações nas localidades. Projetos são iniciados e não acabados, por falta de verba, ou por alteração no quadro funcional das equipes técnicas.

Dessa forma, além da burocracia, e em função dessa distância entre os órgãos públicos e as comunidades, muitas vezes as informações não alcançam o público alvo. Em consequência, a grande maioria das políticas disponíveis não é acessada. Existem ainda, contradições no âmbito da normatização, como é o caso do PNAE, um programa direcionado para o consumo da alimentação escolar através da produção da agricultura familiar. Entretanto, existem falhas na regularização do programa que acabam por impedir que o agricultor familiar consiga fornecer alimentos às escolas.

O PNAE dispõe que no mínimo 30% da verba repassada para a alimentação escolar deve ser direcionada à compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária. Entretanto, não esclarece as regras para essa parceria, deixando que as escolas escolham e façam suas exigências, que não sendo atendidas, assumem a necessidade de direcionar os recursos para outros fornecedores. E a forma para 'burlar' a legislação nesse caso, é a construção de um documento, declarando que nenhum agricultor familiar local/regional foi capaz de atender a demanda e necessidades pontuais daquela escola.

Portanto, acredita-se que a falta de eficiência das políticas públicas estão entre os motivos do êxodo rural. A desterritorialização e reterritorialização das famílias expulsas do campo em função da atuação do Estado enquanto políticas públicas ficam claras, especialmente no Cerro da Jaguatirica, onde esse processo de expulsão foi mais intenso. Acredita-se que a falta de organização entre os agricultores e pecuaristas familiares locais tenha sido fundamental para a desarticulação das atividades agrícolas familiares, pois o acesso à informação e às políticas públicas se tornou ainda mais difícil.

As duas famílias entrevistadas que deixaram o Cerro da Jaguatirica afirmam que não havia mais condições de manter a propriedade e a residência, devido a impossibilidade de produção que os alcançou. Esta impossibilidade está diretamente

ligada à pressão exercida pelas grandes lavouras e à dificuldade de acesso às políticas públicas. Hoje vivem na área urbana do município onde uma família possui um comércio, e a outra presta serviços eventuais, tanto atividades agrícolas como atividades caracterizadas urbanas.

As famílias que deixam o campo se reterritorializando em áreas urbanas e contribuem para a saturação do espaço urbano. Necessidades como maior área para habitação, aumento e melhoramento de infraestrutura, oferta de empregos, maior número de escolas, entre outras, surgem no meio urbano na tentativa de suprir a demanda da população oriunda do campo. Entretanto, sendo um processo desordenado de migração, geralmente, o meio urbano não consegue atender todas as demandas que surgem com o grande aumento da população. É nesse contexto que a população não absorvida pela 'vida urbana' se encontra com o processo de marginalização.

Na tentativa de evitar o êxodo rural, diversas formas de resistências têm sido elaboradas pelos agricultores familiares do Rincão dos Saldanhas. Uma dessas formas de resistências encontrada foi a concepção da associação, a união encontrada ali é um porto seguro para as famílias. As relações de parentesco e compadrio formam a base da comunidade, que através da associação busca melhor qualidade de vida e trabalho.

Os resultados obtidos pela Associação dos Pequenos Produtores do Rincão dos Saldanhas estão proporcionando a possibilidade das famílias se manterem e produzirem em suas terras. Aos poucos, o acesso às políticas públicas está se realizando, apesar de ainda não ser o suficiente. No momento a associação tem conseguindo aumentar a participação das famílias na distribuição dos recursos dos programas federais. Contudo, muitas vezes a estabilização financeira das famílias pesquisadas só é possível após a entrada das atividades não-agrícolas e das aposentadorias no âmbito da renda familiar, pois a dificuldade de inserção no mercado local ainda não capacita os agricultores familiares a suprir suas demandas.

Vale acrescentar que, além da necessidade da presença da agricultura familiar no mercado local, as relações com a cidade se dão sob vários aspectos: relação com os bancos; com as igrejas; com os movimentos sociais (visto que eles são organizados na cidade); com as escolas (sendo que parte desses jovens estudam nas cidades) e com as decisões de ordem econômica e política que

comprometem a sobrevivência e a reprodução dos agricultores familiares, dentre outros, caracterizando as redes de relacionamento e comunicação estabelecidas nessa trama socioespacial. E, é a partir dessas redes de relacionamentos e comunicação que a pluriatividade pode ser inserida no cotidiano dessas famílias.

A pluriatividade vem se mostrando capaz de dinamizar a dimensão socioeconômica das famílias do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica. Contudo, esse público é muito heterogêneo, o que corrobora para a necessidade de políticas públicas voltadas também para a pluriatividade, que hoje já pode ser considerada uma nova realidade no meio rural brasileiro.

Sobretudo, e apesar dessas novas realidades no meio rural, a agricultura familiar ainda deve ser foco das políticas de desenvolvimento rural. Por isso, ainda é necessário que políticas públicas, agrícolas e sociais, busquem o fortalecimento, expansão e consolidação da agricultura familiar, de forma que garanta ao trabalhador rural acesso a terra e ao trabalho, através da desconcentração de terras, ou seja, uma reforma agrária eficaz. Dessa forma, a probabilidade de se alcançar o consumo necessário dentro da própria propriedade de produção familiar permite a autonomia daquela família, o que justifica a importância no sentido dos processos produtivos de gêneros alimentares da agricultura familiar em pequenas propriedades atualmente.

Constatou-se que o quadro das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar atualmente mostra uma gama de programas que podem ser considerados excelentes em suas disposições. Entretanto, a eficácia e efetividade desses programas ficam comprometidas na medida em que o acesso pelos agricultores familiares é extremamente deficiente. Ou seja, existem políticas eficazes, contudo a falta de informação, a burocracia e a morosidade são os principais fatores apontados na pesquisa que impedem a efetividade das ações planejadas pelas famílias. O que não quer dizer, que as políticas existentes sejam suficientes, ainda há que se buscar grande evolução no que tange à subsídios para a agricultura familiar.

Enfim, a Campanha Gaúcha, e consecutivamente o município de Manoel Viana onde estão localizadas as duas localidades pesquisadas, é caracterizada por um espaço interiorano, distante dos grandes centros industriais e díspares dessa realidade, possui dinâmicas e relações sociais imbuídas de aspectos geográficos, culturais, políticos e socioeconômicos. Suas relações mercantis, formas de

reprodução social, reciprocidades, redes (econômicas ou não), racionalidades, capital social evocam um desenvolvimento local ainda situado pelo setor primário, com algumas iniciativas que atentam para extrapolar essa visão. Desse modo, o Rincão dos Saldanhas e o Cerro da Jaguatirica são afetadas por fatores internos e externos que norteiam a racionalidade da região. Rumando para as interpretações alternativas, poderia citar as ações de cooperação que objetivam formar redes capazes de captar ou promover no território suas potencialidades e oportunidades.

A pesquisa apresentada foi capaz de esclarecer aspectos da agricultura familiar no Cerro da Jaguatirica e no Rincão dos Saldanhas como os motivos para o êxodo rural e estratégias assumidas como resistência em permanecer na terra. Entretanto, devido à complexidade do tema tratado diversas questões ainda podem ser pesquisadas para uma compreensão total da organização espacial local e regional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

ACHKAR, Marcel; DOMÍNGUEZ, Ana; PESCE, Fernando. **Agronegocios Ltda: Nuevas Modalidades de Colonialismo em Cono Sur de America Latina**. Montevideo: Redes, 2012.

ARAUJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo Agroindustrial - o "Agribusiness Brasileiro"**. São Paulo: Agrocere, 1990.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar Ed., 2003.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul: os fatores culturais e a dualidade econômico-social**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n 172. p. 3-13, jan/fev. 1963.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1983.

BRUNO, Regina. **Agronegócio e novos modos de conflituosidade**. In: FRENANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. In: Costa, Luiz Flavio de Carvalho; Moreira, Roberto José. Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: SCHNEIDER, S. (org.) A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª Ed., 2009.

CHALAS, Yves. **De la trajectoire épistémologique recente du concept de territoire**. In: VANIER, Martin. Territoires, territorialité, territorialization: Controverses et perspectives. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-1997)**. Uberlândia: UFU, 2009. 288 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CNDRS (2002), **Desenvolvimento sustentável do Brasil**. Brasília: CNDRS, Segunda versão de PNDRS aprovada pelo Conselho em 28 de agosto.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática. S.A., 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CUNHA, Alecsandra S. **A Resignificação do Espaço de Santo Antônio do Aventureiro: considerações sobre as relações e alterações socioeconômicas e espaciais no município**. Belo Horizonte: PucMinas, 2009. 98 p. Monografia (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

DAVIS, J.A. & GOLDBERG, R.A. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957. 136p.

DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. São Paulo, Bertrand. Brasil, 1991.

DOMINGUES, José Maurício. **A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, Vol.45, nº3, 2002, p. 459 a 482.

DOMINGUES, José Maurício. **Instituições Formais, Cidadania e Solidariedade Complexa**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

DOMINGUES, Moacyr. **A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil**. Porto Alegre: Sulina; Instituto Estadual do Livro, 1973.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EVIA, Gerardo. **La república de la soja: las alegorias de la globalización**. Publicado en La Insignia, 29 enero 2004. Disponível em: <http://www.agropecuaria.org/analisis/EviaRepublicaSoja.htm>, acessado em dezembro de 2012.

EXTERCKOTER, R. K., NIEDERLE, S. L. **A importância da diversificação produtiva para a reprodução social da agricultura familiar: o oeste catarinense**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos conflitos do paradigma da questão Agrária e do Capitalismo Agrário a partir dos Conceitos de Agricultor Familiar e de Camponês**. Uberlândia: Edufu. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços Agrários de Inclusão e exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro**. Presidente Prudente: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

GILLARDOT, Pierre. **Géographie Rurale**. Paris: Ellipses, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1). 1999.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HASBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, R. A. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP/ Campus de Rio Claro, 2000.

HOFFMANN, R. et al. **Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira**. Relatório de Pesquisa, Piracicaba: FEALQ, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE).

JAPIASSU, H., MARCONDES, D. **Dicionário Básico da Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KAGEYMA, A. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: Unicamp/IE, 1987.

LEFÈBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica Formal / Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Lugar do modo de vida tradicional na modernidade**. In: OLIVEIRA, Arioaldo U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 145-158.

MARQUES, Marta Inês. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio á reflexão teórica.** In: Campesinato e territórios em disputa. Org. Eliane Tomiasi Paulino e João Edimilson Fabrini. São Paulo. Expressão Popular. 2008. p. 49 - 78.

MARTINS, D. A. **Regularização Fundiária Rural e a Sobra de Área em Imóveis Localizados no Município de Manoel Viana.** 2010. Monografia (Monografia apresentada ao Curso de Direito) Universidade da Região da Campanha, 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora Unesp, 1933.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária.** In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. P. 147-162.

MOREIRA, Roberto José. **Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas.** In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

MOSENA, M. **Agricultura em áreas frágeis: as transformações decorrentes do processo de arenização em São Francisco de Assis/RS.** Porto Alegre, UFRGS, 2008. 175p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MÜLER, G. **O complexo agroindustrial brasileiro.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982.

NAT/BRASIL. Núcleo Amigos da Terra/Brasil. **O Pampa em disputa, a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores.** Porto Alegre, 2007.

NEAD. **Brasil na virada do milênio: encontro de pesquisadores e jornalistas.** São Paulo/Brasília: 2001.

NEVES, D. **“Agricultura familiar: questões metodológicas”.** Revista Reforma Agrária, 25: 21-37, maio/dez., Campinas. 1995.

NEVES, D.. **“Agricultura familiar e mercado de trabalho”**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 8: 7-25, abr, Rio de Janeiro. 1997.

NORDER, Luiz Antonio C. **Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial**. 2004. In: SCHNEIDER, Sérgio. A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, Silvio Luis de, **Tratando de metodologia científica**. São Paulo, SP. Pioneira Thomason Learning. 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo brasileiro no final dos anos 80**. In: In: STÉDILE, J. P. A questão agrária hoje. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO MST, XII, 2004, São Miguel do Iguaçu (PR). **Anais...** São Miguel do Iguaçu (PR): MST, 2004. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 12/nov. 2011.

ORTEGA, Antonio César. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: Editora UFU, 2008.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M. P. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 1995.

RAMOS, V. G. **A (re)territorialização do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS**. Santa Maria, UFSM, 2012. 122p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 300p. Tese Doutorado – Porto Alegre – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 2009.

RIBEIRO, E.M. **Fé, produção e política: Experiências Associativas de Camponeses**

em Minas Gerais. São Paulo: CPT/Edições Loyola, 1994. 67 p. (Cadernos de Estudos - CPT, 7).

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. Globo, 1969. Tomo I e II.

ROQUE, Andréia Maria.; VIVAN, Antônio Marques. **O Turismo no Espaço Rural: Uma Estratégia para a Nova Gestão Rural Brasileira**. Lavras – MG: UFLA, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. **A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina**. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1994, v. I, Brasília, Anais... Brasília: SOBER, p. 442-449. 650 p.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas, UFPEL. 1995.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: UFPEL, 2003. 374p.

SANTOS, C. M. **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As relações de poder e os significados do conceito de território**. In: Abordagens e Concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. “**O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade**”. Revista Reforma Agrária, 24 (3): 106-132, set./dez., Campinas, 1994.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo D. **Desenvolvimento Agrário e Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios**. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas**. REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. V.9, n.3, p.75-110, set./dez./ de 2004.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª ed., 2009.

SCHNEIDER, S. et al. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, S. (org.) A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª Ed., 2009.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª ed., 2009.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. **A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento sustentável rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços no Estado Do Rio Grande de Sul (1997-2000)**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª ed., 2009.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato (Os camponeses na região de Presidente Prudente)**. 1990. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH- USP, São Paulo, 1990.

SODERO, Fernando Pereira. **Direito Agrário e Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Legislação Brasileira. 1968.

SOUZA, Marcelo J. Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Edupf, 1999.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de Esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. Mestrado, Geografia e Gestão do território. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2008.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

WANDERLEY, M. N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

WEBER, M. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: FERNANDES, Florestan. (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

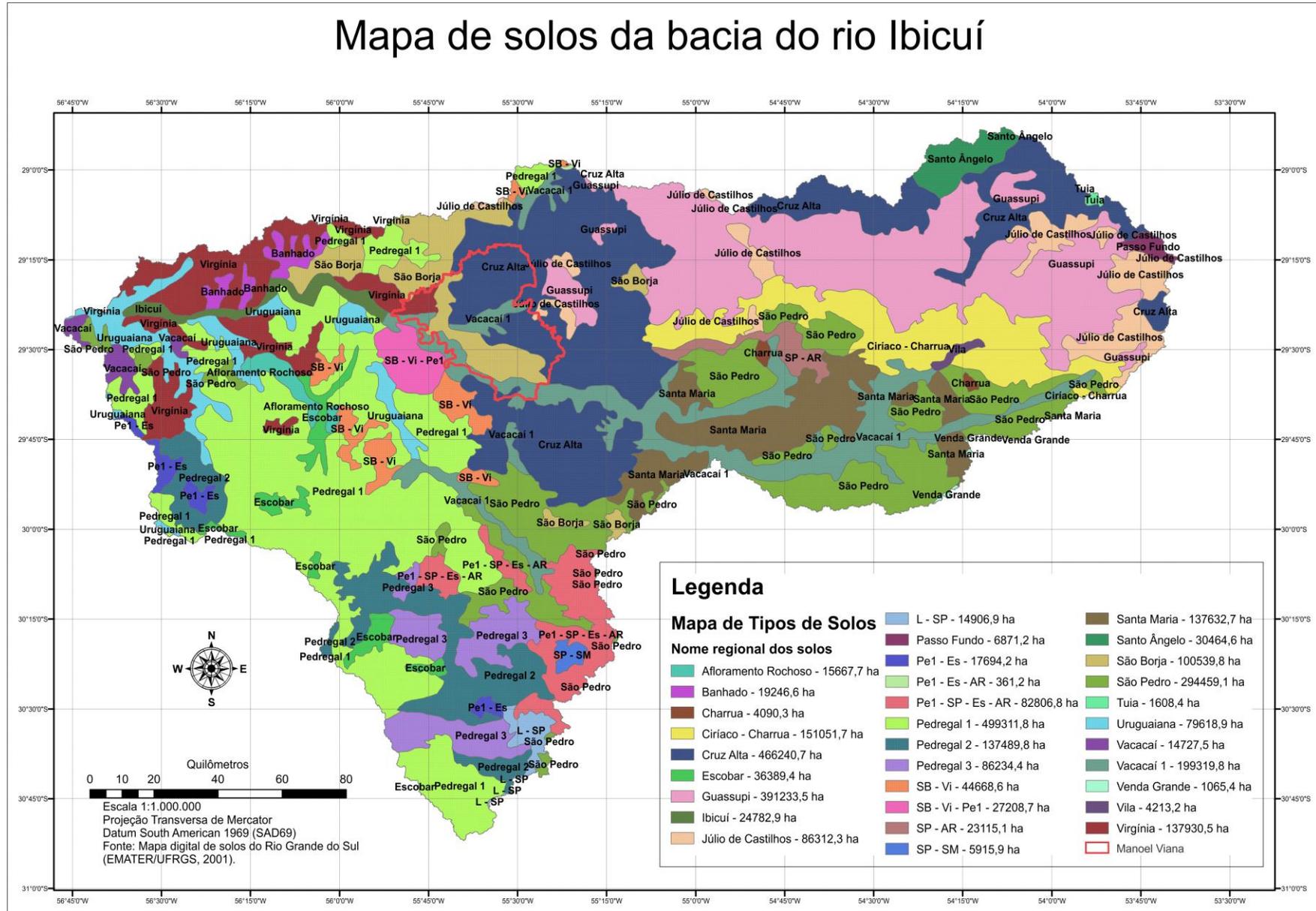
APÊNDICE A – Roteiro para entrevista semiestruturada

Data: ___/___/___ Comunidade rural: _____

- a) Proprietário:
- b) Cônjuge:
- c) Ano e local de nascimento:
- d) Profissão: Outra, além de agricultor?
- e) Tempo que reside neste lugar:
- f) Número total de filhos:
- g) Tarefas realizadas na propriedade:
- h) Por quem são realizadas:
- i) Há aposentados em casa?
- j) Os filhos pretendem continuar no meio rural?
- k) Quantas casas no terreno comum à família?
- l) Participa de alguma associação ? Qual ? Participa ativamente ?
- m) Participa do Sindicato? Há quanto tempo?
- n) Participa de festas na comunidade, na cidade, em outro local ?
- o) Área total da propriedade:
- p) Situação do estabelecimento: () Proprietário () Arrendatário () Outros
- q) Já quiseram comprar suas terras?
- r) Qual a maior preocupação para com o futuro de seus filhos?
 - () Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.
 - () Estudem para saírem da propriedade e investirem em uma nova profissão.
 - () Estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la.

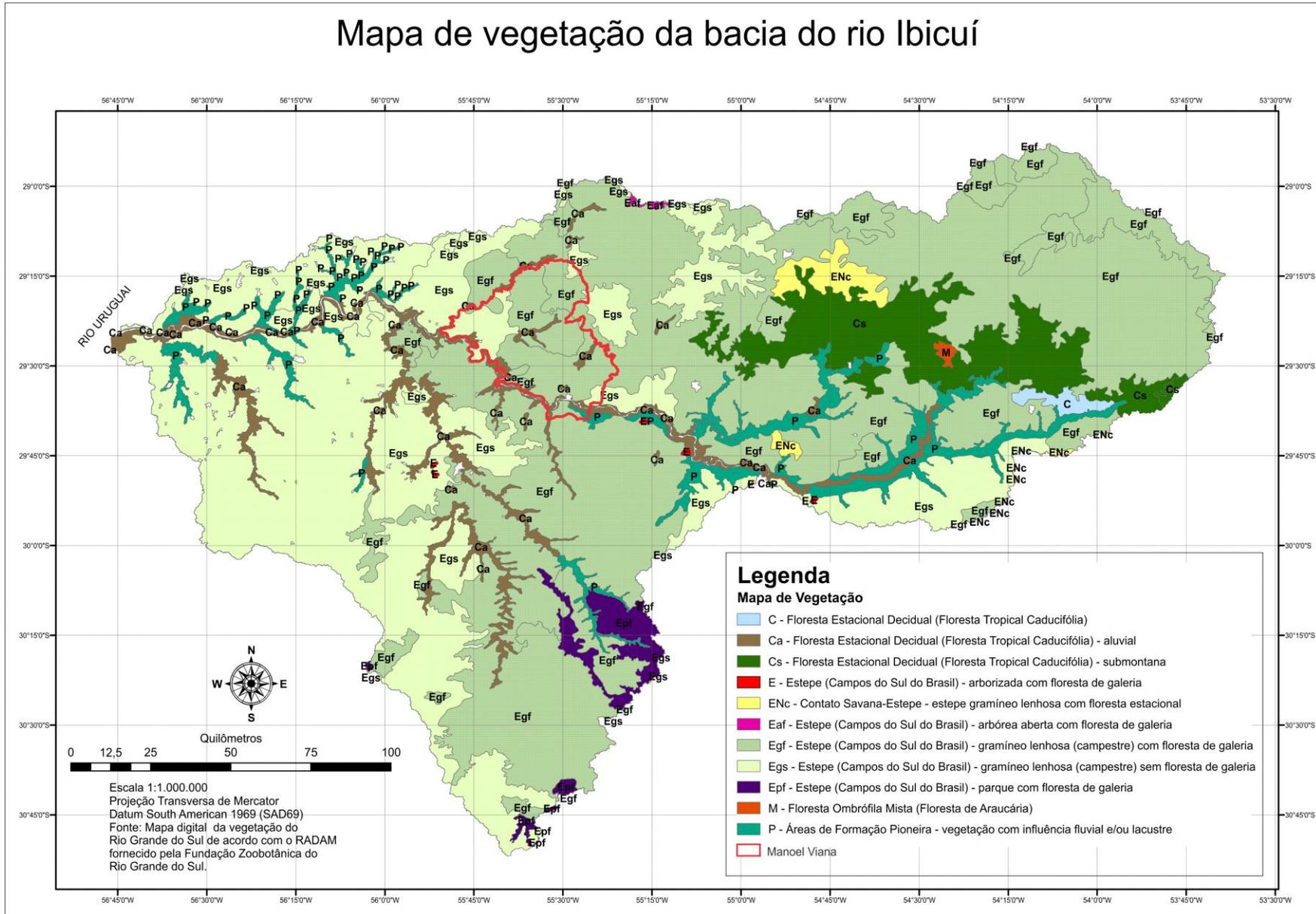
ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS SOLOS

Mapa de solos da bacia do rio Ibicuí



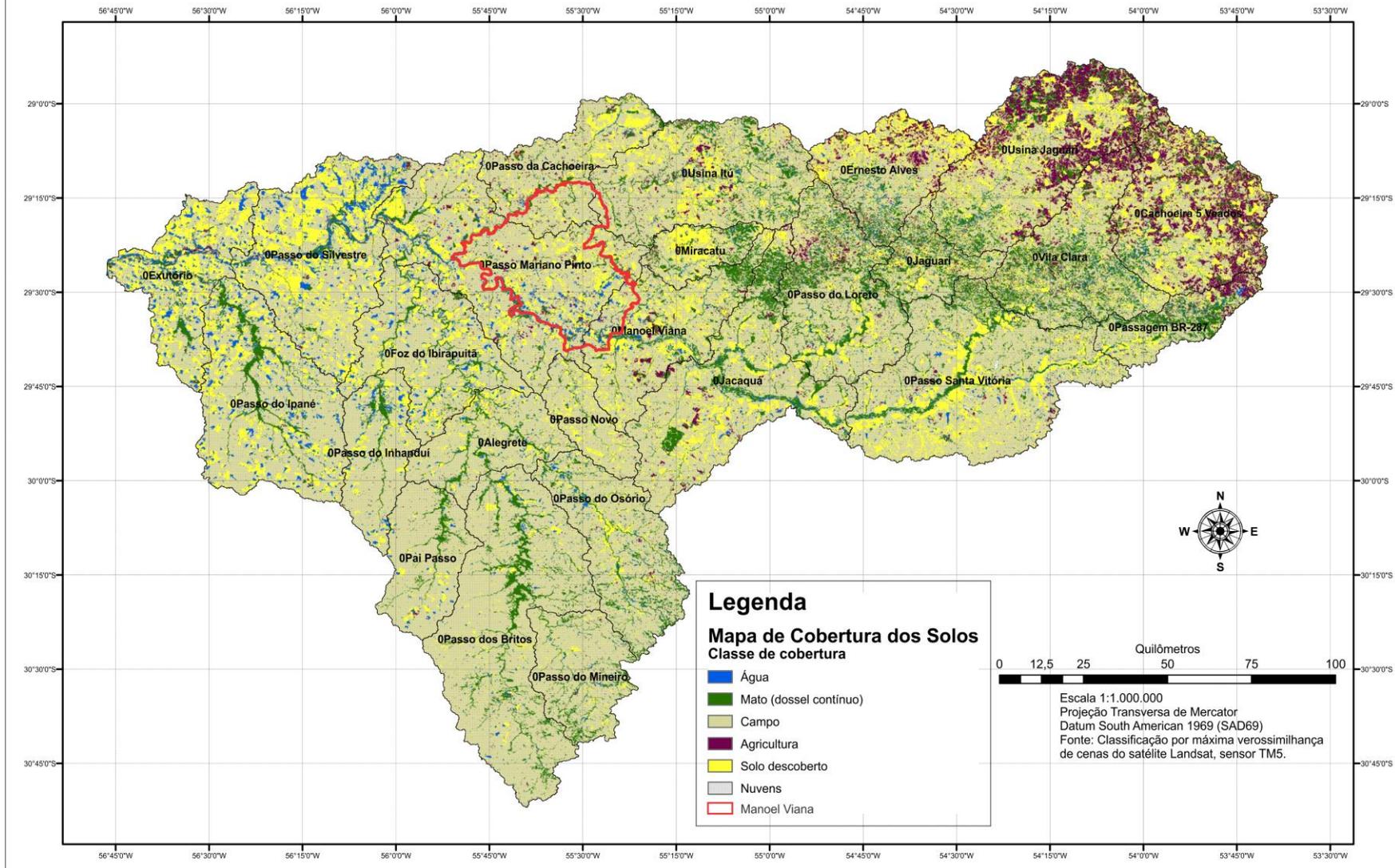
ANEXO B – VEGETAÇÃO

Mapa de vegetação da bacia do rio Ibicuí



ANEXO C – OCUPAÇÃO DO SOLO

Mapa de cobertura dos solos da bacia do rio Ibicuí



ANEXO D – CERTIDÃO DE NASCIMENTO



ARCEBISPADO DE PORTO ALEGRE

..... Padre Ruben Neis....., Arquivista do
Arcebispo de Porto Alegre.

Certifico que no livro N.º 08..... de assentamentos de
..... Batismos..... da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....
de Viamão..... à fl. 66..... acha-se o seguinte:

J O S É. Ao primeiro dia do mez de Agosto de mil e oitocentos e vinte e quatro annos nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão baptizei solemnemente e puz os santos oleos a José, que nasceu aos vinte e tres dias do mez de Julho de mil oitocentos e vinte e quatro annos, filho legitimo de Manoel Ferreira Saldanha, natural da Vila de Santo Antonio da Patrulha, e de Silvanna Dorothea da Purificação, natural desta Freguezia, neto paterno de Francisco Ferreira Saldanha, natural de Minas Gerais, e de Rosa Maria de Jesus, natural do Rio Grande, neto materno de Manoel Pacheco Barboza e de Sebastianna Dorothea da Purificação, naturaes desta Freguezia; foi padrinho Zeferino Pacheco Barboza. E para constar mandei fazer este assento que assignei. O Vigario Bartholomeu Lopes de Azevedo.

E nada mais consta.

Porto Alegre, 18 de março de 1978.



.....
P. Ruben Neis
Arquivista do Arcebispo

Taxa Cr\$ 185,00